



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA

AS FEIRAS-LIVRES EM FORTALEZA
- RETRATO DA POLISSEMIA URBANA -

VICENTE DE PAULO LIMA MENEZES

Fortaleza

Agosto - 2005

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA

AS FEIRAS-LIVRES EM FORTALEZA
- RETRATO DA POLISSEMIA URBANA -

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual do Ceará para o exame de defesa como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Geografia Humana.

Mestrando: Vicente de Paulo Lima Menezes

Orientador: Prof. Dr. José Meneleu Neto

Fortaleza

2005

Vicente de Paulo Lima Menezes

**AS FEIRAS-LIVRES EM FORTALEZA
- RETRATO DA POLISSEMIA URBANA -**

BANCA EXAMINADORA

Prof, Dr. José Meneleu Neto

Profa. Dra. Zenilde Baima Amora

Profa. Dra. Maria Salete de Souza

**Fortaleza
Agosto – 2005**

RESUMO

A presente dissertação de mestrado tem como objetivo estudar e revelar o cotidiano das feiras-livres, assim como, responder a pergunta: Qual a importância das feiras-livres para a cidade de Fortaleza? Essa pesquisa possui um diferencial com relação a utilização de duas linguagens para compor o texto propriamente dito, além da linguagem escrita (verbal) utilizamos a imagem (fotográfica) no intuito de valorar a documentação da realidade da feira-livre. No intuito de revelar o interior da feira-livre, primeiramente lançamos mão de um breve levantamento histórico sobre o processo de modernização imposto a cidade de Fortaleza a começar pela data de sua passagem a condição de vila até os dias de hoje, e na medida do possível relacionar esse processo com a evolução das feiras-livres no mesmo recorte histórico. Descrevemos também o interior da feira-livre, revelando sua polissemia, isto é, sua multiplicidade de gestos, de cheiros, de sons e de cores, assim como também sua diversidade de tipos sociais e de mercadorias, enfim sua ambigüidade atual com relação a abrigar em seu interior, tanto o prosaico como o moderno. Procuramos nas conversas informais com os feirantes desvendar um pouco do cotidiano feirante, pinçar das obrigações rotineiras o extraordinário, o momento certo, para então descortinar suas táticas de sobrevivências em detrimento das estratégias impostas a eles pelo sistema capitalista. Atentamos para o fato da mercadoria, objeto central no existir da feira-livre, ela está cada vez mais presente no interior da feira não mais como produto de subsistência das classes menos favorecidas, mas está cada vez mais vestida de sentido como objeto de desejo de um consumo massificado, hoje plenamente instalado dentro da feira-livre, visando alcançar todas as camadas sociais, elevando uma ode “a sociedade do espetáculo”. E por fim relacionamos a feira-livre ao termo da informalidade, com relação direta ao trabalho informal, na medida em que ela é atualmente uma das formas de comercializações urbanas que absorvem um grande contingente de desempregados oriundos do emprego formal. Revelamos também a grande diversidade de trabalhos encontrados dentro do espaço da feira-livre, tanto os diretamente ligados ao funcionamento da feira como os indiretos, que dependem da feira para existirem.

ABSTRACT

To present master's degree dissertation he/she has as objective studies and to reveal the daily of the fair-free ones, as well as, to answer the question: Which the importance of the fair-free ones for the city of Fortaleza? That research possesses a diferencial with relationship the use of two languages to compose the text, besides the written language (verbal) we used the image (photographic) in the intention of valuing the documentation of the reality of the fair-free. In the intention of revealing the interior of the fair-free, firstly we threw hand of a brief historical rising on the modernization process imposed the city of Fortaleza to begin for the date of your passage the villa condition to the days today, and insofar as possible to relate that process with the evolution of the fair-free ones in the same historical cutting. We also described the interior of the fair-free, revealing your polissemia, that is, your multiplicity of gestures, of smells, of sounds and of colors, as well as also your diversity of social types and of goods, finally your current ambiguity with relationship to shelter in your interior, as much the prosaic as the modern. We sought in the informal chats with the merchants to unmask a little of the daily merchant, pinçar of the routine obligations the extraordinary, the right moment, for then to pull the curtain your tactics of survivals in detriment of the strategies imposed them by the capitalist system. We looked at the fact of the merchandise, central object in existing of the fair-free, she is more and more not more present inside the fair as product of subsistence of the less favored classes, but it is dressed more and more of sense as object of desire of an influenced consumption, today fully installed inside of the fair-free, seeking to reach all the social layers, elevating an ode " the society of the show ". it is finally we related her/it fair-free to the term of the informalidade, with direct relationship to the informal work, in the measure in that she is now one in the ways of urban commercializations that absorb a great contingent of unemployed originating from of the formal employment. We revealed the great diversity of works also found inside of the space of the fair-free, so much the directly linked to the operation of the fair as the indirect ones, that depend on the fair for us to exist.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
METODOLOGIA	08
1. A FORTALEZA DA VILA A FORTALEZA DA CIDADE	14
1,1, FEIRA-LIVRE: ASPECTOS DA POLISSEMIA URBANA	32
1.1.1. A FEIRA-LIVRE DE MESSEJANA	43
1.1.2. A FEIRA-LIVRE DA PARANGABA	46
2. FEIRA-LIVRE: UMA FENOMENOLOGIA DAS CONTRADIÇÕES	52
2.1. O COTIDIANO NA FEIRA-LIVRE – RESISTÊNCIA FORMAL NA SUBORDINAÇÃO REAL	55
2.1.1. O FEIRANTE E SUA TRAJETÓRIA NO ESPAÇO DA FEIRA-LIVRE	58
2.2. O BRILHO DA MERCADORIA NAS VELHAS E NOVAS FORMAS DE CONSUMO	70
2.2.1. A ALIENAÇÃO NO CONSUMO	74
2.2.2. A COMPRA E A DISTRIBUIÇÃO DAS MERCADORIAS NO INTERIOR DA FEIRA-LIVRE	78
3. O TRABALHO NO DIA-A-DIA DA FEIRA-LIVRE	86
3.1. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE O TRABALHO	86
3.2. INFORMALIDADE – CONCEITO E ABORDAGEM HISTÓRICA	94
3.3. AS ORIGENS HISTÓRICAS DA INFORMALIDADE NO BRASIL	97
3.4. A HETEROGENEIDADE DO TRABALHO NA FEIRA-LIVRE	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
BIBLIOGRAFIA	114
ANEXOS	119

O Dicionário está errado. Segundo ele, a Geografia é a ciência que descreve a distribuição e a interação dos diversos aspectos físicos, biológicos e culturais da Terra. Sem ofender o dicionário, não é bem assim. A Geografia é um relato, que começa desse modo: “Era uma vez um lugar...”

NATIONAL GEOGRAPHIC SOCIETY.

INTRODUÇÃO

As feiras-livres, objeto de nosso estudo são tão antigas que remontam aos primeiros agrupamentos humanos ao redor de aldeias, vilas e cidades. É sabido por todos que o desenvolvimento da agricultura, juntamente com a domesticação de animais foram os fatores primordiais no processo evolutivo da civilização. A agricultura requereu uma organização social, política e comercial de alto nível e um aperfeiçoamento tecnológico constante. Foi a agricultura que mudou fundamentalmente o modo de ser e o estilo de vida do homem, propiciando um aumento significativo das populações humanas. O plantio de cereais permitiu pela primeira vez povoamentos cada vez maiores, dando início aos primeiros vilarejos e cidades. Foi o cultivo de cereais o verdadeiro responsável pela posterior formação de sociedades complexas, que necessitaram do desenvolvimento de cidades, da escrita, de novos modelos de convivência social. Foi à agricultura com seus excedentes a responsável pelas primeiras formas de troca e de comércio de mercadorias.

Henri Pirenne, autor do clássico: "*As cidades na Idade Média*",¹ mostra-nos a importância que as feiras-livres tiveram para o nascimento das cidades, pois os primeiros humanos ao exercerem suas trocas de mercadorias excedentes formaram as primeiras aldeias, que depois se transformaram em cidades. Ai esta a destacada importância que tiveram as feiras-livres no que concerne ao desenvolvimento do fator comercial na vida do homem.

Segundo Pimenta² o termo *feira* teve sua origem proveniente do latim *feria* que representava a época um dia festivo, a mudança do termo *feria* em feira se deveu basicamente a que nos dias em que ocorria essas festas os comerciantes aproveitavam e colocavam suas mercadorias para serem vendidas

¹ HENRI, Pirenne. *As cidades na idade média*. Portugal, Lisboa: Editora Europa-América, 1997.

² PIMENTA, Reinaldo. *A casa da Mãe Joana*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Campus, 2002.

em praça pública. Com o passar do tempo o termo *feira* deixou de ser domínio só religioso e foi adaptado ao comércio transformando-se em *feira*.

As feiras-livres chegaram até nós trazidas pelos nossos colonizadores os portugueses, o que na realidade causou estranheza, pois os nativos, ou seja, os índios desconheciam completamente esse tipo de troca comercial, eles tinham uma vida muito simples baseada apenas na sobrevivência, não produziam excedentes e desconheciam formas de comercializar. Com o processo de colonização português no Brasil totalmente sedimentado, deram-se as primeiras trocas com os índios sempre no intuito comercial. As primeiras notícias da existência de feiras-livres no Brasil remontam ao ano de 1548, quando o rei de Portugal (D. João III) preocupado em evitar o êxodo rural na colônia instituiu um dia de feira nas cidades, para que os colonos pudessem comercializar seus excedentes e ao mesmo tempo adquirir as mercadorias que necessitassem. Porém essas feiras não se realizaram durante os primeiros duzentos anos (Séculos XVI e XVII) da colonização, pois alguns motivos contribuíram para tanto, primeiro os colonos já comercializavam seus excedentes nas praias e segundo, a falta de uma agricultura desenvolvida voltada para a troca de excedentes, existia na época apenas uma agricultura voltada a subsistência dos engenhos de açúcar.

Segundo Eduardo Prazera³ no Brasil durante o período colonial existiam dois tipos de feiras-livres, a **Feira de Mercado** (Fig.1), que funcionava preferencialmente aos sábados e tinha como propósito o abastecimento de gêneros de subsistência a população urbana e a **Feira Franca**, que era realizada apenas uma vez no ano, ou no máximo duas e comercializava basicamente um único produto, o gado. Já no nordeste brasileiro encontrava-se também dois tipos de feiras-livres, as **urbanas** localizadas nas grandes cidades, tendo como característica própria a regularidade e as do **interior** basicamente localizadas no litoral ou no sertão, onde o agricultor ou artesão vendia esporadicamente sua mercadoria não tendo nenhuma regularidade. Em Fortaleza, cidade que abriga o nosso objeto de estudo, as feiras-livres, no período colonial elas não tinham muita

³ PAZERA Jr., Eduardo. *A Feira de Itabaiana-PB: Permanência e Mudança*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003. Tese de Doutorado em Geografia Humana.

importância econômica, existindo no início da fundação do povoado apenas como trocas de pequenos excedentes, mas depois ela é destacada como a principal via de abastecimento de gêneros de primeira necessidade a população urbana até a década de 1940, merecendo até destaque do historiador e prefeito de Fortaleza Raimundo Girão, quando trata da importância das praças na evolução econômica e urbana da cidade, destacando o papel que as feiras-livres tiveram no movimento dessas praças.

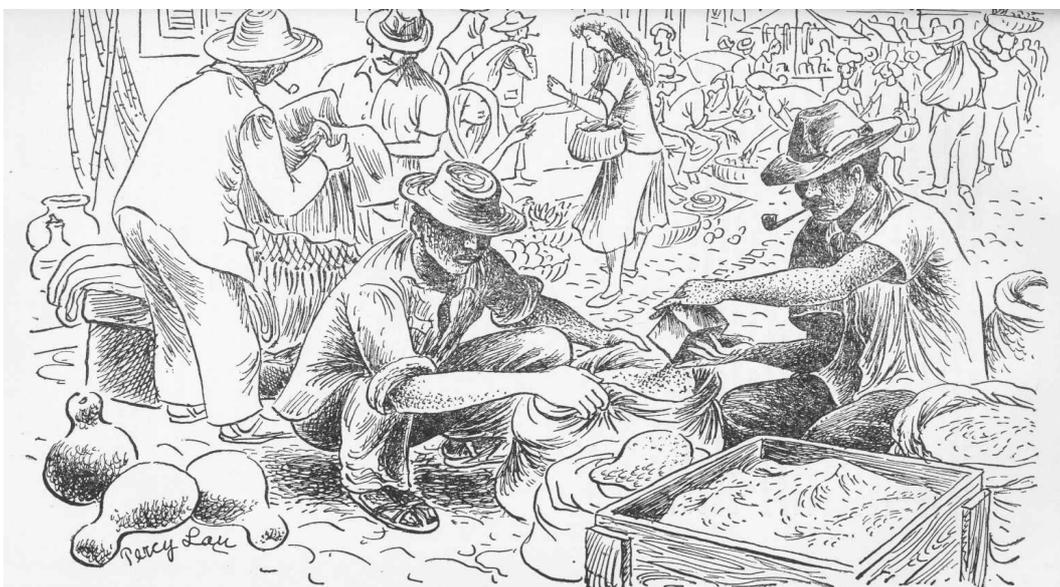


Fig.1. Representação do movimento na feira de Mercado.
Fonte: Desenho de Percy Lau. (“A feira sertaneja”) in Tipos e aspectos do Brasil. 10ª Ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

Nossa intenção ao observar e estudar a feira-livre é manifestar um olhar crítico sobre as intrincadas relações de comercialização enfatizando a dimensão do trabalho (enquanto conceito) e a sua cotidianidade. Esse olhar crítico será o elemento catalisador que possibilitará revelar de maneira acentuada os múltiplos elementos que compõem o espaço da feira-livre. Procuraremos ainda elucidar o fator feira-livre como elemento seja de resistência ou/e adaptação à modernidade urbana e ao seu sistema econômico vigente.

O primeiro capítulo é composto de dois momentos, no primeiro procuramos traçar um breve histórico do desenvolvimento comercial da cidade de Fortaleza, procurando dentro do possível referenciar a importância que as feiras-livres tiveram no desenrolar desse desenvolvimento. No segundo momento, procuramos descrever em seus aspectos gerais como é uma feira-livre, ou seja descrever sua polissemia derivada das diversas leituras que podemos extrair de sua realidade, seu funcionamento. Desenvolvemos uma breve introdução ao capítulo, mostrando em que contexto se deu a colonização portuguesa em relação ao Brasil. Discutimos a maneira de como o nosso processo de colonização se efetivou, manifestando-se de forma predatória, pois ao reino de Portugal só interessava a exploração de nossas riquezas naturais, não cabendo nenhum tipo de investimento.

Corroboramos também com a tese levantada por Lemenhe segundo a qual Fortaleza teve em sua fundação uma função diferente das demais vilas e cidades litorâneas fundadas pelos portugueses, que tinham a função de ponto aglutinador de arrecadação da produção em seu entorno. A ocupação de Fortaleza pelos portugueses teve como propósito a de fortificação do território, uma base militar com o intuito de barrar as sucessivas invasões e a expansão de território pelos franceses e holandeses no Nordeste brasileiro

Ao traçar essa linha de tempo procuramos dividir a evolução histórica da cidade em quatro momentos significativos, que ao nosso ver foram decisivos para o desenvolvimento da cidade como um todo, como também facilitar o entendimento desse processo. O primeiro momento se dá com a elevação do povoado de Nossa Senhora da Assunção a condição de vila. Esse fato foi de grande importância para Fortaleza, na medida em que, só então ela se tornou o núcleo principal do poder político e econômico da província do Ceará, dinamizando assim sua economia urbana, propiciando investimentos em sua fidalguia. O segundo momento se refere à passagem da vila de Fortaleza à condição de cidade por ordem do imperador D Pedro I, esse fato possibilitou que Fortaleza se tornasse de fato o núcleo hegemônico de toda produção da capitania. O terceiro momento se

dá com um novo processo de modernização urbana iniciado na década dos anos 1930 e totalmente sedimentado no início dos anos 1940 com a invasão de produtos americanos no comércio de Fortaleza, provocando um choque temporal no cotidiano da cidade. O quarto e último momento se dá no final dos anos 1980 e refere-se ao modelo de desenvolvimento econômico desenvolvido pelo grupo de empresários capitaneado pelo empresário Tasso Jereissati conhecido como o “governo da mudança”, em oposição a era denominada como a “oligarquia dos coronéis”, e que procurou lançar as bases de uma nova modernização, calcada na opção do crescimento industrial e no investimento do turismo, esse grupo ainda se mantém no poder até os dias de hoje.

O segundo tópico do primeiro capítulo é referente à descrição da feira-livre revelando sua polissemia urbana, suas variadas manifestações, que abrigam acontecimentos, encontros, seus personagens, suas mercadorias, seus ritos, sons, cores e cheiros, sua atualidade e atemporalidade que se conjugam formando enfim um complexo mosaico de contradições. Descrevemos os tipos de feiras-livres existentes na cidade de Fortaleza, ou seja, as *gerais*, que vendem todo tipo de mercadorias (frutas e verdura, carnes, cereais, eletro-eletrônicos, etc) se as *específicas* centradas na comercialização de um só produto (roupas, produtos religiosos, carros, etc). Mostramos o cotidiano das duas feiras-livres pesquisadas, tanto a de Messejana como a da Parangaba, a referência ao fato de as feiras-livres serem fiscalizadas por um órgão público, no caso a Prefeitura de Fortaleza, que através do Setor de Serviços impõe normas para seu funcionamento: como o cadastramento de cada feirante que trabalha nas feiras, assim como uma padronização das barracas por tipo de mercadoria comercializada.

No segundo capítulo o destaque é para uma descrição do cotidiano da feira-livre, o modo como ela funciona. Tentaremos desvendar se a feira-livre é uma manifestação de resistência econômica e cultural, frente aos grandes complexos econômicos e ideológicos, ou se ao contrário, ela é mantenedora de uma continuidade das formas de comercialização do sistema econômico vigente e ao

mesmo tempo uma reprodutora das explosivas manifestações da cultura massificante, adaptando-se as estruturas da urbe moderna e aos modos de consumo do atual sistema capitalista, isto é, adaptando-se para sobreviver que finaliza o primeiro tópico do segundo capítulo. Através de conversas informais com os feirantes em seu próprio local de trabalho procuramos relatar a trajetória pessoal de indivíduos que constituem a realidade feirante. Continuando o segundo capítulo, no segundo item ressaltamos o fascínio da mercadoria exposta no interior da feira-livre, quais os meios, as relações que os feirantes usam para atrair o freguês, que atrativos a feira-livre pode proporcionar ao visitante diante de todo o luxo e conforto proporcionado pelas grandes redes de supermercados. Procuraremos também analisar o processo de alienação do consumo, cada vez mais exacerbado pela ideologia capitalista e presente nas feiras-livres. E finalizando o segundo capítulo procuramos revelar como se dá a questão da compra, da distribuição e da diversidade de mercadorias no espaço da feira-livre, os diversos setores em que a feira é dividida, facilitando que o freguês encontre com facilidade sua mercadoria.

Com relação ao terceiro capítulo, inicialmente traçamos um breve histórico a respeito de como se formou as bases da informalidade no Brasil, para depois enfatizar a relação do trabalho informal no dia-dia das feiras, as várias formas que esse trabalho assume, nesse ponto daremos especial atenção à questão da segregação imposta aos feirantes pela própria estrutura social da qual ele faz parte. Lançaremos um olhar sobre a feira-livre como um lugar-abrigo de parte do emprego da economia formal exortado da sociedade capitalista contemporânea. Trabalhadores sem qualificação profissional que buscam dentro do mercado informal a sobrevivência para si e para suas famílias. Que tipos de trabalhos são desenvolvidos a partir de elos de dependências. É também nosso intuito inserir em algumas partes do corpo do texto a discussão referente à feira-livre com o circuito inferior da economia urbana dos países do terceiro mundo. Em quais bases se firmam essas relações. E por ultimo o tópico referente às considerações finais, esse é o momento do fechamento do trabalho, para onde irão convergir nossas reflexões.

METODOLOGIA

A pesquisa que estamos realizando como aluno do Mestrado Acadêmico em Geografia (MAG) remonta a disciplina de “Geografia Urbana”, ministrada na graduação pelo orientador dessa dissertação, o Prof. Dr. José Meneleu Neto. O nosso objeto de estudo - as feiras-livres no perímetro urbano de Fortaleza - é por si só muito amplo, requerendo uma análise multidisciplinar. Nosso objetivo maior é investigar qual o papel que as feiras-livres desempenham atualmente na cidade de Fortaleza, assim como suas diversas particularidades. Além da análise teórica, isto é, leituras e reflexões advindas da literatura disponível sobre o tema, teremos ferramentas-suporte ao nosso ver indispensáveis para o aprofundamento investigativo do objeto de estudo; essas ferramentas são: a fotografia, as entrevistas qualitativas, nossa percepção crítica ao caminhar na feira-livre e pesquisa em órgãos públicos. O enfoque que norteia a pesquisa será dado pela tentativa de percepção do cotidiano, formado tanto pela identidade com as raízes culturais e sociais como também pela difusão da *mass média*, ambas encontrando abrigo no espaço da feira-livre.

Fizemos uma escolha representativa do conjunto das feiras-livres dispostas em Fortaleza, que constituiu da seleção de 02 (duas) feiras-livres, geograficamente distribuídas no contexto urbano da cidade. Foram elas: As feiras-livres de Messejana e a da Parangaba. As duas feiras-livres foram escolhidas por serem as maiores, tanto no quesito de número de feirantes e de freqüentadores, assim como em quantidades de mercadoria, ressaltando-se também a diversidade de mercadorias expostas e de tipos de pessoas que as freqüentam, enfim as feiras-livres de Messejana e da Parangaba foram selecionadas em detrimento das demais por representarem um modelo qualitativo, uma amostragem que nos permite uma visão de conjunto de nossa pesquisa. Feita a escolha das feiras-livres a serem estudadas, partimos então para a pesquisa de campo, no intuito de revelar as intrincadas relações que o cotidiano da feira-livre manifesta. Entendemos então, que nada melhor do que buscar o contato direto com o objeto de estudo, a

pesquisa *in loco*. Daí a opção pela escolha do modelo “ir para experienciar”, amplamente utilizado por diversos pesquisadores e vivido intensamente em nossa atividade de fotógrafo. Essa escolha aliada a uma disponibilidade de espírito que conjuga o olhar crítico do pesquisador e a sensibilidade de fotógrafo, amplia os meandros da observação e dar a nosso ver subsídios para revelar uma parcela do inusitado cotidiano no interior das feiras-livres.

A fotografia para nós, nessa pesquisa, interessa como sistema de linguagem e de representação. O uso da fotografia como fator de documentação da pesquisa na percepção da realidade será a nossa meta, a foto como representação imagética representativa da realidade, como decodificadora da paisagem da feira-livre. A feira-livre está repleta de signos e símbolos que podem ser revelados e através daquilo que é fotografado e do modo como se fotografa, ou seja, a fotografia representa nesse trabalho um valor informacional ao mesmo tempo que produz informação, representa ideologia, uma escolha e uma escala de valores. O fotógrafo esconde-se atrás da câmera, não se envolve diretamente com a cena registrada, não interfere, não induz a situação, apenas controla o enquadramento e a angulação, a luz, que são na realidade os elementos formadores de sentido, que firmam a intencionalidade do fotógrafo.

Em uma pesquisa de percepção ambiental que tem como mediador sócio a própria informação que produz, a fotografia mostra-se como recurso altamente estratégico, porque, ao mesmo tempo que permite a identificação do próprio ambiente que serve de base ao processo perceptivo, tenciona esse processo ideologicamente, explicitando a informação por ele produzida. Dificilmente, com a utilização da linguagem verbal, seria possível atingir essa informação sem que ela sofresse o filtro lógico inerente ao veículo. Ao contrário, a fotografia mostra uma dimensão invisível da informação que é possível extrair do cotidiano, exatamente porque essa informação não está na realidade ambiental, mas é elaborada a partir dos impactos que aquela realidade cria diariamente. Essa elaboração é ideológica, e o signo que lhe serve de mediação é a especialidade fotográfica: um modo de arranjar, combinar, organizar a realidade ambiental que concretiza o olho perceptivo. Nesse caso, o próprio veículo faz percepção, porque ela só se revela através dele.⁴

⁴ FERRARA, Lucrecia D'Alessio. *Olhar periférico*, São Paulo, SP: Editora EDUSP, 1999, p.268.

Portanto o papel da fotografia nessa pesquisa é expressar a verdadeira singularidade da realidade, buscando no cotidiano uma espécie de fenomenologia comprometida com a força do real, de captar com as lentes as intencionalidades da feira-livre, objetivando sempre o aprofundamento do refletir, pois no ato em que a fotografia congela, ela verticaliza, aprofunda o olhar e por um instante congela a realidade.

Somaremos a isso as diversas informações catalogadas nas mais diversas fontes a que tivemos acesso, como: livros, revistas, periódicos, monografias, dissertações, teses e internet. Aliado a essas diversas fontes de pesquisa tentaremos ainda, cercar o objeto de estudo da maneira mais abrangente possível, a fim de obter um retrato (tanto na imagem, como na escrita) que revele a pluralidade de sentido que o cotidiano da feira-livre se apropria. Com isso intencionamos descobrir novas frestas que eventualmente aparecem-desaparecem em um jogo que impõe atenção e envolvimento, o que aparentemente parecia conhecido, subitamente manifesta-se como um “outro”, um algo ou alguém que não conhecemos e que se abre ao novo.

Enfim, o desenvolvimento do nosso trabalho pode ser resumido em cinco etapas distintas:

- O primeiro momento constou da visita de dez feiras-livres situadas no perímetro urbano de Fortaleza, sendo que, a visita a essas feiras-livres já foi uma seleção prévia da totalidade das feiras-livres existentes em nossa cidade. Essa escolha obedeceu a critérios que vão desde a localização espacial, a importância dessas feiras-livres em relação ao bairro onde elas se localizam, seu tamanho em relação a variedades de produtos ofertados, assim como, em números de feirantes e de frequentadores que elas contem. Após essas visitas, nós optamos por trabalharmos com as duas feiras-livres mais importantes de Fortaleza (Messejana e Parangaba), pois elas são as duas maiores feiras-livres da cidade seja em número de feirantes e de frequentadores, assim como são as que possuem a maior diversidade de mercadorias expostas em seu interior,

representando as demais feiras-livres instaladas no perímetro urbano da cidade de Fortaleza.

- O segundo momento refere-se ao afunilamento em relação às feiras-livres escolhidas, melhor dizendo, a busca da obtenção do levantamento dos dados empíricos no interior das duas feiras-livres (Messejana e Parangaba). Optamos pela pesquisa qualitativa, usando primeiramente o artifício da entrevista não-diretiva⁵, tentando afastar assim o perigo do *bias*⁶ da pesquisa, assim como das anotações feitas por nós no interior das feiras-livres, das fotografias e das entrevistas qualitativas, onde procuramos selecionar alguns agentes sociais, tanto feirantes como transeuntes, que possam nos revelar o outro lado do dia-a-dia da feira-livre, achamos que ao optarmos por essas três vias a pesquisa de campo alcançara uma seleção mais caprichosa do objeto de estudo.

As técnicas de pesquisa qualitativa permitem um maior controle do *bias* do pesquisador do que as da pesquisa quantitativas. Por meio, por exemplo, da observação participante, por um longo período de tempo, o pesquisador coleta dados através da sua participação na vida cotidiana do grupo ou da organização que estuda, observa as pessoas para ver como se comportam, conversa para descobrir as interpretações que têm sobre as situações que observou, podendo comparar e interpretar as respostas dadas em diferentes situações.⁷

- O terceiro momento é por assim dizer o “momento”. A partir de então saímos a caça de situações de confrontos que suscitassem a nossa imaginação e que pudessem nos fornecer o precioso fio para tecer a trama originária de nossa pesquisa. Adentramos as feiras-livres de Messejana e Parangaba com o espírito de compreender a prática em coadunação com a teoria, mas também perceber através da experiência mais direta, algo de singular e indispensável. A abrangência de material teórico é a partir desse momento, imprescindível, é aí que as leituras se intensificam na busca de um maior aprofundamento de nossas reflexões sobre o tema. A literatura disponível sobre o

⁵ “A entrevista não-diretiva favorece a captação de uma informação mais “profunda” ou menos “centrada” do que no caso de outros procedimentos” além do que “O indivíduo é considerado como portador de cultura (ou sub-cultura) que a entrevista não-diretiva pode explorar a partir das verbalizações, inclusive as de conteúdo afetivo”. THIOLENT, Michel J. M. *Crítica metodológica. Investigação Social & enquête operária*. P.85.

⁶ Termo inglês que significa viés, parcialidade, preconceito.

⁷ GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar*. Rio de Janeiro: RJ. Editora Record, 2000, p.47.

tema, nem sempre é vasta, mas temas periféricos e eventualmente filosóficos, vêm sem dúvida nenhuma alargar os horizontes de compreensão.

- O quarto momento consta da seleção do material coletado, isto é, as anotações retiradas das entrevistas qualitativas travadas junto aos feirantes, da lembrança revistada dos passeios nas vielas no interior das feiras-livres, do bate-papo aparentemente descompromissado com os fregueses, das perguntas incisivas e diretas feitas aos feirantes enquanto trabalhadores que produzem a partir de um elemento já previamente dado, isto é, um reemprego de um material que na grande maioria das vezes, chega até eles (feirantes) quase como imposição do sistema vigente. O outro elemento é a fotografia, e a observação das imagens feitas durante as visitas às feiras-livres que acreditamos será de grande ajuda na confecção do texto da dissertação. Redigir o texto partindo dessa multiplicidade de elementos é além de instigante, profundamente enriquecedor. Ver as imagens projetadas na parede (o trabalho fotográfico foi feito em slide), e conferir entre os rascunhos as impressões muitas vezes puramente subjetivas aliadas à precisão do material teórico disponível, possibilitou a existência de um sentimento de pertença, uma apropriação de um lugar que antes era para nós desconhecido.

- O quinto e último momento diz respeito à confecção do texto propriamente dito. É chegada a hora de colocar no papel as idéias germinadas em diversas leituras de autores em que nós nos apoiamos e que também serviram de auxílio para revelar parte da realidade das feiras. A outra parte consiste das visitas as feiras-livres onde foram coletados dados sejam em relação às conversas informais com os feirantes, a nossas percepções enquanto caminhávamos no interior das feiras e a documentação fotográfica. Em conjunto com a pesquisa teórica, ou seja, as leituras, a pesquisa empírica foi fundamental para a compreensão do objeto de estudo em si. Tivemos em nossa pesquisa uma metodologia diferenciada na feitura do texto, pois usamos tanto a escrita verbal propriamente dita, como a linguagem da imagem, ambas dando suporte a compreensão do texto.

CAPÍTULO 1.

A FORTALEZA DA VILA A FORTALEZA DA CIDADE.

Portugal, segundo Raimundo Faoro, a época do descobrimento do Brasil, não era uma monarquia agrária, que para efetivar suas trocas de excedentes rurais, tivera na nobreza agrícola o ímpeto de desenvolvimento de um comércio marítimo na costa do atlântico. Ao contrário, o alavancamento do comércio marítimo veio sim patrocinado por um Estado patrimonial fortíssimo, baseado numa forma de capitalismo de estamentos⁸, empenhado na formação e comando de uma empresa ultramarinha, altamente especializada em um sistema de trocas comerciais, buscando intermediar mercadorias orientais (especiarias), oriundas do mediterrâneo.

A obra de alargamento do mundo europeu não cabia na capacidade dos particulares, na forma do modelo genovês de comércio. O conglomerado hispânico, dilacerado em disputas e guerras, assoberbado pela nobreza territorial, revelava-se, no século XV, imaturo para organizar, com cálculo e continuidade, um feito, ao mesmo tempo comercial, militar e administrativo.⁹

Foi nesse contexto que se fortaleceu o ímpeto de descobrimentos de rotas comerciais e de novas colônias, desenvolvendo um comércio exterior com alta especialização, uma economia de intermediação, formando um verdadeiro império mercantil, baseado no alto risco da aventura aliada à violência econômica. O Brasil não fugiu à regra, sendo a principal colônia de Portugal, logo se tornou parte das rotas comerciais do império português, espalhado pela Ásia e África. Conhecidas como regiões geradoras de bens para o “comércio tutelado”¹⁰, cada um desses territórios eram definidos como “colônias de exploração”. Para que essa engrenagem funcionasse perfeitamente foi criado um núcleo de

⁸ Uma forma de Estado em que pode cada um subsistir ou permanecer, formando grupos de sociedade com status jurídico próprio. Ex: Militares, Juizes, Funcionários Públicos.

⁹ FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*, São Paulo, SP: Editora Globo, 2003, p. 67.

¹⁰ Tipo de comercialização assim denominada, pois se apresentava como negociador não somente a figura do mercador particular, porém a de um Estado mercantil agindo em proveito de seus comerciantes e dele mesmo (Luiz Fernando Raposo Fontenelle).

administração nas colônias, formando uma verdadeira rede que interligava as rotas comerciais do império português, esse núcleo era conhecido como Feitoria¹¹.

Segundo Sérgio Buarque de Holanda, a maneira como se deu a nossa colonização foi, portanto de forma predatória e de certa maneira depreciativa, na medida em que o que realmente marcou foi o espírito aventureiro (da ganância) em detrimento do espírito trabalhador (do investimento). Apesar de termos em nossa origem uma marcada “herança rural” muito presente até hoje em nossa formação social, nós nunca fomos, como ressalta Holanda, uma civilização “tipicamente agrícola”. Ao português interessava somente a exploração e a exportação constante dos recursos e das riquezas encontradas em natura, que a colônia pudesse oferecer, e claro, dentro do mais curto prazo e se possível sem custar nenhum investimento ou trabalho.

O que o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho. A mesma em suma, que se tinha acostumado a alcançar na Índia com as especiarias e os metais preciosos. Os lucros que proporcionou de início, o esforço de plantar a cana e fabricar o açúcar para mercados europeus, compensavam abundantemente esse esforço – efetuado, de resto, com as mãos e os pés dos negros – mas era preciso que fosse muito simplificado, restringindo-se ao estrito necessário às diferentes operações.¹²

Por quase toda fase colonial, o poder político e econômico no Brasil tinham seu eixo e força não nos centros urbanos, mas totalmente centrado nas fazendas, com seus senhores e escravos. A vida social se restringia aos domínios do campo. A função primordial das cidades era o de arrecadar a produção das fazendas para depois exportar toda a produção para a metrópole, no caso, a cidade de Lisboa. Nessa época viviam nas cidades apenas os burocratas, os artesãos e os militares, como consequência desses fatos, o comércio nas cidades era inexpressivo. Durante a maior parte do período colonial, as feiras-livres apenas existiam como lugar de venda de excedentes das pequenas fazendas,

¹¹ A feitoria foi um dispositivo organizacional, correspondente a um enclave introduzido nos contextos produtores, para desempenho da função dupla de tutoramento da circulação de bens e comercialização do volume de mercadorias geradas no contorno de seus meios de controle – e como ponto da imensa rede de conexões que comunicavam entre si e prendiam a cidade às zonas ultramarinhas de influência. Por isso, é lícito dizer que a feitoria foi responsável operacionalmente pela transformação da colônia de exploração em reserva econômica da cidade metrópole. (Luiz Fernando Raposo Fontenelle).

¹² HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, RJ: Editora José Olympio, 1983, p.18.

localizadas próximas das cidades, para a população urbana. Era prática comum da época os pequenos proprietários mandarem seus escravos venderem produtos na cidade, os escravos que eram obrigados pelos patrões a exercerem essas funções eram conhecidos como “negros de ganho”¹³ (Fig. 1). Essas atividades urbanas foram muito bem retratadas pelo pintor Francês Debret (1768-1844), documentando o cotidiano, criando uma imagem mais verdadeira da história.



Fig. 2 – Escravos ou Negros de Ganho trabalhando em Feira-Livre no Rio de Janeiro. Ilustração: Debret (1768-1844).

Com o fim do período da escravidão (1888), a economia que era calcada principalmente no trabalho escravo desmoronou, mudando drasticamente seu eixo de atuação, passando a ter sua ênfase nas cidades. Então pela primeira vez evidencia-se a dialética urbano-rural. Esse fato foi um marco decisivo para o incremento do comércio urbano, resultando daí o fortalecimento do comércio, favorecendo as feiras-livres como principais centros abastecedores de gêneros de primeira necessidade nos principais centros urbanos do Brasil do período colonial.

¹³ Esse tipo de escravidão era tipicamente urbano, os negros vendiam todo tipo de mercadorias, desde frutas, doces até roupas, de manhã bem cedo saiam de suas casas para vender esses produtos em feiras-livres ou circulando pelas cidades. Ao final do dia retornavam então para a casa de seus senhores para prestar contas das mercadorias vendidas, caso o escravo não cumprisse a meta estipulada de vendas era então castigado. Rodrigo Nunes. *Três vezes Debret*, Revista Nossa História, Abril/2004, p. 24.

A ocupação espacial da Capitania do Ceará pelo império português em meados do século XVI foi lenta e tardiamente efetivada. Enquanto as capitanias de Pernambuco e Bahia já desenvolviam atividades econômicas relevantes como o cultivo da cana-de-açúcar. No Ceará, a agricultura quase não existia, e quando existia era apenas de subsistência, o que predominava era a pecuária, iniciada somente no século XVII. Portanto o comércio nas principais vilas do Ceará durante as primeiras décadas da colônia era quase inexistente, as feiras-livres e os mercados públicos negociavam somente produtos da região, e com ênfase nas mercadorias de subsistência.

Ao fundarem as primeiras vilas ou cidades reais em sua colônia ultramarinha, os portugueses as fizeram nos moldes das suas cidades, conhecidas como “cidades empórios”¹⁴, adaptadas as funções espoliativas impostas pelo pacto colonial. As cidades colônias combinavam dois aspectos mantenedores de sua existência, serviam de espaços aglutinadores, verdadeiros vórtices da produção rural que as circundavam, voltada para as exportações, ao mesmo tempo em que abrigava, para efeito de domínio do território, o aparato burocrático e militar. Porém, a cidade de Fortaleza, segundo tese levantada por Lemene¹⁵ teve no início de sua fundação (1726), uma função diferenciada das demais cidades brasileiras, a de base militar em detrimento da função comercial, a verdadeira função da criação do povoado era para afirmar a conquista dos territórios do Ceará, Piauí e Maranhão.

Se se pudesse generalizar a evolução histórica dos núcleos urbanos do Brasil, surgidos no litoral, como Fortaleza, o trabalho aqui apresentado seria uma inútil obviedade. Os estudos relativos à urbanização brasileira demonstram que as atuais grandes cidades, que tiveram origem no período colonial, já nasceram hegemônicas... “vilas” ou “cidades reais”, ao longo do primeiro e segundo séculos da colonização, foram, nas diferentes regiões, pontos exclusivos de nucleação da produção para o mercado externo e sede do aparato burocrático e militar... Tal não foi o caso de Fortaleza. O prolongado período em que a vila ficou deslocada em relação às regiões do Ceará produtoras de bens para o mercado do litoral de Pernambuco e do exterior... O atributo de “vila”, conferido ao pequeno aglomerado

¹⁴ Eram cidades assim denominadas, pois tinham a função de entrepostos ou depósitos, onde se estocavam e circulavam os excedentes da produção das áreas situadas nas vizinhanças e ao alcance de seu poder de atração.

¹⁵ LEMENHE, Maria Auxiliadora. *As razões de uma cidade – Fortaleza em questão*. Fortaleza, CE: Stylus Comunicações, 1991.

que sediava uma guarnição militar, só teria significado à luz dos interesses da dominação colonial portuguesa.¹⁶

Portanto o núcleo habitacional do que seria um dia a vila de Fortaleza, emergiu mais por conta da invasão e expansão do império holandês no Nordeste brasileiro. O que veria a ser um povoado, se estruturou como parte de um sistema de defesa português contra as fortificações dos holandeses e franceses, que dominavam parte da região. No princípio resumia-se somente a uma frágil fortificação, só evoluindo a condição de povoado na segunda metade do século XVII. O povoado que se ergueu junto ao forte idealizado pelos holandeses em 1667 não prosperava, sua localização fora das rotas de comercialização da criação de gado, que na época era a principal fonte de riqueza econômica da capitania, a impediu de ter uma relação ampla com as demais regiões produtivas do Ceará, como Aracatí, Icó e Sobral (quadro 1). Soma-se também o fato de que àquela época a produção do Ceará era toda escoada para Pernambuco, de onde era exportada. A total submissão econômica e política do Ceará em relação a Pernambuco excluíram Fortaleza de qualquer função burocrática e econômica. Nos dois primeiros séculos após o descobrimento do Brasil, séculos XVI e XVII, a capitania do Ceará era praticamente esquecida pelos portugueses. Sua expressividade política e econômica era nula. Isso se deveu basicamente à difícil colonização, índios hostis habitavam a região, as constantes dificuldades de aportar na costa devido às complicadas correntes marítimas, as secas constantes e a ocupação do território pelos franceses e holandeses, que desestimulava a chegada dos portugueses.

¹⁶ LEMENHE, Maria Auxiliadora. *As razões de uma cidade: Fortaleza em Questão*, Fortaleza, CE: Stylus Comunicações, 1991, p. 17.

TENTATIVA DE IDENTIFICAÇÃO DA REDE URBANA CEARENSE NO FINAL DO SÉCULO XVII

VILA OU POVOADO	NÍVEL	FUNÇÃO BÁSICA
Aracati	1. ^o	Comercial/Administrativa/Serviços
Icó	1. ^o	Comercial/Administrativa/Serviços
Sobral	1. ^o	Comercial/Administrativa/Serviços
Crato	1. ^o	Agrícola/Administrativa/Industrial
Camocim	2. ^o	Comercial/Industrial
Acaraú	2. ^o	Comercial/Industrial
Quixeramobim	2. ^o	Comercial/Serviços Básicos
Fortaleza	3. ^o	Administrativa
Aquiraz	3. ^o	Administrativa
Granja	3. ^o	Industrial

Fonte: Sudene/Sudec – estruturação do Espaço Urbano e Regional no Ceará – Uma Abordagem Histórica – 1974 (mimeo). (quadro 1).

A ocupação do Ceará pelos portugueses só se efetivou realmente no segundo século de colonização de nosso país, e foi simplesmente pelo fato de estar exatamente no meio, entre o litoral leste das terras agriculturáveis de Pernambuco e Bahia e o Norte, desconhecido e não conquistado, ameaçado pelas constantes invasões francesas. A localização da capital da capitania do Ceará era indiferente para os portugueses, se ela fosse no interior ou no litoral. A *Vila de Nossa Senhora da Assunção* lutava pela primazia de ser capital com Aquiráz e Aracati, a primeira como melhor opção de localização e a segunda como forte ponto de comércio. Nessa época a manutenção do povoado dependia exclusivamente dos recursos da flora (cajus e jenipapos) e fauna (tatus, patos, marrecos e galinhas d'água). Começava a se delinear uma agricultura de subsistência, nos cultivos de mandioca, milho, feijão, cana-de-açúcar, bananeira e coqueiros-da-bahia, da pesca, no mar, nos rios e lagoas. Tendo seu comércio restrito somente a poucos ambulantes e pequenas feiras-livres.

O povoado de Fortaleza só passaria a condição de Vila no ano de 1699, por uma ordem real que ordenava a criação de uma câmara, eleita pelo voto popular, com a responsabilidade de administração pública, regulamentar e fiscalizar o comércio, as feiras-livres, operacionalizar benfeitorias como: a construção de estradas, cuidar da cidade, enfim se incumbir do desenvolvimento urbano. Isso depois de inúmeros pedidos dos Capitães-mores reclamando das

péssimas condições em que viviam as pouco mais de duzentas almas do povoado, sem administração nem leis que os governassem.

Grande parte do período colonial foi marcado por uma época de muita penúria financeira, com a economia da província dependendo quase que exclusivamente da criação e do abate do gado. Fortaleza carecia de uma eficiente estrutura física e comercial que lhe propiciasse um destaque relevante em relação a outras vilas da província do Ceará. Restava a vila monopolizar a comercialização do rebanho bovino da capitania que era todo escoado para Pernambuco. Os rebanhos bovinos eram então transportados por longos e penosos caminhos até chegarem nas chamadas feiras de gado, erguidas nos entroncamentos das estradas. Essas feiras eram muito importantes para Portugal na medida em que serviam a coroa portuguesa de pontos de controle na cobrança de impostos, feitos na ocasião da comercialização do gado. As feiras de gado tiveram um papel relevante na expansão colonialista do capitalismo mercantil, principalmente no nordeste brasileiro, pois foram formadoras de muitas das novas vilas do sertão. Para escapar do controle fiscal do Estado português, os criadores de gado desenvolveram um método de salga da carne denominado de charqueada, inventada para primeiro, minimizar as perdas (em torno de 50%) do rebanho nas longas jornadas pelos sertões secos, e segundo, burlar o fisco português, que com o processo das charqueadas não tinham mais como manter um controle sobre a carne comercializada.

O surgimento da charqueada tem sido explicado como uma solução encontrada pelos criadores para livrarem-se dos impostos – subsídio de sangue – que eram cobrados sobre o gado por ocasião do abate nos açougues públicos, e, sobretudo, como recurso para superar as perdas que o transporte dos animais das zonas de produção para as de mercado acarretava.¹⁷

Girão¹⁸ em seu livro “Geografia Estética de Fortaleza”, demonstra o papel relevante que as feiras-livres tiveram no desenvolvimento social e econômico da vila de Fortaleza durante e após o período colonial. Girão traça uma divisão cronológica muito interessante baseada na supremacia das praças no

¹⁷ LEMENHE, Maria Auxiliadora. *As razões de uma cidade: Fortaleza em Questão*, Fortaleza, CE: Stylus Comunicações, 1991, p. 33.

¹⁸ GIRÃO, Raimundo. *Geografia estética de Fortaleza*. Fortaleza, CE: Edições UFC, 1997, p. 123.

contexto urbano através dos tempos, vinculando o movimento das praças a existência das feiras-livres. Ressaltando primeiro a hegemonia da Praça do Conselho, depois a da Praça Carolina e por último a da Praça do Ferreira.

A do *Conselho*, ao correr de toda a fase colonial, com a presença do pelourinho representativo. A da *Carolina*, desde que para ali se mudaram, com o seu mercado ao lado, dando-lhe as arras de feira – “a feira velha”, até o advento da do *Ferreira*, que lhe tomou o cetro da vitalidade, passando a “feira nova”, para ela deslocado o centro de gravitação da Capital.¹⁹

A elevação de Fortaleza a condição de Vila propiciou-lhe a função de entreposto comercial que viria a se expandir ao longo da segunda metade do século XVIII, só a partir de então ela ganha a supremacia sobre as demais vilas da Capitania. No final do século XVIII dois fatos alteraram significativamente o desenvolvimento econômico da cidade: Primeiro a libertação da exclusividade da criação de gado como única fonte de renda, isso ocorreu devido ao desenvolvimento da cultura do algodão. O segundo fato foi o rompimento da vinculação política e administrativa com Pernambuco. Esses foram os dois principais fatores que dinamizaram a economia de Fortaleza, abrindo um leque muito amplo de possibilidades, como a ocupação de terras até então improdutivas e o conseqüente aumento de mão-de-obra, dinamizando sobremaneira o comércio urbano.

O comércio de Fortaleza foi incrementado com a abertura dos portos brasileiros as nações amigas em 1808 por D. João VI. Com esse decreto, Portugal perdia o seu monopólio comercial sobre o Brasil, autorizando que a colônia brasileira estreitasse vínculos comerciais com outros países; Portugal deixava de ser a única ponte que ligava comercialmente o Brasil ao mundo. Esse decreto favoreceu sobremaneira a Inglaterra, que em pouco tempo abarrotou o Brasil de produtos industrializados, uma verdadeira avalanche de produtos importados oriundos da Inglaterra e França inundaram nosso mercado impedindo o desenvolvimento da indústria nacional. Assim, mais uma vez o Brasil reforçou sua estrutura colonial de produção, produzindo poucos gêneros destinados à exportação. A intensificação das relações econômicas com a Inglaterra teve

¹⁹ GIRÃO, Raimundo. *Geografia estética de Fortaleza*. Fortaleza, CE: Edições UFC, 1997, p.123.

repercussão no comércio e na sociedade de Fortaleza. Por exemplo, foram imediatamente implantadas as “Casas de Inspeção do Ouro Branco”. Já em 1811, cria-se o primeiro estabelecimento de negócios estrangeiros, iniciando-se assim a influência inglesa no desenvolvimento sócio-econômico da cidade. Em 1872, a estrada de ferro de Baturité começou a ser implantada, e pontes sobre o rio Ceará foram erguidas, ligando assim o litoral as serras, isso acelerou o comércio de Fortaleza, dinamizando também a instalação de novas feiras-livres e a construção de centros de abastecimentos, como mercados fechados. Em 1809 Fortaleza ganha seu primeiro Mercado Público, também conhecido como Mercado da Farinha, edificado onde corresponde hoje ao antigo Mercado Central, feito para organizar de maneira qualitativa e higiênica todos os gêneros de primeira necessidade de que a população necessitasse. Era uma obra realizada para regularizar o comércio ambulante da cidade. Segundo descrição de Antonio Bezerra de Menezes o primeiro Mercado Público de Fortaleza foi idealizado porque a cidade:

... não tinha mercado para nele se venderem os gêneros e evitar-se o monopólio, principalmente da farinha... um mercado dentro do pátio e estacada dos paços do conselho, (casa n. 42 da rua Sena Madureira) servindo de abrigo aos rigores das estações o telheiro... cuja praça e portão seriam francos ao público desde às 6 horas da manhã até às 6 da noite para compras e vendas.²⁰

Com a independência do Brasil de Portugal em 1822, o controle do campo em relação a cidades começa a diminuir. Fortaleza então em 1823, foi alçada a condição de cidade por ordem do imperador. A partir dessa mudança política, saindo finalmente da condição de vila para a condição de cidade, é que a cidade de Fortaleza ganha condições estruturais que possibilitam o crescimento do comércio, centralizando o recebimento e o escoamento dos produtos agrícolas e pastoris, tornando-se então o núcleo hegemônico da capitania.

²⁰ BEZERRA DE MENEZES, Antonio. *Descrição da cidade de Fortaleza*. Fortaleza, CE: Edições UFC, p. 69. Raimundo Girão em nota de pé de página explicita que o autor não faz referência ao Chamado Mercado dos Ferros, de beleza singular, edificado no centro da praça Carolina, com bases de tijolo como sustentação dos Ferros, importados da França, esse mercado foi depois desmanchado e desmembrado em duas partes, uma das quais se encontra hoje montada no Mercado do Bairro Alto da Balança na BR 116 e a outra parte localizada no que hoje é o conhecido Mercado dos Pinhões.

A partir do meado do último século, Fortaleza respirou a mais amplos pulmões. Deixava de ser a vila-menina contemplada pelo inglês Koster, pois desde 1823, fora galardoada com a categoria de cidade e um título cheirante a realeza. Dom Pedro I, imperador do Brasil pela graça de Deus e unânime aclamação dos povos, houvera por bem “que a vila de Fortaleza fique ereta em cidade e que por tal seja havida e reconhecida com a denominação de *Cidade da Fortaleza de Nova Bragança* e haja todos os foros e privilégios das outras cidades, concorrendo com elas em todos os atos públicos e gozando, os cidadãos e moradores dela, de todas as distinções, franquezas e liberdades das outras cidades, sem diferença alguma” (Carta Imperial de 17 de março).²¹

Com a formação do império brasileiro a sociedade brasileira foi forçada a uma estilo de vida que exigiu grandes transformações, as elites procuravam imitar os hábitos e costumes ditos modernos totalmente baseados na cultura européia. As principais cidades brasileiras foram forçadas a adequar-se às mudanças fazendo reformas urbanas e introduzindo novos códigos morais e materiais. Fortaleza não ficou de fora dessas mudanças, procurou traçar planos e estratégias que redefinisse sua forma urbana, como: embelezamento das principais praças e ruas, normas de conduta urbana, medidas saneadoras e higienistas. Uma das medidas modernizadoras imposta a população pelo império brasileiro a reboque das transformações que ocorriam na Europa, foi a normatização e imposição de um novo sistema decimal baseado em novos padrões (quilo, litro e metro). O antigo sistema métrico de origem ibérica (Portugal e Espanha) era baseado na cuia, na vara e na braça, largamente utilizados durante toda a era colonial em mercados e feiras-livres. Obviamente que esses fatos não passaram incólumes aos olhos da população, que via nessas transformações a chance de ser enganada por espertos comerciantes, pois não conheciam o novo sistema métrico. Essas mudanças desencadearam uma revolta da população mais pobre (agricultores, artesãos e feirantes) que ficou conhecida aqui no Nordeste brasileiro como “A Revolta dos Quebra-Quilos”.

O novo sistema decimal, baseado nos padrões do quilo, litro e metro, foi um desdobramento da Revolução Francesa e visava unificar as modalidades de medidas em todo mundo. No Brasil imperial, cujos valores políticos e culturais eram fortemente pautados pelo exemplo da França, d. Pedro II promulgou, em 26 de junho 1862, a Lei Imperial nº 1.157, oficializando o sistema métrico-decimal em todo o território... A arena principal dos conflitos foram os mercados e feiras, para onde semanalmente as populações pobres afluíam para comprar, vender mercadorias, e também saber das novidades – era um espaço de intensa

²¹ GIRÃO, Raimundo. *Geografia estética de Fortaleza*, Fortaleza, CE: Edições UFC, 1997, p. 149.

sociabilidade, onde inclusive se mediam forças simbólicas e reais. O Quebra-Quilos foi uma ocasião em que essas tensões latentes se manifestaram....²²

Na segunda metade do século XIX o Brasil e conseqüentemente o Ceará, entram definitivamente na rota de produção e consumo, regido pelo capitalismo internacional, que começava a tomar corpo, a partir de uma industrialização maciça desenvolvida pelos países centrais, isso teve como conseqüência imediata à entrada da economia cearense à divisão internacional do trabalho. Os períodos correspondentes às últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX assinalaram um conjunto de importantes transformações sociais no Brasil. Fatos como a abolição da escravatura, a implantação do trabalho assalariado e a queda do regime imperial em prol do regime republicano. Em Fortaleza os agentes catalisadores das mudanças sociais e econômicas impostas pelo capital modernizador foram os grupos sociais ligados ao setor do comércio, que estavam então fortalecidos pelo aumento das importações e exportações do algodão. Os profissionais liberais também tiveram papel de destaque na formação de uma nova ordem urbana da cidade de Fortaleza.

A disciplinarização do espaço urbano da Capital cearense a partir do final do século passado acha-se estreitamente relacionada com um leque de medidas e técnicas voltadas para o reajustamento social das camadas populares, sobretudo por meio do controle da saúde, dos corpos, gestos e comportamentos. Tratava-se, *lato sensu*, de um processo disciplinador que pretendia instaurar uma nova ordem capitalista, republicana e racional que, daquele período até o fim da Primeira República, atravessou as principais cidades brasileiras.²³

No início do século XX, Fortaleza já centralizava quase toda a produção econômica da província, quebrando de vez a hegemonia de Aracati, como principal ponto centralizador de excedentes agrícolas do Ceará. Fortaleza concentrava também quase todas as rendas obtidas de tributos arrecadados no Estado. Firmou-se também como principal núcleo escoador de mercadorias para o resto do país, assim como também para o exterior, assumindo de vez a sua vocação de cidade comercial.

²² LIMA, Luciano Mendonça de. Revista Nossa Historia Nº 08, Rio de Janeiro, RJ: Editora Biblioteca Nacional, Junho – 2004 - p. 34

²³ PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza belle époque – reforma urbana e controle social 1860-1930*. Fortaleza, CE: Edições Demócrito Rocha, 2001, p. 25.

O processo de modernização urbana desencadeado no século XIX tem uma culminância na década de 1930 com a criação do Código de Postura Municipal, que regulava quase todas as atividades urbanas, como, o tráfego, a construção de casas e prédios, o comércio e inclusive a regulamentação das feiras-livres. A Fortaleza bucólica, poética, cantada em versos e prosas pelos poetas nas noites de lua, passa em fins da década de 1930 a travar contato com a modernidade vivenciada pelos países ditos industrializados. Troca à arquitetura que moldava seu espaço urbano, como também seus modos sociais, todos inspirados na cultura francesa, até então dominante no mundo, pelo progresso tecnológico imposto pela cultura americana, que começava a eclodir. Esse “progresso” instalado em Fortaleza veio aparado por algumas medidas propostas pelo poder público, prontamente aceita pela elite local, porém essas melhorias não atingiram a população menos favorecida. Esse fato provocou um certo choque temporal, uma modernidade capenga, pois embora a elite da cidade se locomovesse de carro e usufrísse as benesses que as nações industrializadas podiam proporcionar a essa minoria, os abastecimentos dos mercados e das feiras-livres continuavam sendo feitos por tropeiros, que de madrugada entravam na cidade com seus animais abarrotados dos mais diversos gêneros alimentícios, cultivados em municípios vizinhos.

O processo de modernização americana que se desenvolveu em Fortaleza se deu tendo como base três diretrizes, que se entrelaçam e se combinam: o primeiro fato foi a disseminação de produtos remanescentes da segunda guerra mundial que aliava a ciência a tecnologia, que tiveram como conseqüência imediata a implantação da luz elétrica, telefone e pavimentação urbana; e em segundo lugar o conseqüente crescimento físico da cidade (de 1920 a 1940 a área urbana de Fortaleza passa de seis km² a quarenta km²) e finalmente o incentivo da importação de uma verdadeira avalanche de produtos que vieram recheiar o comércio de Fortaleza (plástico, náilon e alumínio).

A estapafúrdia aquisição do plástico para cortinas, o embravecimento diante dos copos inquebrantáveis, a contemplação da caneta esferográfica entronizada, o estupor causado pelas meias de náilon, o prestígio assegurado pelo novo refrigerante – todas as passagens exprimem um investimento subjetivo de desejo

e imaginação, em que vale a mediação prática dos objetos, e mais seu estatuto simbólico enquanto veiculadores do moderno. Abstraídos de sua função, estes engenhos técnicos não são propriamente utilizados, e sim possuídos, aureolados como insígnias de distinção social e de prestígio pessoal.²⁴

Estes fatos tiveram como resposta imediata uma maior dinamização da sociedade, aceleração do crescimento urbano, provocando verdadeiros choques entre o provincial existente e o moderno que se instalava. A cidade começava então a ser marcada por ciclos de “progressos”, de inovações técnicas. Num espaço muito curto de tempo, em apenas três décadas Fortaleza exhibe um leque bastante amplo de objetos industrializados instalados em seu meio urbano. Foi instalada uma rede elétrica nas residências e comércios, começavam a circular os primeiros bondes elétricos (1913), construiu-se a primeira rede de água e esgoto (1926), construção do primeiro arranha-céu da capital (Excelsior Hotel) (1931), implantação de uma iluminação pública elétrica, substituindo os velhos lampiões á gás carbônico e a instalação de salas de cinemas (1940).

Obviamente que todas essas modificações ocorridas na cidade não passaram incólumes diante do ideário da população fortalezense, acarretando uma mudança brutal no cotidiano da cidade, as pessoas de uma hora para outra se depararam com um contingente enorme de objetos novos e modernos, dos quais as pessoas não tinham a mínima idéia do que eram e para que serviam, novas mercadorias que passaram a povoar o cotidiano, causando então espanto e desejo. O resultado como não poderia deixar de ser, foi uma ampliação drástica do consumo, em parte reforçada por campanhas publicitárias em rádios e nos cinemas, na época os únicos veículos de massa que vinculava publicidade, passando então a tecnologia a fazer agora parte do cotidiano de uma fatia da população mais abastada, não alcançando ademais o resto da população.

O “progresso” e a conseqüente modernização urbana decorrente desse processo que se instalou definitivamente no cotidiano da cidade a partir dos anos 30, foi extremamente desigual e segregador. Trouxe em seu bojo uma contradição, ele não se disseminou para as camadas menos favorecidas, ao

²⁴ SILVA FILHO, Antonio Luiz Macedo. *Paisagens do consumo – Fortaleza no tempo da segunda guerra grande guerra*, Fortaleza, CE: Museu do Ceará, 2002, p. 130.

contrário, foi exatamente entre os anos de 1930 e 1950, na medida em que a modernidade urbana se instalava e se consolidava, deixava em seu rastro a formação de inúmeros bairros pobres, multiplicando-se as favelas, aumentando as áreas periféricas de pobreza extrema, foco de miséria e de doenças. Até essa época o comércio de Fortaleza era centralizado, muitos bairros careciam de estabelecimentos comerciais, mercados e feiras-livres, de escolas, transportes, água potável e saneamento básico, tendo a população mais carente que se locomover para o centro da cidade para poder se abastecer. Agravava também o fato de que o retrato econômico de Fortaleza era lastimável, tínhamos um setor agrário instável e altamente dependente da monocultura do algodão, agravado pela falta de investimentos e de recursos técnicos. No setor industrial, nenhuma expressividade, totalmente limitada por uma tecnologia atrasada e altamente dependente do exterior, principalmente o setor têxtil, que sofria com as imposições da Inglaterra, por conta disso tínhamos um baixo índice de produtividade, que era resultante da tecnologia obsoleta aliada ao trabalho sem qualificação e mal remunerado, somado a isso tudo tínhamos um sistema de energia elétrica de péssima qualidade, causando interrupções freqüentes.

As secas constantes que assolavam toda a região do semi-árido cearense foram o principal fator que pesou para o constante aumento populacional da cidade de Fortaleza. Comparada a outras cidades do Nordeste, Fortaleza foi à cidade que mais cresceu no quesito referente à população (quadro 2). O êxodo rural no Ceará foi tão grande que a elite financeira do Estado começou a se preocupar com uma possível colapso da agricultura, o que acarretou uma pressão dessa elite junto às autoridades, para que tomassem providências no sentido de barrar a migração rural. O flagelo da seca favoreceu ao aumento do comércio ambulante o que implicou num fraco desenvolvimento econômico, aliado a indústrias com tecnologia ultrapassada, sem um porto aparelhado que favorecesse o escoamento da produção, somado a uma agricultura penalizada pelo latifúndio improdutivo. Todos esses fatores propiciaram a fragilização da economia, Com o fato desemprego em alta, recorria-se ao trabalho informal para

sobreviver, e a Praça do Ferreira era o grande reduto da informalidade, existia em seu espaço uma verdadeira feira-livre, onde se vendia de tudo.

No final de 1954, até carneiros e pneus eram vendidos na Praça do Ferreira. O trânsito de pedestres era feito com dificuldade, em alguns quarteirões, devido a pessoas que recorrem a pequenos biscates para justificar seu ócio forçado. Vendia-se de tudo nas calçadas: Frutas, camarão seco, pente fino, calças de mescla, espelinhos, toalhas de rosto, retoques de algodão, e nylon, pó de arroz e revistas velhas.²⁵

POPULAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ E DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA.

(Período: 1890 a 2.000)

ANOS	CEARÁ	CRESCIMENTO	FORTALEZA	CRESCIMENTO
1890	805.687	-	40.902	-
1900	849.127	5,38	48.369	18,2
1920	1.319.228	55,3	78.536	62,2
1940	2.091.032	58,5	180.165	129,4
1950	2.695.450	28,9	270.169	49,9
1960	3.337.856	23,8	514.813	90,5
1970	4.491.590	34,5	857.980	66,6
1980	5.380.432	19,7	1.308.919	62,5
1991	6.366.647	18,32	1.763.637	34,73
1996	6.809.794	6,96	1.967.365	11,55
2000	7.106.605	4,18	2.141.402	8,13

Fonte: Dados para o Ceará período de 1890 a 1970 – Sinopse Preliminar do 8º Recenseamento Geral – Ceará e Anuário Estatístico do Brasil, 1976. Dados para Fortaleza, período de 1890 a 1970 - Sinopse Preliminar do 8º Recenseamento Geral. Dados para 1980 a 1991: Sinopse Estatística do Brasil – 1991. IBGE – Contagem Populacional – 1996. IBGE – Contagem Populacional - 2000. (quadro 2)

Parente²⁶ em seu artigo intitulado “O Ceará dos Coronéis”, faz um interessante recorte histórico que compreende o período de 1945 a 1986, a que ele denomina de período dos “coronéis”. Podemos destacar como fato de maior relevância nesse período à criação do Banco do Nordeste do Brasil em 1954, com a sede em Fortaleza. O Banco do Nordeste foi fundamental na formação de um quadro técnico, formando a base que consolidou o processo de transição da dependência rural-comercial para a modernidade industrial-urbana. Segundo

²⁵ JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960)*, São Paulo, SP, Editora Annablume, 2003, p. 71.

²⁶ PARENTE, Francisco José C.. *O Ceará dos “coronéis” (1945-1986)*, artigo publicado no livro: Uma Nova História do Ceará, publicado pela Edições Demócrito Rocha, Fortaleza, CE, 2000, p. 381.

Gondim²⁷ esse período tinha relações definidas que eram baseadas na troca de favores, o político dava a terra, moradia, emprestava dinheiro, arranjava emprego em troca de votos, ou seja, formando os conhecidos “currais eleitorais”.

No Ceará, contudo, aquela conjuntura é marcada, primeiro de principalmente, pela criação do Banco do Nordeste, em 1954, um banco que vai além de ser uma instituição financeira. A importância deste fato está no papel fundamental que esse banco teve na formação de um quadro técnico, indispensável na transição para a “modernidade” da sociedade cearense.²⁸

Durante o primeiro mandato como governador do Ceará em 1962, Virgílio Távora iniciou o processo de industrialização em nosso Estado, lançando as bases da passagem de um sistema econômico baseado na agricultura e no comércio para a modernidade industrial. Essas ações tinham como fundamento teórico as idéias econômicas de Celso Furtado (a técnica aliada ao processo de industrialização e modernidade), e apostava também no corpo técnico do Banco do Nordeste. A obra mais representativa de seu governo foi à implantação-distribuição de energia elétrica de Paulo Afonso, acabando com os constantes cortes de energia elétrica que prejudicava o desenvolvimento das indústrias instaladas no Estado.

A partir de 1986 um grupo de empresários capitaneado pelo empresário Tasso Jereissati formaram uma frente que combatia e ao mesmo tempo traçava uma alternativa a “oligarquia dos coronéis”, marcada profundamente pelo clientelismo, extrema corrupção e mantida pela miséria que assolava o interior, calcada no conhecido termo “indústria da seca”. No entanto a principal marca do novo governo, intitulado “Governo das Mudanças”, era a exarcebação da propaganda, tanto nacional como internacional, fincada num marketing positivo: a criação de uma imagem irrealista de um projeto de modernização (autoritária) questionável, ela só favoreceu novamente a elite que se mantém no poder. O novo grupo político que assumiu o poder no Ceará afirmou que a eleição de Tasso foi uma ruptura política com o antigo regime. Não

²⁷ GONDIM, Linda M. P.. *Os “governos das mudanças” (1987-1994)*, artigo publicado no livro: *Uma Nova História do Ceará*, publicado pela Edições Demócrito Rocha, Fortaleza, CE, 2000, p. 410.

²⁸ PARENTE, Francisco José C.. *O Ceará dos “coronéis” (1945-1986)*, artigo publicado no livro: *Uma Nova História do Ceará*, publicado pela Edições Demócrito Rocha, Fortaleza, CE, 2000, p. 381

foi bem assim, embora tenham ocorrido mudanças na forma política de conduzir o Estado, elas foram muito mais direcionadas ao fortalecimento do grupo de empresários que se sustenta no poder, do que para a sociedade como um todo.

Um aspecto que deve ser ressaltado no *marketing* desses governos é a produção de uma imagem positiva do Estado do Ceará, e não apenas de seus líderes. Tanto que o governo Ciro Gomes apoiou a realização da telenovela *Tropicaliente*, exibida em 1994 pela Rede Globo, sob a condição de que fosse mostrado “o lado que tem infraestrutura turística, modernidade e indústria [no Ceará].”²⁹

O Turismo passa a ter um lugar de destaque no cenário econômico da cidade e do Estado. Esse turismo, antes descompromissado passa a ser concorrencial, motivado pelo fato do acirramento entre as capitais do Nordeste brasileiro (Salvador, Recife, Maceió e Natal), fazendo com que Fortaleza melhorasse sua infraestrutura, um novo aeroporto de nível internacional, instalação do metrô metropolitano (Metrofor), uma melhor rede hoteleira, novas rodovias (Costa do Sol Poente e Nascente) ligando a capital aos principais pontos turísticos do Estado. Porém essas transformações por si só não bastaram para a melhoria da vida da população menos favorecida. As conseqüentes crises financeiras decorrentes de políticas desastrosas do governo brasileiro tiveram como conseqüências um baixo crescimento econômico, que atingiu o setor formal da economia, acabando com inúmeros postos de trabalho. Em decorrência desse fato, houve um aumento de postos de trabalho no setor informal da economia, possibilitando assim a ampliação de um mercado econômico não fixo, que atraiu não somente o homem do campo que chegava a cidade, mas também operários e comerciários, que sem a qualificação profissional necessária, não tinha mais chances de recolocar-se no mercado formal de trabalho, buscando na informalidade sua sobrevivência. Nesse contexto político as feiras-livres destacam-se como uma das formas de emprego informal que mais absorvem a mão-de-obra não qualificada que chega a cidade (novos migrantes).ou os que perdem o emprego no setor formal.

²⁹ GONDIM, Linda M. P.. *Os “governos das mudanças” (1987-1994)*, artigo publicado no livro: Uma Nova História do Ceará, publicado pela Edições Demócrito Rocha, Fortaleza, CE, 2000, p. 418.

O atual crescimento (em termos físicos) da cidade de Fortaleza deve-se principalmente ao modelo econômico adotado pela elite política que atualmente governa o Estado. Um modelo de crescimento econômico baseado na instalação maciça de empresas de origem nacional e internacional. Outro fator de investimento é o turismo, vendendo a imagem da cidade como a “Terra do Sol”, aliada também ao setor comercial e de serviços. A cidade de Fortaleza é hoje uma metrópole, concentra a maior parte dos investimentos econômicos, assim como também é o centro de decisões políticas que atingem todo o Estado. Como afirma Silva, hoje a imensa fragilidade da rede urbana do Estado do Ceará contrapõe com todo poderio financeiro e administrativo-decisório da capital.

A lenta consolidação do sistema urbano cearense ocorre tardiamente e, na verdade, até hoje, neste final de século, a rede de cidades no Estado apresenta-se frágil, sob o comando intenso de Fortaleza, exemplo acabado do fenômeno da macrocefalia urbana, que explica o crescimento desmesurado da capital, em detrimento das cidades do interior.³⁰

A forma como é hoje formulada e conduzida a política econômica mundial, calcada no apóio irrestrito aos interesses da política neoliberal imposta pelos países centrais aos países periféricos, é uma prática altamente nefasta aos países considerados em desenvolvimento. Essa política lança a idéia de um avanço modernizador, mas que na verdade é segregador e altamente perverso, elegendo espaços e negligenciando outros. Em verdade, uma política com estratégias globalizantes como é o caso da política neoliberal, promove muito mais a expulsão e até mesmo a extinção de pequenos organismos de sobrevivência, relegando-os a condição de subprodutos de uma ordem estruturante que dificilmente permitirá um “respirar para fora” dela mesma. As feiras-livres são cada vez mais empurradas para a periferia da cidade onde atuam como um lugar onde é “permitido” certas ilegalidades ou pequenas apropriações indevidas - no caso, nos referimos a reprodução de logotipos de marcas famosas, devidamente autorizadas, dando lugar a notórias falsificações -. As feiras livres acolhem grande parte de pessoas oriundas do trabalho formal, assim como também permite que pessoas de baixo poder aquisitivo possam consumir produtos que embora sejam

³⁰ SILVA, José Borzachiello. *A cidade contemporânea do Ceará, Uma nova história do Ceará*. Fortaleza, CE: Fundação Demócrito Rocha. 2000, p.217.

imitações de algumas grifes famosas, dão a elas a falsa idéia - ideologicamente reforçada pela mídia corrente – de fazer parte de um seguimento social pelo qual são constantemente rejeitadas, apenas suportados como necessários dentro de uma gradação social necessária.

1.1. FEIRA-LIVRE: ASPECTOS DA POLISSEMIA URBANA.

Para compreender o significado do termo polissemia no contexto da feira-livre, é preciso antes de tudo partilhar do seu universo de sentido. Com isso, queremos dizer que para apreender as ambigüidades que a feira-livre apresenta e representa no espaço urbano, é de fundamental importância se imiscuir com os hábitos cotidianos de seus participantes. É preciso não apenas pesquisá-la como objeto em separado, pinçado e averiguado à maneira das ciências naturais, ao contrário, é fundamental romper a relação sujeito-objeto – pelo menos em momentos pontuais – e fundir-se com elementos que se constitui e compõe simultaneamente indivíduo e cultura.

A linguagem é um elemento-chave na feira-livre, quando nos referimos à linguagem não elucidamos apenas a linguagem como capacidade de articular sentido e significado através das palavras. A linguagem a qual nos referimos aqui é a linguagem como corpo flutuante, como imagem sedutora, como ritual de apropriação das relações entre feira-livre e feirante, mercadoria e consumidor, transeunte e pedinte.

Mentalmente: a coerência, a capacidade de articular elementos distintos, de atribuir-lhes significações e sentidos, de emitir e de decifrar mensagens segundo convenções codificadas. *Socialmente*: a coesão das relações, sua subordinação às exigências e coações da coesão, a ritualização das relações, sua formalização e codificação.³¹

Há em cada um desses elementos uma linguagem própria, ou uma significação particular que atua em conjunto com as demais. A feira-livre em praça

³¹ LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*, São Paulo, SP: Editora Moraes, 1991, p.89.

pública, a *ágora*³² assim como os gregos entendiam o sentido dessa palavra, é o espaço que abriga um jogo de coesão e separação entre todos os elementos que ali coabitam.

As feiras-livres, segundo Silva Filho³³, eram até a década de 1940, em Fortaleza, a principal fonte de abastecimento de gêneros de primeiras necessidades, como cereais, frutas e verduras. É a partir dessa época que a sociedade cearense começa a travar contato com uma grande diversidade de mercadorias: tecidos sintéticos, plásticos, borrachas, alumínio, etc., mudando totalmente os hábitos de consumo dos consumidores. A feira-livre passa então a desempenhar um novo papel na vida urbana, associa-se a dinâmica urbana, calcada no consumo de massa. Esse processo hoje em dia esta plenamente sedimentado no interior da feira, os gêneros de primeira necessidade estão paulatinamente cedendo terreno para objetos ligados à tecnologia moderna. Raimundo Girão aborda a questão da feira-livre como um lugar controvertido, onde tendências díspares se aliam para formar uma face heterogênea, mutante, que quase sempre é arredia a interpretações definitivas.

Não deixou a Praça de ser a *feira* das quinquilharias materiais e das intelectuais, das bugigangas de artesanato ou das bagatelas de mediocridades afoitas, apregoadas na amplificadora da cabotínic. Feira, outrossim, de jóias verdadeiras – a do ouro da inteligência – feira democrática, onde o endinheirado se ombréia com o mendigo, a ignorância se nivela ao talento, o atarefado se mistura ao ocioso, a moral se iguala a sabugice, os falsários se confundem com os honestos e o dogmático se entende com o herético. Todos em santa simplicidade, lendo jornais, sofrendo o suplicio das *filas*, saboreando merendas de *cachorro-quente*, bebendo café ou caldo de cana, engraxando os sapatos, cochichando política ou a vida alheia, com maldade ou sem ela, conversando, rindo, mentindo, esperando alguém ou alguma cousa, ou não esperando senão que o tempo passe.³⁴

A feira-livre pode ser uma poesia do cotidiano ou simplesmente uma fria imagem das durezas do dia-a-dia. Os rostos suados podem exibir um sorriso matreiro ou uma expressão de insuperável cansaço, as mãos marcadas podem representar um orgulho das lutas cotidianas vencidas, ou os suplícios e

³² A *ágora* tinha para os Gregos o sentido de praça pública e de mercado onde os cidadãos exerciam seus direitos políticos e sociais.

³³ SILVA FILHO, Antonio Luiz Macedo. *Paisagens do consumo – Fortaleza no tempo da segunda guerra grande guerra*, Fortaleza, CE: Museu do Ceará, 2002.

³⁴ GIRÃO, Raimundo. *Geografia estética de Fortaleza*, Fortaleza, CE: Edições UFC, 1997, p. 133.

dificuldades que o tempo não conseguiu apagar. Enfim, a feira é para alguns um passeio dominical, enquanto que para outros o lugar da labuta, da fadiga que já se acumula pelos dias da semana que ainda não terminou, quem vai a feira se aventura a experimentar a instabilidade do viver humano, a sua eterna sina de *sísifo* (que empurra sua pedra rochedo acima mesmo sabendo que no dia seguinte ela rolará para que ele novamente volte a empurrá-la).

A totalidade das feiras-livres que se espraiam sobre a cidade de Fortaleza não são homogêneas, cada feira tem sua própria forma de operar e conteúdo específico, tem sua própria alma, seu jeito de ser. Poucas são específicas, vendendo em sua quase totalidade um só produto, outras buscam a diversidade, muitas vendem de tudo, desde o parafuso até o videogame de última geração, comidas típicas, roupas, plásticos, alumínio, bicicletas, carros, cereais, legumes, verduras e diversos tipos de carnes. Algumas adentram a marginalidade, há serviços de falsificação de documentos, prostituição, objetos de procedência duvidosa, mercadoria pirateadas e vendas de animais silvestres. Enfim, cada feira-livre tem suas particularidades, elas imprimem no indivíduo sua marca, seu tipo, seu elo de ligação. Vamos a feira não só para comprar, mas também para passear, jogar conversa fora, se perder na multidão, refazer antigos elos culturais. Fazer compras na feira é o objetivo principal de quem a visita, no entanto, lá estando muitas outras atividades se inter cruzam provocando um feixe de experiências.

Ao adentramos na feira-livre, nos deparamos com um verdadeiro mar de barracas uma verdadeira colcha de retalhos costurada a esmo. A feira-livre é um intrincado labirinto de corredores, um lugar de trabalho e às vezes de lazer, espaço do permitido e do permissivo, tomando emprestado a expressão de Walter Benjamin, seríamos então um verdadeiro *flaneur*³⁵, exercitando uma viagem urbana pelos caminhos que a feira-livre nos oferece. Cada vez mais penetramos numa profusão de sentidos, é como se a feira-livre fosse paço a paço desvelando suas formas e seus sentidos, seu lado lúdico, seu encantamento e

³⁵ Termo criado por Walter Benjamin para designar o viajante urbano, aquele que passeia pela urbe.

desencantamento, seu lado profano, sua lógica e seu caos, sua antiguidade e sua modernidade. A feira-livre consegue imprimir no ideário urbano o verdadeiro sentido do termo “modernidade”.

A verdadeira modernidade, que não se realizou ainda, passa por uma autêntica expulsão do mito, por um autêntico despertar, e não por um despertar sonhado, como aconteceu com a pseudo-modernidade. Esse despertar verdadeiro não significa rejeitar pura e simplesmente o sonho, e sim transformar em práxis os momentos utópicos contidos no sonho da modernidade.³⁶

Com a presença cada vez mais marcante de empresas nacionais e internacionais agindo localmente e pelo seu imenso poder financeiro de se instalar e atuar localmente, as feiras ou acabam ou são empurradas cada vez mais para a periferia das grandes cidades. Elas não têm como competir quando as grandes cadeias de supermercados se instalam nos bairros onde elas operam. Colaboram para esse fato os empreendimentos que o Estado proporciona ao grande capital para que ele se instale adequadamente.

A maior feira-livre do bairro, ao longo da Bathgate Avenue, ainda florescente no final dos anos 50, foi dizimada; um ano após o advento da estrada, o que restava até esse momento malogrou. Então, despovoado, economicamente exaurido, emocionalmente em frangalhos (implacáveis como os danos físicos, as feridas anteriores foram piores), o Bronx estava maduro para todas as terríveis espirais da praga urbana.³⁷

A feira-livre apresenta em sua configuração aspectos dicotômicos, paradoxais, ao mesmo tempo em que ela remonta a um tempo desaparecido, ou seja, uma verdadeira viagem no passado, exprimindo seu lado lúdico, povoado de sons, cores e cheiros que a vida moderna já esqueceu, ela também está permeada de signos da modernidade. Traz em si retratos da cidade antiga e da cidade moderna, se investe de todas as significações urbanas, se apropria do saber integral da cidade, do urbano e do rural, do seu presente e do seu passado, expressando em sua paisagem tanto a condição de flerte com o passado como também com a modernidade. No seu âmago a feira retém algo de valioso, revela

³⁶ ROUANET, Sergio Paulo. *A razão nômade – Walter Benjamin e outros viajantes*. Rio de Janeiro, RJ: Editora UFRJ, 1993, p. 11.

³⁷ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2001, p. 278.

os extremos da urbe moderna, ao mesmo tempo em que cultiva velhos hábitos autenticamente preservados.

Num mundo em que o espaço é cada vez mais virtual, à volta de prosaicos hábitos cotidianos é sempre bem vinda e pode se tornar uma surpreendente forma de prazer. Mesmo com todos os transtornos que as feiras-livres acarretam aos moradores das ruas ou praças onde são realizadas, ainda assim, representam uma viagem a um passado que se apossa do presente. As feiras conduzem o transeunte a um ir e vir na linha do tempo. Daí sua importância no contexto urbano das cidades, funcionando como um contraponto à frieza das relações na grande cidade.

Qual é a marca da feira dentro de uma metrópole? Qual seria sua característica mais intrínseca? Se tivesse uma palavra que a representasse, qual seria? Certamente “diversidade”. A feira é lugar onde trafegam lado a lado pobres e ricos, velhos e jovens, mendigos e vendedores de santinhos. Ela é composta de uma caoticidade de traços, cores, sons, sotaques, roupas, cheiros, volumes, movimentos, enfim uma representação fiel dos signos da cidade antiga e moderna, todos dispostos em seu território articulado.

O que faz com que uma pessoa pertencente à classe dominante busque consumir produtos de grife numa boutique cara de um luxuoso shopping center é a mesma ideologia que leva outra pessoa, de classe dominada a consumir produtos de imitação das grifes chiques que lotam as barracas das feiras-livres. Na realidade as feiras-livres dão vazão a uma ideologia do consumo que chega as camadas mais pobres através da mídia, que não podem comprar os produtos de grifes, mas podem comprar a ilusão da imitação.

A cultura é produzida pela sociedade e, portanto, uma sociedade dividida em classes produzirá uma cultura dividida. Uma sociedade submetida produzirá uma cultura de sub-missão. As classes dominantes tentam instituir como cultura a ‘sua’ cultura e como incultura a cultura das classes dominadas. Quando muito, concedem à cultura do povo o status de *folk-lore*.³⁸

³⁸ SANTAELLA, Lúcia. *(arte) & (cultura)- equívocos do elitismo*, São Paulo, SP: Cortez, 1995, p. 17.

A feira-livre promove e desperta o interesse pela mercadoria, entroniza o fetiche, tornando-se uma representação da própria dimensão enigmática da cidade moderna, que transmite no seu âmago as incertezas do cotidiano, e a luta acirrada pela sobrevivência. É detentora de uma estratégia metamorfósica, condenada a uma demolição diária e perpétua, cria-se e recria-se em outro dia e noutro lugar. A feira-livre apresenta e representa a dualidade exposta pela modernidade urbana, com suas profundas contradições, sejam elas centrais ou periféricas. Oferecem não somente produtos de subsistência, como também uma gama variada de objetos, grande parte dos quais representadas nas propagandas veiculadas pela mídia. Nas feiras há barracas de comidas e bebidas típicas, de fumo de rolo, de chapéus de couro, utensílios de barro, ervas medicinais (Foto 1) misturadas a pratos de plásticos, canecas, sandálias, cds piratas, xampus de última geração, imitação de produtos de grife, relógios digitais e produtos artesanais que se misturam a produtos anunciados pela *mass media*. Dentro da feira convive-se com produtos artesanais e, ao mesmo tempo quinilharias do Paraguai. Octavio Ianni chama atenção para o uso e o consumo dos produtos vendidos na feira e que fazem parte do universo do consumo midiático.

Nenhuma mercadoria é inocente. Ela é também signo, símbolo, significado. Carrega valor de uso, valor de troca e recado. Povo o imaginário da audiência, auditório, público, multidão.³⁹

³⁹

IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1996.



Foto 1 - Raizeiro expõe sua mercadoria - Feira de Messejana.

Quando se vai a uma feira-livre encontra-se no seu interior um paradoxo temporal, o passado permeado de signos quase desaparecidos, assim como, um olhar que flerta com a modernidade, no sentido em que ela para sobreviver, se adapta aos ícones do novo, expõe seus produtos, representa a cidade moderna e por ela é representada, ao mesmo tempo em que trás para o presente, vestígios da cidade antiga. A feira-livre se reveste de todas as significações urbanas, se apropria do saber da cidade, do seu perto e do seu longe, do seu presente e do seu passado, expressa suas paisagens, assume sua condição de encontro-desencontro com a modernidade, ampliando seus contrastes e suas contradições. Na feira, os feirantes se conhecem, tem intimidade, brincam uns com os outros, brincam com os fregueses que também

conversam e brincam entre si, confessam intimidades, discutem problemas. É aí, que os gestos tomam novos sentidos. Geertz nos revela em seu livro: "*A Interpretação das Culturas*"⁴⁰ o conceito de *habitus*, no sentido de aprendizagem, conhecimento, de uma *reprodução social* plena, que não pode ser desprezada e se torna um importante momento no cotidiano da feira livre. Aprendizagem ocorre muitas vezes de forma hierarquizada, os mais velhos transmitem seus conhecimentos aos mais novos, que aprendem por um "ver, para fazer igual" (Foto 2).



Foto 2 - Criança Feirante sob o olhar do tio na feira-livre de Messejana.

A questão da relação do trabalho na feira-livre é muito instigante, uma verdadeira teia de relações se forma através dela. A característica mais marcante e notória em relação às diversas formas de trabalhos encontradas no interior da feira-livre, é a questão da informalidade. A feira-livre hoje tanto tem o feirante propriamente tido (o antigo), assim como absorve um contingente muito

⁴⁰ GEERTZ, Clifford Geertz. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 1989.

expressivo da população de desempregados oriundos do emprego formal (os novos). Observamos outros tipos de comerciantes que operam na feira em conjunto com os feirantes propriamente ditos, são camelôs, caixeiros viajantes, donos de estabelecimentos comerciais que nos finais de semana complementam sua renda na feira. Existem também os trabalhos terceirizados, que dependem do funcionamento da feira, são trabalhadores contratados pelos feirantes para montarem as barracas, limpar o local após o término da feira. Os feirantes também contratam uma empresa, que faz o transporte das barracas de um local para outro, montando e desmontando as barracas, outros alugam as barracas de outros para poderem montar e expor suas mercadorias.

A informalidade do comércio de rua, especificamente o da feira-livre possui diversas territorialidades no seu interior, os *ambulantes* que ocupam determinados setores da feira-livre, que podem ser de três tipos: os *fixos* (que se fixam preferencialmente em seu entorno (cabeça de feira)⁴¹, e vendem seus produtos em pequenas caixas penduradas no pescoço), os que *perambulam* (que percorrem toda a feira-livre) e os de *época* (aparecem de vez em quando); os *camelôs* (são fixos e possuem uma banca de venda bem pequena e geralmente se instalam dentro da feira-livre); os *siris* (denominação dada a vendedores tipicamente sertanejos) e os *feirantes* (comercializa seus produtos geralmente regulamentados pela prefeitura).

O conceito de Santos (1979) sobre os dois circuitos econômicos presentes no espaço urbano das cidades dos países periféricos fornece varias indicações que servem como parâmetro, elemento norteador, para que possamos enquadrar com segurança a feira-livre como pertencente ao circuito inferior da economia urbana dos países periféricos. Ao vincularmos suas características ao quadro comparativo dos dois circuitos da economia urbana dos países periféricos (1972, p.102), como: mão-de-obra desqualificada, capital relativamente pequeno, estoques de mercadorias baixos, os preços são negociáveis entre o comprador e

⁴¹ Termo de uso corrente entre os feirantes e não feirantes, refere-se a parte onde começa a feira-livre, geralmente utilizada pelas pessoas que não tem cadastro de feirante, não podendo então vender suas mercadorias no interior das feiras.

o vendedor, crédito institucional inexistente, a margem de lucro é grande por unidade, mas pequena em relação ao volume dos negócios, a relação como os fregueses é direta e personalizada e a propaganda é oral e direta.

Segundo Santos a formação dos dois circuitos da economia urbana dos países periféricos teve origem no processo de modernização excludente produzido pelos países centrais e imposto aos países periféricos. Essa modernização produziu uma forma de precarização do trabalho urbano, e ao mesmo tempo um êxodo rural em direção as cidades. Esses fatos tiveram como consequência um grande contingente de pessoas sem empregos e sobrevivendo de atividades ocasionais nas cidades ao lado de uma pequena parcela da população com rendas elevadas. Essa desigualdade social formou dois tipos de consumidores, os que têm completo acesso aos bens e serviços oferecidos e aqueles que mesmo tendo vontade de consumir não possuem as condições monetárias para satisfazê-las, essa desigualdade gerou formas diferenciadas de consumo, fazendo com que surgisse nas cidades dois circuitos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços, que Santos denomina de circuito inferior e superior da economia urbana dos países periféricos.

Com base na teoria de Santos dos dois circuitos da economia urbana dos países periféricos podemos afirmar que as feiras-livres se incluem no circuito inferior. Mesmo pertencendo ao circuito inferior às feiras-livres se articulam com o circuito superior, na medida em que se abastecem de mercadorias das grandes centrais de abastecimento vinculadas ao grande capital, mantendo uma característica principalmente na periferia de elo de ligação entre o grande capital (circuito superior da economia) e as populações de baixa renda, que não têm acesso as grandes redes de supermercado ou shoppings. As feiras-livres são ainda hoje a maneira mais eficiente de comercializar os gêneros de primeiras necessidades no contexto urbano.

No caso de nosso objeto de estudo, as feiras-livres, em cada Secretária Executiva Regional⁴² existe uma divisão responsável por sua regulamentação, fiscalização e funcionamento, que é o *Setor de Serviços Urbanos*, e dentro desse setor existe a *Unidade de Feiras e Mercados*, que tem na figura do encarregado das feiras-livres o papel de fiscalizar e fazer valer as normas e leis para o bom funcionamento das feiras-livres (anexo2). O *Setor de Serviços Urbanos* é também responsável pelo cadastramento dos feirantes referentes a cada feira-livre da regional, esse cadastramento da direito ao feirante de trabalhar em todas as feiras-livres pertencentes a uma Regional, é caso dos assim chamados feirantes itinerantes, que são aqueles que trabalham não apenas em uma, mas sim em diversas feiras-livres espalhadas pela cidade, eles ficam obrigados a se cadastrarem em cada Regional a que pertença a feira-livre que ele for trabalhar. Os feirantes não pagam nenhuma taxa, seja mensal ou anual pelo seu cadastro junto as Secretárias Executivas Regionais, tendo apenas que preencher uma *Ficha de Cadastramento de Feirante* (anexo 3), para então receber a *Identidade de Permissionário* (anexo 4), autorizando-o a exercer suas funções de feirante e que toma consciência das normas e leis que deverá cumprir para melhor exercer seu ofício de comercializar no espaço público.

Existe uma norma de padronização e metragem de bancas em feiras-livres dispostas no município de Fortaleza, que varia de acordo com o ramo de comercialização do feirante, existem segundo o *Setor de Serviços Urbanos* trinta e oito principais ramos de comercialização nas feiras-livres (anexo:5). A norma serve para fins de padronização e de melhor organização espacial da feira-livre, já que ela ocupa, embora temporariamente, um espaço público. Em poucas feiras-livres de Fortaleza por nós visitada essa norma é seguida à risca, porém quando a feira se estrutura de maneira que se possa ter um mapa definido e

⁴² A cidade de Fortaleza durante a gestão do Prefeito Juraci Magalhães foi dividida em seis regiões operacionais, que passaram a serem administradas pelas SER's (Secretarias Executivas Regionais), cabendo a elas o papel de descentralizar os serviços que a prefeitura prestava a população, assim cada secretaria regional responsabilizar-se-ia pelo espaço público de certo número de bairros que ficariam sob sua jurisdição (Anexo 1).

delineado, fica mais fácil de guiar-se, acha-se cada setor com mais facilidade, seja ele o setor de frutas e verduras, o de carnes, o de frios, confecções e assim por diante. Os feirantes da cidade de Fortaleza não são sindicalizados nem possuem uma associação, segundo o encarregado das feiras-livres da Regional VI *Francisco Estevam da Silva* houve uma tentativa de se formalizar uma associação que congregasse todos os feirantes de Fortaleza, denominada de AFEFORT (Associação dos Feirantes de Fortaleza), mas a associação não teve êxito e em pouco tempo acabou.

1.1.1. A FEIRA-LIVRE DE MESSEJANA.

A feira-livre de Messejana (anexo 6), por exemplo, esta situada no distrito ligado a Secretária Executiva Regional VI, surgiu nos anos 40 do século passado, quando o Sr. Raimundo Brás teve a idéia de fazer uma feira-livre montando uma pequena barraca de venda bem ao lado do Mercado, que à época centralizava toda a comercialização de produtos, desde gêneros alimentícios até vestimentas. Seu Raimundo então procurou outras pessoas que quisessem se juntar a ele e foi então assim que se formou a feira-livre de Messejana. Atualmente ela acontece junto a Praça do Mercado de Messejana, se estendendo pelas ruas: Pergentino Maia, Manuel Castelo, Coronel Francisco Pereira, Joaquim Felício, Guilherme de Alencar e Joaquim Bento.

A feira de Messejana em especial é famosa por suas tradições e pelo grande número de pessoas que a visitam todos os domingos, a mais de 60 anos. Do início dos anos 40 do século passado, o Sr. Raimundo Brás, iniciou com uma pequena venda ao lado do Mercado de Messejana, mola propulsora para o surgimento de outras feiras em Fortaleza, especialmente as da REGIONAL VI, que hoje conta com 14 unidades espalhadas por diversos bairros. A Feira-Livre é um misto de magia e negócios. Magia porque, como um circo, ela é montada da noite para o dia, atraindo milhares de pessoas e, com a mesma rapidez que é montada é desmontada. Negócio, porque através dela são gerados milhares de empregos, tantos diretos quanto indiretos. Assim é a Feira-Livre. Um local onde as pessoas se sentem iguais, chegando a se confraternizarem, mesmo sem nunca haverem se conhecido.⁴³

⁴³ Texto retirado de um mural na feira-livre de Messejana, sendo a autoria de Edmar Freitas, Chefe de Serviços Urbanos da Regional VI.

A feira-livre de Messejana embora funcione parcialmente aos sábados tem seu ponto forte aos domingos, quando ali se reúnem em torno de mil e trezentos feirantes. Segundo Francisco Estevam da Silva (Encarregado das feiras da Regional IV) a maioria dos feirantes que trabalha na feira de Messejana foram criados dentro da própria feira, com os pais, os tios e os parentes, talvez esse seja mais um dos motivos pelo qual o feirante de modo geral tem um baixo nível de instrução, pois não teve tempo de freqüentar a escola e nem mesmo disposição, tendo que trabalhar para ajudar a manter a família, estudar passava para o segundo plano, pois a sobrevivência mais imediata vinha em primeiro lugar.

A montagem das barracas da feira de Messejana começa muito cedo entre três e cinco horas da madrugada, para que o início da feira ocorra cedo, por volta das seis da manhã, o serviço é terceirizado, o feirante paga cerca de três reais por barraca montada. O trabalho é realizado por cerca de vinte equipes, cada equipe tem cerca de três a cinco pessoas que também cuida do desarme das barracas, o que ocorre após o término da feira, por volta das dezesseis horas. Após o recolhimento das barracas, as equipes tratam de guarda-las em lugares próximos da feira (oficinas de carros, terrenos baldios e até residências) que alugam ao feirante seu espaço para a guarda de suas barracas, cobram entre vinte a trinta reais mensais. As barracas são organizadas na feira-livre numa certa lógica espacial, formando setores delimitados, tornando assim fácil para o freguês achar o que procura, muitos até traçam um mapa mental de cada lugar na feira, achado o que procura de maneira fácil e rápida. A feira-livre de Messejana apesar de um verdadeiro labirinto de barracas possui uma lógica estrutural e funcional, na realidade existe até um mapa realizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Infra-Estrutura (SEINF), delimitando cada setor de vendas (anexo 7). Tem-se o lugar das barracas que vendem frutas e verduras, assim como o de carnes, confecções/miudezas e lanches/frios, numericamente distribuídas: cerca de trezentas barracas de frutas e verduras, duzentas de carnes e peixes, seiscentas de confecções/miudezas e duzentas de lanches e frios⁴⁴.

⁴⁴ Levantamento realizado pela Equipe de Serviços Urbanos da Secretária Executiva Regional VI.

A maioria dos feirantes que trabalham na feira-livre de Messejana, notadamente os que vendem frutas, verduras e carnes reside no interior do Estado, principalmente nas cidades mais próximas como, Aquiraz, Pindoretama, Cascavel (Foto 3). A rotina dos feirantes é muito cansativa, acordam muito cedo, entre três e quatro horas da manhã, para que antes do amanhecer estejam com as barracas prontas, ao chegarem ao local da feira já encontram as barracas montadas, prontas para receberem as mercadorias. Elas são montadas como já foi dito, entre três e cinco da manhã de cada domingo por terceiros, só então aguardam a chegada do caminhão que trás as mercadorias da CEASA.



Foto 3 - Feirante que comercializa na Feira de Messejana, mas que reside em Cascavel.

O interior da feira é uma viagem por um mundo de mercadorias, encontrando-se de um tudo, artigos da cultura popular, raizeiros, cantadores e repentistas que exaltam em seus versos e no seu repente não só a cultura sertaneja, mas também o momento atual. Messejana é para quem conhece, um lugar cativante. Aos domingos é tumultuado por viajantes que fazem do lugar um ponto de chegada ou de rápida parada, sendo mesmo impressionante a variedade

de cenas que se intercalam na visão de um atento observador. Com um bloquinho em uma das mãos, e uma máquina fotográfica em outra, é possível fazer recortes que eventualmente coloquem a olho nu os encantamentos que se escondem por trás dos domingos feirantes. O colorido da feira de Messejana é quase como uma marca que a distingue das demais feiras, por ser mais bucólica, mais romântica e nos iludir com sua aparente ingenuidade interiorana. Uma bela ilusão, pois um observador atento não deve deixar de lado os meandros que a sinuosa modernidade tão bem sabe se apossar. A imagem que se sobrepõe na feira de Messejana é a de uma festividade, de um evento dominical, que embora seja edificado sobre muito suor de todos que compõe a feira, revela no olhar sereno de um observador menos atento, ou mesmo de um comprador mais disperso uma quermesse diurna, existe sem dúvida uma certa alegria pueril, um certo tom de descontração, que esconde ou contorna as atividades mais grosseiras e realistas que também fazem parte da realidade final da feira de Messejana.

1.1.2. A FEIRA-LIVRE DA PARANGABA.

A feira-livre da Parangaba (anexo 8) ao contrário da de Messejana, não tem uma organização espacial bem definida. A fiscalização que deveria ocorrer pelo setor de serviços da regional IV, responsável pela feira, é ineficiente. Diferentemente da de Messejana tem um representante dos feirantes, o presidente de Associação dos feirantes da feira-livre da Parangaba, embora não seja reconhecido legalmente pela Regional IV, ele existe. A feira-livre localiza-se na Avenida José Bastos, que está sob a jurisdição da Regional IV e tem como pontos de referências, de um lado, o terminal de ônibus da lagoa de Parangaba e, de outro lado, à própria lagoa. Acontece aos domingos de cada semana, e é considerada a maior feira-livre de Fortaleza, tanto no que se refere ao número de feirantes cadastrados (cerca de mil e quinhentos), quanto a variedades de produtos. Segundo o presidente da Associação dos Feirantes da Parangaba, Antonio de Oliveira (cognome Hulk), existem muito mais feirantes, chegando esse número a dobrar, o que atinge a faixa de cerca de três mil, O somatório dos

feirantes com os visitantes se traduz numa imensa aglomeração humana. Outro aspecto a destacar é a variedades de produtos expostos. É interessante notar que, na realidade a feira-livre da Parangaba é composta não só de uma feira-livre, mas de duas, bastante distintas. Uma feira que acontece de segunda-feira a sexta-feira, no caso a de veículos usados e a dos domingos, que é a feira por nós estudada, que expõe uma variedade enorme de mercadorias, vendendo-se do parafuso a computadores.

A feira-livre de carros usados na realidade surgiu na revendedora de carros autorizada Crasa, indo depois para a praça da Gentilândia e depois para o bairro do Jardim América. Na administração do Prefeito Juraci Magalhães ela foi transferida “provisoriamente”, isto em 1992 para a sua localização atual, a lagoa da Parangaba, onde se encontra até hoje. A Prefeitura então nunca resolveu o problema da localização da feira. Essa feira-livre de carros é denominada oficialmente de “feira-livre de veículos usados”, e já fazem doze anos que está localizada na lagoa da Parangaba. Possui uma associação (Associação dos Feirantes de Veículos Usados) regulamentada, com C.N.P.J., com endereço a Av. Américo Barreira, 6807. Conta com cerca de oitocentos associados regulares, que para terem direito a todos os benefícios que a associação oferece têm que se cadastrarem, e para isso eles tem que entregarem folha corrida, comprovante de endereço fixo, cópia da identidade e CPF e pagarem uma taxa mensal de dez reais (R\$ 10,00). Seu “Doca”, como é carinhosamente conhecido por todos, desmente a fama que a feira de carros usados negocia carros roubados, ele afirma categoricamente que todos os carros vendidos na feira são averiguados junto ao DETRAN, pois a sede da associação tem computadores ligados on-line com o DETRAN, fazendo a verificação das condições do veículo automaticamente, excluindo então a possibilidade da venda de veículos roubados, obviamente que ele não se responsabiliza por negócios realizados fora da feira, ou por não associados, que utilizam o espaço da feira para realizarem seus negócios fraudulentos. Seu Doca concorda que as instalações da feira-livre de carros usados é imprópria, pois além de estar dentro da área de proteção ambiental da lagoa de Parangaba, não conta com instalações dignas, não dispõe de banheiros,

o que nem poderia devido a proximidade com a lagoa, afirma ainda que teve várias reuniões com a equipe técnica da Prefeitura, o que resultou praticamente em nenhuma solução, apenas a promessa de retirada do local atual ou em acabar com a feira, o que para ele geraria um problema social enorme, pois centenas de pessoas dependem da feira para o sustento de suas famílias. A feira-livre de carros usados abriga feirantes como tenentes do exército ou da polícia reformados, padres que deixaram a batina, ex-presidiários, mecânicos, borracheiros e limpadores de carros. A feira acolhe todos que necessitam sobreviver, os que são cadastrados como vendedores percebem dez por cento do valor da venda dos carros, no ato da compra. Inclusive a feira ajuda o Detran na regularização de multas e da documentação.

Como já evidenciamos, ao contrário da de Messejana, a feira da lagoa da Parangaba é um caso a parte, primeiro ela tem uma série de problemas, a começar pela sua localização, dentro da área de proteção ambiental da lagoa conta com um sem número de feirantes não cadastrados que comercializa de um tudo no espaço da feira-livre, além de ambulantes que invadem o interior da feira para venderem qualquer quinquilharia, desde objetos pessoais de que não mais necessitam até produtos de roubos. A visita à feira-livre de Parangaba aos domingos, é uma experiência singular no que diz respeito à imensa multiplicidade de serviços oferecidos pelos feirantes, como também pela diversidade de produtos expostos no interior da feira. A feira-livre de Parangaba além de ser um espaço onde são vendidos produtos encontrados normalmente em todas as feiras-livres de Fortaleza, tais como: frutas, cereais, verduras, produtos industrializados, confecções e etc, é também um espaço onde ocorre a venda de produtos e oferta de serviços legais e ilegais, como venda de armas de fogo e documentos falsos. A ilegalidade é uma marca indissociável da feira-livre de Parangaba, o “ir para experienciar”⁴⁵, torna-se indispensável para a compreensão e tradução do cotidiano dessa feira tão polissêmica, tão contraditória, recheada de aspectos estritamente ligados as relações do homem com a urbanidade, ou seja, todos os

⁴⁵ Método de pesquisa descrito por nós anteriormente na metodologia, exaustivamente utilizado nas visitas as feiras-livres selecionadas.

elementos que podemos caracterizar como indiscutivelmente urbanos. A prostituição, a venda de drogas ilegais, armas de fogo, animais silvestres (Foto 4), convivem lado a lado com as tias do baião de dois e da panelada, o raizeiro já quase que excluído do universo feirante, que ainda arrisca colocar sua banquinha ali bem ao lado dos equipamentos eletrônicos. É preciso ter um espírito despojado, e até certo ponto aventureiro para flunar entre as passagens que conduzem e desconduzem todo aquele que deseja fazer parte do domingo da feira-livre parangabense. Polifonias e polissemias percorrem as vielas da feira e se apossam daquele espaço tornando-se a linguagem usual, o grito do vendedor, a dissonância musical vinda dos equipamentos eletrônicos ligados a toda altura, o sussurro daqueles que negociam um preço melhor, se confundem com os cheiros das comidas que são ali mesmo preparadas e expostas à venda em sua tão famosa praça da alimentação. A feira de Parangaba é um mundo dentro de outro mundo, a marginalidade é lugar comum, a permissão é um sim calado que eventualmente pode converter-se em não. As regras são traçadas em uma sutileza típicas das práticas humanas cotidianas. As tartufices são também jogos de sobrevivência, são astúcias que garantem o tão almejado lugar ao sol, talvez cada feirante, seja ele legal ou ilegal, deseje mais que sobreviver deseje viver, e “viver não é brincadeira não” já dizia o e poeta Paulinho da Viola.

“... Mas é preciso viver, e viver não é brincadeira não. Quando o jeito é se virar cada um trata de si, irmão desconhece irmão...”⁴⁶

⁴⁶

Trecho da música “Pecado capital” de autoria do compositor sambista Paulinho da Viola.



Foto 4 - Comercialização de animais silvestres - Feira da Parangaba.

Não é nossa intenção esgotar todas as possibilidades que o universo da feira-livre oferece. No decorrer de nosso trabalho teremos a oportunidade de explorar de maneira mais pontual alguns aspectos conflitantes que emergem das relações entre o feirante trabalhador e a realidade sócio-econômica em que ele está inserido. No primeiro tópico desse primeiro capítulo procuramos fazer um levantamento histórico de fatos que consideramos relevantes para uma melhor compreensão do desenvolvimento econômico da cidade de Fortaleza. O segundo tópico, denominado por nós de “Feira-livre: Aspectos da Polisssemia Urbana” é antes de tudo uma tentativa de apresentar a feira-livre com um olhar mais panorâmico, transitório e até certo ponto descomprometido, já que, como frisamos anteriormente, os aspectos pontuais serão mais exaustivamente abordados nos

capítulos seguintes. Até aqui nosso interesse foi guiar nosso possível leitor para trilhas mais gerais e menos densas, com a pretensão unicamente de seduzi-lo na direção de um aprofundamento que partindo desse olhar panóptico se encaminhará para o ponto nodal que aventuramos chegar.

CAPÍTULO 2.

FEIRA-LIVRE: UMA FENOMENOLOGIA DAS CONTRADIÇÕES.

Nesse capítulo abordaremos duas questões importantes referentes ao funcionamento propriamente dito das feiras-livres, no primeiro tópico centraremos nossas reflexões em torno do cotidiano da feira-livre, o *modus faciendi*⁴⁷ vivenciado tanto pelos feirantes como pelos freqüentadores que vão as feiras, seja principalmente para comprar ou simplesmente para passear. A expressão *cotidiano* aqui empregada por nós se refere à nova abordagem que os pesquisadores da área social adotaram fazendo uma distinção clara entre o conceito de *cotidiano* e de *rotina*. *Cotidiano* é no dizer de Souza:

O cotidiano é parte da experiência histórica dos sujeitos sociais – e parte fundamental, onde e quando as forças da cultura se sedimentam e se reproduzem, ao mesmo tempo em que se transformam pela ação criativa dos homens e mulheres tentando sobreviver às agruras de um mundo nem sempre justo ou agradável.⁴⁸

Kosik em seu livro “Dialética do Concreto” define o termo *rotina* da seguinte maneira:

... é a manipulação (de coisas e homens) na qual as ações, repetidas todos os dias, já de há muito se transformaram em hábito e, portanto, são executadas mecanicamente.⁴⁹

Embora as duas palavras sejam às vezes confundidas é necessário reforçar a diferença para que sejam dirimidas todas as dúvidas com relação à distinção entre os dois conceitos, intencionamos trabalhar corretamente com o conceito de *cotidiano*, ou seja, no sentido de formador de costumes, desenvolvidos por grupos sociais com intenção consciente ou inconsciente de

⁴⁷ Expressão latina que significa modo de fazer.

⁴⁸ Souza, Simone; NEVES, Frederico de Castro (Orgs.). *Fortaleza: História e cotidiano*. Fortaleza, CE: Edições Demócrito Rocha, 2002, p. 14.

⁴⁹ KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz e Terra, 1985, p. 64.

transformar a dureza do dia-a-dia em um fazer mais lúdico, e não apenas uma repetição mecânica das práticas diárias. Os feirantes, que buscando sua sobrevivência reinventam normas e valores gerando uma linguagem própria de seu grupo, deixam com um isso uma porta aberta para um universo rico em pesquisas. Universo esse notado por diversos pesquisadores, que atentos e sensíveis perceberam que o “ordinário” às vezes pode se transformar no “extraordinário”.

No segundo tópico abordaremos a questão da mercadoria exposta na feira e de suas intrincadas relações entre vendedor e consumidor. Obviamente que a mercadoria tem um papel de destaque dentro da feira-livre, pois é nela que se centra o próprio existir da feira, a mercadoria tem significação decisiva, pois temos nela o elemento norteador para compreender a atitude de deslumbramento e até mesmo de submissão que as pessoas desenvolvem com relação à mercadoria, acentuando cada vez mais o processo de mecanização do consumir, onde a identidade de quem consome é devorada pela mercadoria a ser consumida, provocando assim uma inversão na relação sujeito-objeto, onde o objeto se apodera do sujeito e este perde o seu caráter de agente modificador consciente de seus atos e intenções para se tornar apenas um contemplador, dominado por um jogo de forças que sutilmente se instala nas relações sociais e que passo a passo se manifesta como uma potência de raízes profundas; profundidade esta que intentamos investigar nos dois tópicos a seguir.

A razão técnica acredita que sabe como organizar do melhor modo possível pessoas e coisas, a cada um atribuindo um lugar, um papel e produtos a consumir. Mas o homem ordinário escapa silenciosamente a essa conformação. Ele *inventa o cotidiano*, graças às *artes de fazer*, astúcias sutis, táticas de resistência pelas quais ele altera os objetos e os códigos, se reapropria do espaço e do uso a seu jeito. Voltas e atalhos, maneiras de dar golpes, astúcias de caçadores, mobilidades, histórias e jogos de palavra, mil práticas inventivas provam, a quem tem olhos para ver, que a multidão sem qualidades não é obediente e passiva, mas abre o próprio caminho no uso de produtos impostos, numa ampla liberdade em que cada um procura viver do melhor modo possível a ordem social e a violência das coisas.

Luce Giard⁵⁰

⁵⁰ Apresentação feita para a apresentação do livro *A Invenção do Cotidiano* de Michel de Certeau. Editora Vozes, 1994.

2.1. O COTIDIANO NA FEIRA-LIVRE – RESISTÊNCIA FORMAL NA SUBORDINAÇÃO REAL.

Esse tópico tem a pretensão de revelar o cotidiano feirante, formado pelas práticas culturais dos feirantes, dos tipos de mercadorias expostas e da vivência dos consumidores, práticas cada vez mais articuladas e expostas no interior da feira-livre, dessa forma almejamos um melhor entendimento do cotidiano da feira-livre, buscando um aprofundamento dessas práticas cotidianas para observarmos de perto suas trajetórias, revelando assim suas táticas. Enfim, buscando no *homem ordinário*⁵¹ pistas que revelem suas astúcias, a forma pelo qual ele modula seu cotidiano e arranca sua sobrevivência.

Basta uma breve incursão pela feira-livre para se surpreender com as atividades desenvolvidas em seu interior. As relações sociais constituídas por essas atividades são representações das diversas sociabilidades desenvolvidas através do tempo e que encontra abrigo no espaço interior da feira. A feira-livre é ambígua, na medida em que ela se caracteriza por uma resistência formal, no sentido de que ela ainda preserva hábitos antigos, como na forma do feirante comercializar sua mercadoria, onde ele desenvolve todo um ritual, gestos e falas, no qual ele lança mão de velhas artimanhas, passadas de pai para filho, e que aprendeu no dia-a-dia da feira, olhando outros feirantes trabalhar. Ao mesmo tempo ela é subordinada as estratégias do circuito superior da economia urbana⁵². Não há como negar a adaptação da feira-livre ao sistema capitalista vigente, do qual ela é representante na periferia, seja como um núcleo de abastecimento de primeira necessidade ou como difusora das mercadorias modernas.

⁵¹ O sentido de “homem ordinário” aqui empregado diz respeito a forma como Michael de Certeau da sentido ao termo, ou seja, ao homem comum é quem, de modo criativo, inventa e reinventa seu cotidiano.

⁵² Conceito empregado por Milton Santos com relação aos dois circuitos da economia urbana dos países periféricos.

O que foi revelado através de nossas conversas na feira-livre é que uma parte significativa dos feirantes desde muito cedo iniciam suas atividades profissionais na feira-livre, onde aprenderam imitando os pais ou com os outros feirantes o conjunto de habilidades que o torna capaz de dominar toda a linguagem e gestos do ato de comercializar, assim como a manipulação correta dos objetos e das mercadorias, ou seja, de como apresentá-las de forma a atrair o freguês. Isso se traduz em dominar meios próprios e desenvolver habilidades específicas, se apropriar das relações sociais existentes na feira. Este domínio se dá em certo tempo e de modo espontâneo, o aprendizado é resultante como já foi ressaltado do ato de imitar e de reinventar com certa astúcia antigas táticas de venda. O fator tempo é muito importante, pois a convivência diária com o grupo, com o qual ele passa a manter contato é detentor de certos usos, de costumes e da cultura feirante. Esta convivência é que decide a sua permanência e seu reconhecimento perante seu grupo social.

A imitação manifesta-se, sobretudo como imitação dos usos. Em todos os estágios do desenvolvimento social, o homem nasce num mundo já “feito”, numa estrutura consuetudinária já “feita”. Deve então assimilar esses usos, do mesmo modo como assimila as experiências de trabalho. Desse modo tom posse da história, “ingressa” na história, e esse é o marco em que o homem consegue se orientar.⁵³

Existem diversos estágios no aprendizado dos feirantes em relação à sua participação cotidiana na feira-livre, os iniciantes aprendem com os mais experientes desde os primeiros contatos, desenvolvem com estes os hábitos da rotina diária, numa repetição das atividades a serem decodificadas e assimiladas, até que dominem por completo as atividades cotidianas, impondo um ritmo de vida diferenciado para aqueles que ainda não se adaptaram ao novo trabalho. Esse tipo de domínio só é notado quando o indivíduo revela uma certa espontaneidade, visivelmente percebida, no modo de comercializar e na forma como o feirante expõe sua mercadoria. Na feira-livre tudo é exposto de modo tão sugestivo e atraente, que é difícil resistir, mesmo para quem apenas passa e observa.

⁵³ HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. São Paulo, SP: Editora Paz e Terra, p.88.

Ao desempenharem suas atividades diárias, os feirantes constituem uma vida cotidiana específica, formada por condições sociais, matérias e históricas particulares determinadas por relações e estruturas sociais que lhes são impostas, as quais eles se submetem e sustentam, sem terem a consciência da estrutura social em que vivem. Por exemplo, a atividade cotidiana dos feirantes observada por nós durante a pesquisa, reproduz o modo como a feira-livre se constitui e funciona. A maneira como os feirantes atuam em suas atividades diárias, não apenas formam o arcabouço de seu modo de serem, de agirem, mas também reproduzem os instrumentos com os quais o sistema os reprime.

Embora a feira-livre esteja interligada ao sistema de produção capitalista, sendo sua representante legítima na periferia da cidade, vendendo suas mercadorias, mesmo assim ela ainda é um espaço urbano onde a subversão às normas impostas pelo sistema acontece. Mesmo que os feirantes não sejam mais produtores de suas mercadorias, ou seja, (produtores/vendedores de objetos de usos), mas sim reprodutores de uma cultura dominante, simples repassadores do que Certeau denomina de “produtos espetáculos”, ainda assim, como construtores da realidade da feira-livre às vezes burlam as estratégias do capital, contrariam para sobreviver, tornam-se criativos, buscam um desvio a norma vigente. Impedidos de criar reinventam e manipulam os produtos impostos, modificando-os ou imitando-os (foto 5).



Foto 5 – Produtos Imitados de novelas da televisão – Feira de Messejana.

2.1.1. O FEIRANTE E SUA TRAJETÓRIA NO ESPAÇO DA FEIRA-LIVRE.

É resgatando a trajetória pessoal de indivíduos como Rita⁵⁴ (vinte e seis anos), oriunda da cidade de Morrinhos (interior do Ceará) que pretendemos revelar o cotidiano da feira. Desempregada a mais de dois anos, ela e o marido tentam a sorte na feira-livre de Messejana. Encontrei-a num domingo de feira, sentada com o filho mais velho de oito anos na porta da Secretaria de Serviços Urbanos da Regional VI, que fica ao lado da feira-livre, tentava obter dois cadastros de feirantes (para ela e o marido) para poderem trabalhar na feira-livre

⁵⁴ Devido a pedidos de algumas pessoas que foram contatadas e visando preservar suas identidades, optamos por usarmos nomes fictícios para nos referirmos a elas na feitura do texto da dissertação.

de Messejana. O cadastro é o passaporte para poder comercializar legalmente no interior da feira-livre. Ela e o marido vendem peixe a mais de seis meses, compram no Mercado Público do Bairro do Carlito Pamplona, e comercializam em diversas feiras da periferia de Fortaleza, mais sempre sem o cadastro. O maior problema segundo ela, é o fiscal da Prefeitura, que sempre importuna, também ela sofre discriminação dos demais feirantes, só podendo vender sua mercadoria na chamada *cabeça de feira*⁵⁵, não podendo entrar no interior da feira-livre pelo fato de não ser cadastrada. Acha ruim o trabalho, na feira, pois além de trabalhar debaixo do sol, dá muito trabalho escolher o peixe; trata-lo e vende-lo. O lucro é muito pequeno, mal dá para sobreviver. Nas feiras da periferia onde ela e o marido vendem peixe, dependem exclusivamente do dinheiro das aposentadorias do INSS, quando a aposentadoria sai, isto é, no início do mês, dá para lucrar uns vinte e cinco reais por dia, mas o lucro vai decaindo com o passar dos dias, após o dia quinze de cada mês, só dá para tirar oito reais em média por dia; descontado o valor que pagam pelo transporte do caminhão que leva a mercadoria e eles até a feira. Ela e o marido, na época em que ele ficou desempregado, decidiram vender a casa que tinham e comprarem uma menor, com o dinheiro que sobrou, cerca de duzentos reais, investiram no negócio da venda de peixes, mesmo assim não conseguem sobreviver apenas da venda nas feiras-livres, complementam a renda com noventa e cinco reais do *Bolsa Família* (Programa Assistencial do Governo Federal).

Já o Sr. Augusto (cinquenta e três anos) que reside no município do Eusébio, onde possui um pequeno açougue, no estabelecimento comercializa diversos tipos de carnes: boi, porco, frango. No domingo comercializa apenas carne de boi na feira-livre de Messejana. Adora o movimento da feira. Para ele é como ir a praia. Um lazer. É cadastrado na feira e mantém um empregado, também cadastrado, Lopes (43 anos) “um amigo” (segundo ele estava desempregado há muito tempo e resolveu ajudá-lo). Seguindo a regra geral da feira-livre, Lopes não tem carteira assinada, ganha por porcentagem, abatida do

⁵⁵ Lugar destinado aos feirantes não cadastrados, que comercializam no entorno da feira-livre.

lucro do patrão. Na realidade Augusto se beneficia da ajuda de Lopes, o companheiro é um exímio cortador de carnes, domina com destreza vários tipos de cortes especializados e sabe agradar o freguês, enquanto conversávamos notei que Augusto ficava ali, do lado, só olhando o movimento da sua banca. Segundo ele a procedência da carne é segura, tem garantia, pois a compra no CEASA ou a traz do matadouro municipal do Eusébio. O boi vem quase que inteiro e somente é cortado na própria barraca, segundo Augusto. Fazendo isso adquire a confiança do freguês, pois se vê que a carne é fresca; Basta dar uma olhada para notar que sua barraca não atende aos critérios básicos das normas de higiene sanitárias propostas pela Secretaria de Serviços Urbanos; não dispõe de uma caixa de isopor com gelo para melhor acondicionar a mercadoria, somado a isso o calor e a luz solar deterioram muito rapidamente o produto, a carne fica exposta muito tempo ao ar livre sem uma proteção de plástico, ocasionando o pouso de vários insetos. Notamos também alguns pontos a favor de Augusto, ele mantém um saco de lixo ao lado da barraca para guardar os restos dos cortes, assim como também não coloca a carne no chão, que é uma das regras sanitárias mais criticadas pelos fiscais da feira de Messejana, regra que muitos feirantes que vendem carnes não seguem.

Numa das visitas à feira em Messejana encontramos Nonato (vinte oito anos), seis que trabalha como feirante, vende material hidráulico e ferragens em geral. Sua barraca é bastante sortida, uma espécie de “tem de tudo”. Nonato optou por ser feirante depois que perdeu o emprego numa grande firma de material de construção, depois de muito tempo sem conseguir emprego, para poder sobreviver, optou por se tornar feirante. Hoje já se adaptou, mais no começo foi muito difícil, não tinha a manha de atrair a freguesia. Para Nonato é um trabalho muito difícil, exige muita determinação e sacrifícios, como acordar muito cedo e trabalhar em condições extremas, enfrentar muito sol no verão ou muita chuva no inverno. Nonato acha que a situação atual do feirante que trabalha em Messejana é complicada, pois a proliferação de diversas feiras-livres na periferia faz com que o freguês que mora em outros bairros desapareça da feira de Messejana para comprar sua mercadoria na feira do bairro onde reside. Fato

constatado por nós, realmente a expulsão das feiras-livres dos bairros de elite em direção a periferia acaba por reduzir a freguesia de algumas feiras-livres centrais, como é o caso da de Messejana. Nonato aponta também o fato de ser vítima da concorrência desleal de certos lojistas, que para complementar a sua renda, se estabelecem nas feiras-livres nos finais de semana, vendendo produtos muito mais baratos do que do que a maioria dos feirantes; vendem mais barato por comprarem a mercadoria direta do fabricante, obtendo assim preços mais baixos. Nonato acha que se as coisas continuarem dessa forma a tendência é as feiras-livres centrais acabarem, ou pelo menos se reduzirem.

Noutra manhã de domingo conheci Maria do Carmo. (cinquenta e dois anos), aposentada do INSS, católica fervorosa, para complementar sua renda vende na feira-livre de Messejana, mora perto da feira onde comercializa produtos religiosos, como imagens de santos, medalhas, terços e diversos livros religiosos. Comercializa também como ambulante a cada dia treze de todos os meses na praça da igreja de Fátima, participa todo ano também da romaria de Canindé, onde vende para os romeiros. Gosta do movimento da feira aos domingos, pois entende que se diverte ao mesmo tempo em que vende produtos religiosos e em seu entendimento ajuda as pessoas a encontrarem o caminho para Deus.

Mário (vinte seis anos) comercializa confecções na feira-livre de Messejana, o setor de confecções é o maior segmento da feira-livre com cerca de seiscentas barracas. Ao contrário da grande maioria dos feirantes que trabalham com o ramo da confecção, Mário diferentemente da maioria dos feirantes que comercializam confecção compra de outros e revende. Vende em feira-livre somente aos domingos, pois na semana trabalha de segunda à sexta no “beco da poeira” (centro de Fortaleza), onde tem uma banca. Acha a feira-livre muito mais prazerosa de trabalhar, apesar das dificuldades, pois é mais alegre, vende-se muito mais.

A feira-livre da Parangaba abriga uma enorme diversidade de tipos sociais, mendigos, loucos e bêbados. Maria Louca (Foto 6) é um desses personagens, conhecida da grande maioria dos feirantes, passa o tempo todo caminhando pelos corredores da feira-livre, pedindo de um tudo. Todos a conhecem, brincam com ela, dizem que é ela rica de tanto pedir. Sua aparência não revela nada disso, rosto extremamente enrugado, magra e suja, roupas velhas e surradas. Encontrei-a sentada numa mesa de uma das barracas da “praça da alimentação” com um copo cheio de cachaça e beliscando dois peixes crus. O universo da feira-livre é assim, um espaço urbano aberto há todo tipo de agentes sociais, que lá encontram sua subsistência e diversão, nesse sentido reflete todas os tipos urbanos.



Foto 6 - Maria Doida - Feira da Parangaba.

Numa das primeiras visitas a feira-livre de Parangaba resolvemos descer em direção a uma parte da feira que fica meio que escondida, perto da lagoa, onde alguns marchantes trabalham, eles matam porcos, galinhas e outras aves, para abastecer as barracas de carnes da feira. Perambular por ali é quase como que retroceder a um mercado da Idade Média. Ali encontramos Carla (vinte quatro anos) mãe de dois filhos, ela começou a falar: “Todo trabalho é digno, o senhor não acha? Mesmo esse que estou fazendo”. Enquanto Carla depenava e cortava uma galinha, os filhos limpavam as vísceras que estavam em uma lata. Carla trabalha como marchante, preparara as carnes para expô-las nas barracas, na medida em que os pedidos vão surgindo, faz esse serviço para ajudar o marido que tem uma banca na feira, todo domingo ela e sua família vêm para a feira da Parangaba trabalhar.



Foto 7 – Setor de cortes de carnes – feira da Parangaba.

O setor de consertos (foto 8) é um dos mais animados da feira-livre de Parangaba, ali se conserta os mais diferentes objetos, liquidificadores, rádios, cd's riscados, motos, mobiletes e bicicletas. É uma verdadeira diversidade de mercadorias usadas, de peças, engrenagens, parafusos, ferramentas. O barulho é ensurdecador, uma verdadeira cacofonia de sons que vibram e se disseminam pelo ambiente, martelos batendo em canos, descargas de motos acelerando a todo vapor e o falatório geral das negociatas. Foi nesse ambiente que encontrei João (46 anos), casado, pai de dois filhos, conserta, troca e vende bicicletas na feira, na semana trabalha numa pequena oficina que tem em casa, para completar a renda, nos fins de semana vai a feira da Parangaba, onde há mais de oito anos trabalha com consertos de bicicletas e afins. Ele acha tudo muito divertido na feira, pois além de ganhar uns trocados conversa muito com os fregueses e com os colegas de ofício, troca experiência, se acha muito competente no que faz, diz que dá um jeito em tudo, é só trazer a bicicleta, mobilete, patinete ou skate que ele conserta. Observo suas mãos sujas, calejadas, dedos feridos, unhas arrancadas, trabalho duro que entra em contraste com sua gargalhada, “na feira-livre”, diz ele, “sempre encontro um motivo para me divertir e fugir um pouco do cansaço”.



Foto 8 – Feira de Parangaba – Setor de Vendas de Peças e de Consertos.

Andando na feira-livre de Parangaba observo um feirante expondo suas mercadorias nos degraus do calçadão da área de lazer da lagoa, uma profusão de peças de computador, jogadas a esmo umas sobre as outras, dentro de caixas e expostas ao sol inclemente. Observo mais detalhadamente o vendedor, tem a aparência de um homem rural, um sertanejo, parece que esta ali apenas para vender o produto e nada mais; mas basta o freguês perguntar sobre algo relativo a computadores que ele logo se dispõe a ajudá-lo. Franzé (46 anos) morava no interior, mas precisamente em Beberibe, resolveu deixar a roça e tentar sobreviver em Fortaleza, isso foi a mais ou menos doze anos. Aqui conheceu um amigo que lhe ensinou o “básico” da informática, esse amigo também vendia peças usadas de computador, Franzé então seguiu pelo mesmo caminho, vender peças usadas de computador, e até hoje comercializa suas peças na feira da

Parangaba. Monta na hora qualquer tipo de computador, desde o jurássico 486 até o moderno Pentium IV, consegue qualquer tipo de peça, do gabinete a placa de memória (Foto 9).



Foto 9 – Venda de Material de Informática – feira da Parangaba.

Um local que todos conhecem na feira da Parangaba é a “Barraca do Índio”. Para ali convergem boêmios, que buscam bem cedo tomar uma dose para curar a ressaca da noite anterior; prostitutas em busca de fregueses e malandros a fim de vender alguma mercadoria de procedência duvidosa. O que mais nos chamou a atenção foi à platéia que se forma no entorno da barraca, homens e mulheres gritam, aplaudem, vão numa verdadeira comoção catártica. Na realidade a “Barraca do Índio” (foto 10) nem era para existir; primeiro porque não tem a mínima condição de funcionamento, inexistem banheiros. Segundo, está

dento da área de proteção ambiental da lagoa. Terceiro, é uma fonte de poluição sonora. E quarto, promove abertamente a prostituição. O dono da barraca conhecido por todos pelo apelido de “Índio” (devido a sua aparência), não é muito bem visto pela maioria dos feirantes, que não gostam dele, pois sua barraca é sempre motivo de muita confusão e brigas, o que espanta os fregueses.



Foto 10 – Vista parcial da “Barraca do Índio” – Feira da Parangaba

A venda de animais domésticos e silvestres (embora ilegal) é bastante presente e corriqueira na feira da Parangaba. Ao contrário da de Messejana e de outras feiras-livres por nós visitadas, a comercialização é realizada dentro da própria feira. A venda dos animais se dá de duas formas: nas barracas armadas e por intermédio dos ambulantes, que aparecem de repente e depois somem no emaranhado da multidão. Notamos numa das visitas que se o freguês desejar um animal exótico (cobras, aranhas, pássaros raros) logo aparece um ambulante com o animal (foi assim com um tatu e com um papagaio). Alguns feirantes dizem estarem legalizados, isto é, dispõem de uma licença do IBAMA para negociar com pássaros e outros animais. Seu Walber é um deles, além da

barraca que mantém na feira da Parangaba aos domingos, tem uma loja de vender animais (Bichos & Cia), localizada num bairro da elite (Papicu), vende pássaros, peixes ornamentais, rações e presta serviços (manutenção de aquários). Seu Walber adora trabalhar na feira-livre, mesmo sendo dono de uma loja, não despende sua barraca na feira-livre da Parangaba, pois foi lá que começou com o seu negócio de vender bichos. Seu Walber é um dos raros feirantes que conseguiu progredir no ramo dentro da feira e montar um comércio próprio em um bairro de elite. A maioria dos feirantes na realidade não conseguem juntar uma poupança para poderem um dia terem um comércio fora da feira, pois a labuta diária mal dá para sobreviver.

Para finalizar o tópico, um relato interessante que ocorreu durante as nossas andanças na feira da Parangaba. Quando estávamos fotografando fomos abordado várias vezes por pessoas querendo saber se estávamos vendendo a câmera fotográfica (ao andar pela feira no intuito de documentar seu cotidiano, fui levado a expor muito a minha câmera, e por ela ser uma câmera profissional chamou muita a atenção). Depois de receber um não, insistiam e até me seguiam, notando que não tinham a menor chance desistiam. Foi interessante notar que qualquer objeto que seja exposto no interior da feira vira mercadoria e é passível de negociação, não importa o quê, se expôs é vendável, é trocável.

EU, ETIQUETA.

Em minha calça esta grudado um nome
que não é meu de batismo ou de cartório,
um nome ... estranho.

Meu blusão traz lembrete de bebida
que jamais pus na boca, nesta vida.

Em minha camiseta, a marca de cigarro
que não fumo, até hoje não fumei.

Minhas meias falam de produto
que nunca experimentei
mas são comunicados a meus pés.

Meu tênis é proclama colorido
de alguma coisa não provada
por este provador de longa idade.

Meu lenço, meu relógio, meu chaveiro,
minha gravata e cinto e escova e pente,
meu copo, minha xícara,
minha toalha de banho e sabonete,
meu isso, meu aquilo.

desde a cabeça ao bico dos sapatos,
são mensagens,

letras falantes.

grifos visuais.

ordens de uso, abuso, reincidência,

costume, hábito, premência,

indispensabilidade,

e fazem de mim homem-anúncio itinerante,

escravo da matéria anunciada.

Carlos Drummond de Andrade)⁵⁶.

⁵⁶

NICOLA, José de. *Palavras & idéias*. São Paulo, SP: Editora Scipione, 1995, p. 126.

2.2. O BRILHO DA MERCADORIA NAS VELHAS E NOVAS FORMAS DE CONSUMO.

O surgimento do termo *mercadoria* se confunde com o aparecimento dos primeiros povoamentos na história da humanidade, quando o homem começou a dominar as técnicas de agricultura e da domesticação de animais. Foi a partir do domínio cada vez maior dessas técnicas que o homem começou a produzir excedentes agrícolas, iniciando então a troca de parte de seu excedente de produção por outros objetos de que não dispunha. A *mercadoria* torna-se assim cada vez mais presente na vida dos homens. Durante muito tempo as trocas foram realizadas permutando uma mercadoria por outra. As trocas só eram realizadas a partir da utilidade que os objetos tinham para cada pessoa. Com o crescente desenvolvimento das comunidades e o surgimento do comércio, as trocas entre mercadorias tornaram-se cada vez mais raras. Era necessário encontrar algo que intermediasse e facilitasse as trocas entre mercadorias, buscar um novo meio de troca que fosse aceita por todos sem restrições e que substituísse o antigo modelo baseado em conchas, peles, sal, gado, e cereais. Surgiu então uma nova forma de troca, que não se deteriorava e de fácil transporte: o dinheiro. Rapidamente o dinheiro tornou-se por excelência o instrumento do comércio, facilitando as trocas e eliminando definitivamente as permutas entre as mercadorias. O dinheiro permitiu que as pessoas adquirissem mercadorias ou liquidassem suas dívidas, além do que representava um valor determinado que o indivíduo tinha na sociedade, permitindo que pessoas pudessem adquirir mercadorias que lhes seriam necessárias quando bem necessitassem, assim o dinheiro tornou-se através dos tempos a principal medida de valor de mercadorias, simplificando as transações. Como equivalente universal para as trocas, o dinheiro permitiu representar o valor de todas as mercadorias, o que facilitou enormemente a avaliação e a comparação do ato de comercializar. A introdução do dinheiro na civilização teve como meio e fim mediar e facilitar as trocas de mercadorias.

Com o dinheiro, o mistério da mercadoria assume uma nova dimensão, porque o valor de uso do dinheiro está em sua representação do mundo só trabalho social e do valor de troca. O dinheiro lubrifica a troca, mas, sobretudo, se torna o meio pelo qual comparamos e avaliamos tipicamente, tanto antes como depois do fato da troca, o valor de todas as mercadorias.⁵⁷

Embora alguns historiadores atribuam a recuperação econômica da Europa à revitalização do comércio a longa distância devido as grandes navegações, hoje se sabe que a base da recuperação foi o dinamismo do comércio local. Nesse sentido as feiras-livres na Europa tiveram papel relevante como fomentadoras das necessidades dos mercados locais, contribuindo inclusive para impulsionar a vida artística, intelectual e econômica das cidades europeias. A riqueza e o desenvolvimento urbano propiciado pelo avanço do comércio nas feiras concentravam-se ao redor do Mediterrâneo, basicamente na Itália. Lá ficavam as cidades mais ricas e desenvolvidas da Europa (Nápoles, Veneza, Milão e Constantinopla) excetuando Paris, essas cidades eram altamente especializadas no comércio, tinham conexões com praticamente todas as principais capitais europeias, como Londres, Paris e Colônia.

A necessidade de vultosos pagamentos e crédito era atendida pelas grandes feiras periódicas, surgidas na Idade Média, e por uma invenção do século 14, a letra de câmbio (promissória escrita de pagamento em espécie à pessoa mencionada). Após a breve prosperidade de Genebra, as mais famosas feiras do século XV ocorriam em Lyon, na rota mercantil que seguia o vale do Ródano. Lá os mercadores de Florença, Lucca, Gênova e Alemanha reuniam-se quatro vezes ao ano, livres de certas taxas e pedágios, para acertos contábeis e compensação de letras de câmbio dos principais mercados europeus. (Atlas da História do Mundo, pág. 143).⁵⁸

Com a expansão europeia em busca de novas mercadorias iniciou-se uma redistribuição global de recursos, seja na migração de povos, difusão de animais e plantas, liberação de riquezas minerais, expansão do cultivo na agricultura e um aumento significativo do volume do comércio e de trocas de mercadorias. Antes de 1500, o comércio estava restrito à Eurásia e a África. Com o advento dos descobrimentos de novas rotas e de colônias a serem exploradas, tornou-se possível o moderno comércio intensivo de mercadoria voltada ao

⁵⁷ HARVEY, David. *Condição pós-moderna*, São Paulo, SP: Edições Loyola, 1993, p. 98.

⁵⁸ Atlas da História do Mundo. Editado por Geoffrey Barraclough. São Paulo, SP: Folha de São Paulo, 1995.

consumo de grandes populações, dava-se início a que alguns autores chamam de “capitalismo comercial”. As feiras tiveram um papel importante para o desenvolvimento desse capitalismo, na disseminação de diversos produtos, como: rum, tecidos, armas e escravos. Com uma economia calcada basicamente na agricultura, a Europa a partir de 1550, já iniciava seu processo industrial, embora primitivo. As atividades não agrícolas começaram a ter papel relevante na economia europeia, as principais eram: os artigos têxteis, armas, papel, vidro e a manufatura de roupas. Essas atividades foram desenvolvidas principalmente na Inglaterra e na Holanda, porém o avanço de tecnologias era disperso e intermitente, tomando impulso somente no início do século XVIII, com o advento da primeira Revolução Industrial.

Antes que o capitalismo industrial surgisse, o processo de confecção de mercadorias era artesanal, a produção tinha como principal agente o artesão, que centralizava todo o processo de fabrico, desde a idéia até a sua realização, assim como em muitos casos também sua venda. Foi somente com a introdução do desenvolvimento das forças produtivas, alavancada com o início da revolução industrial que ocorreram mudanças substanciais no cotidiano social das pessoas. Nas primitivas sociedades tribais a noção de mercadoria representava apenas o excedente, no qual a produção de mercadorias produzidas de forma artesanal servia apenas como troca entre as pessoas, e somente no sentido de sobrevivência. Mas a partir do momento que a Europa despertou para as grandes atividades comerciais, descobrindo rotas, marítimas e terrestre em busca de novas mercadorias, que saciassem sua sede do exótico, as mercadorias então passam a ser o centro de atenção, dominando por completo a economia.

Todo esse processo, essa passagem de uma realidade natural de viver para um modo artificial de sobreviver foi concretizado pelo sistema de produção capitalista, embora a mercadoria estivesse na base material da vida social das sociedades anteriores. O desenvolvimento das forças produtivas foi acelerado com o início da Revolução Industrial, com a criação da divisão manufatureira do trabalho em detrimento do trabalho artesanal, voltado para a

geração do sistema de produção em larga escala de mercadorias, direcionada para o mercado. A mercadoria passa então a dominar todos os aspectos da vida social moderna.

A dominação da mercadoria exerceu-se antes do mais, de uma maneira oculta sobre a economia, que ela própria, enquanto base material da vida social permanecia despercebida e incompreendida, como o familiar que apesar de tal não é conhecido. Numa sociedade em que a mercadoria concreta permanece rara ou minoritária, e dominação aparente do dinheiro que se apresenta como o emissário munido de plenos poderes que fala em nome de uma potência desconhecida. Com a revolução industrial, a divisão manufactureira do trabalho e a produção maciça para o mercado mundial, a mercadoria aparece efectivamente como uma potência que vem realmente *ocupar* a vida social. É então que se constitui a economia política como *ciência* dominante e como ciência da dominação. O espetáculo é o momento em que a mercadoria chega à *ocupação total* da vida social. Não só a relação com a mercadoria é visível, como nada mais se vê senão ela: o mundo que se vê é o seu mundo. A produção econômica moderna estende a sua ditadura extensiva e intensivamente. Nos lugares menos industrializados, o seu reino já esta presente com algumas mercadorias-vedetas e enquanto dominação imperialista pelas zonas que estão à cabeça no desenvolvimento da produtividade.⁵⁹

No mercado global atual a mercadoria tem um papel de destaque, na medida em que ela representa o eixo motriz da fragmentação das relações culturais e sociais locais, em detrimento das relações econômicas globais. O capital internacional ao eleger um “lugar” busca submeter às relações sociais locais (internas) em prol de idéias “modernas” (externas), buscando de todas as formas homogeneizar os espaços. Esse processo de homogeneização global tem como sustentáculo maior à mercadoria, sua produção é ativada através de ciclos, cada vez mais rápidos, que a cada novo período joga no mercado uma profusão de bens com a aparência cada vez mais nova, com tecnologia avançada, e recauchutado.

O economista norte-americano Veblen⁶⁰ em sua obra clássica “A Teórica da Classe Ociosa” faz uma crítica a maneira como muitos encaram o enriquecimento das classes abastadas. Segundo Veblen, as classes subalternas imitam a forma de consumo das classes abastadas e esse seria um fator decisivo para o “progresso” das sociedades industriais modernas. Já no capitalismo

⁵⁹ DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*, Biblioteca Virtual Revolucionária, 1967, p. 41.

⁶⁰ VEBLEN, Thorstein Bunde, *A teoria da classe ociosa*, São Paulo, SP: Ed. Thomson Learning, 1965.

contemporâneo a massificação do consumo é o elemento crucial na perspectiva do desenvolvimento das economias. Existe uma sujeição a falsas necessidades, estas imperam como elemento de base para fundamentar a mercantilização global. No mundo dos mercados globais milionários, existem aqueles “poucos” que podem acumular capital financeiro e desfrutar de tempo livre para consumir o que a de mais luxuoso em voga. E há os “outros”, aqueles que se tornam terrivelmente perseguidos pelo impulso obsessivo de consumir, geralmente estão sempre endividados e angustiados pela constante presença do fantasma do desemprego, por isso mesmo são obrigados a manterem-se em alerta constante contra a concorrência que agora mais do nunca se tornou um instinto de sobrevivência.

A sociedade de um consumismo desenfreado pode significar a morte do indivíduo livre e autônomo, neuroticamente preocupado em dirimir os conflitos internos e obter o mais rápido um sucesso mundano. Na sociedade contemporânea a produção e o consumo funcionam como formas de dominação, e apesar de trazer benefícios materiais reais quando facilita a obtenção das necessidades da vida dando acesso mais barato ao conforto e ao luxo, temos como contrapartida o sacrifício inevitável da perda da consciência e da jamais realizada “vida sonhada”, jogando a maioria dos indivíduos em um corredor estreito da insatisfação provocada pela multiplicação incessante de novas necessidades.

2.2.1. A ALIENAÇÃO.NO CONSUMO

A expansão do consumo na sociedade contemporânea foi o resultado de dois processos que juntos alteraram o modo de vida da sociedade e o modo de como ela lidava com o consumo. O primeiro foi à disseminação do sentido do termo *moda* no seio da população de média e posteriormente na de baixa renda, isso teve como conseqüência à criação do mercado de consumo de massa, em detrimento ao mercado de elite, esse fato teve como conseqüência uma profunda alteração no ritmo do consumo, gerando um novo estilo de vida baseado no consumo da recreação. O segundo processo desencadeado pelo

sistema capitalista moderno foi o que Harvey⁶¹ denominou de a passagem do consumo de bens para o consumo de serviços, esse fato gerou uma ênfase nas mercadorias mais voláteis, criou-se à *cultura do instantâneo*, o que implicou num excesso de oferta de mercadorias para suprir a demanda cada vez maior gerada pela ansiedade de compras do consumidor, ampliada pelos veículos de *mass mídia*, estimulando os estímulos sensoriais das pessoas para elevar de sobremaneira o consumo de mercadorias (sociedade do descarte) A produção em massa gerou em contrapartida um consumo em massa, que teve como conseqüência os problemas psicológicos e sociais da vida urbana moderna.

No domínio da produção de mercadorias, o efeito primário foi a ênfase nos valores e virtudes da instantaneidade (alimentos e refeições instantâneos e rápidos e outras comodidades) e da descartabilidade (xícaras, prato, talheres, embalagens, guardanapos, roupas, etc.). A dinâmica de uma sociedade “do descarte”, como a apelidaram escritores como Alvin Toffler (1970), começou a ficar evidente durante os anos 60. Ela significa mais que jogar fora bens produzidos (criando um monumental problema sobre o que fazer com o lixo); significa também ser capaz de atirar fora valores, estilos de vida, relacionamentos estáveis, apego as coisas, edifícios, lugares, pessoas e modos adquiridos de agir e ser.⁶²

O indivíduo então deixa de ser um ente social, reservando para si o papel de regulador das funções sociais, influenciando e sendo influenciado pela sociedade em que vive, adquirindo para si o papel de *consumidor*, ludibriado, enganado com o esplendor da *sociedade do espetáculo*, a mercadoria para ele perde totalmente o valor referencial de uso, para se revestir de ilusões mercadológicas, justificadas pelo engano da falsa *abundância de objetos*, criada pelo sistema de produção capitalista. O modo de fazer, de ser criativo na sociedade capitalista é totalmente direcionado para o fabrico de mercadorias, tudo vira mercadoria. Quem não possui mercadorias é em dominado por quem as têm. Marx denomina de as condições *materiais e históricas específicas* que o homem criou para viver, sendo muito difícil escapar dessas condições, o homem vende sua vida em troca do dinheiro, para poder comprar mercadorias (seja para sobreviver ou se satisfazer), formando um círculo vicioso, trabalha para sobreviver

⁶¹ HARVEY, David. *Condição pós-moderna*, São Paulo, SP: Edições Loyola, 1993, p. 258

⁶² HARVEY, David. *Condição pós-moderna*, São Paulo, SP: Edições Loyola, 1993, p. 258.

e tenta sobreviver para trabalhar. Os objetos que o homem compra são o que se pode chamar de *mercadorias consumo*, que são direcionadas para a sua sobrevivência e para satisfazer sua “felicidade”, As mercadorias utilizadas com esse intuito, proporcionar “felicidade” ao homem, tornam-se espetáculos, do que o homem é apenas um espectador passivo, consome o que lhe é imposto, vive sobre a ditadura do consumo. As mercadorias-espetáculos na realidade consomem o próprio homem, na medida em que, tanto mais ele possui objetos mais deixa de ser. Na realidade essa “felicidade” aparente, irreal, formada pelo desejo cada vez mais compulsivo pelas mercadorias, torna-se uma neurose.

Foi na prática da visitas as feiras que verificamos o que Certeau denomina de *estratégias e táticas*, sendo necessário fazer uma distinção entre as duas para que se obtenha uma melhor compreensão. *Estratégia* para ele é a força utilizada pelo sistema social dominador que impõe suas normas a um determinado espaço com vista a tornar realidade seus objetivos. Enquanto que *táticas* seriam então as formulações dirigidas pelos habitantes desse espaço com vistas a driblar as *estratégias* produzidas pelo sistema e imposta a eles, e que Certeau chama apropriadamente de “a arte do fraco”. As *táticas* são plenamente reconhecidas nas fórmulas de sobrevivência que os feirantes desenvolvem na tentativa de se adaptarem ao sistema de produção imposto pelo capital dominante. Em sua atividade diária o feirante desenvolve um modo peculiar de vender sua mercadoria, nessa tarefa árdua, imitando o mito de Sísifo⁶³, ele tenta esculpir de forma criativa seu modo de ganhar dinheiro e sobreviver.

A desigualdade de renda que atinge a população dos países do terceiro mundo faz com que haja uma enorme disparidade no nível do consumo, a luta pelo espaço urbano em busca de absolver territórios é uma constante. Isso decorre do fato de que a modernização imperiosa impõe novas mercadorias em detrimento das mercadorias tradicionais, forçando o comércio da feira-livre

⁶³ O mito de um homem chamado Sísifo que é condenado a uma tarefa árdua, difícil e interminável, rolar uma imensa pedra até o auto de uma montanha, só que quando quase chega lá, a pedra rola montanha abaixo e ele tem que começar todo o trabalho de novo.

adaptar-se para poder sobreviver. O fato dessa disparidade do poder de consumir da população gera segundo Santos⁶⁴, o que ele denomina de: *os dois circuitos econômicos urbanos dos países periféricos*, que são na verdade os verdadeiros responsáveis pelo equilíbrio econômico e pela organização espacial das cidades. Nessa luta por espaços de circulação de venda de mercadorias, o circuito superior, por ser o sistema dominador, o que detém o poder, tenta de todas as maneiras conquistar o consumidor, seja através da publicidade, seja direta ou indireta, mesmo porque o circuito inferior não tendo como investir em publicidade, recebe por via indireta uma elevada carga publicitária, via mídia de massa, formando usos e costumes nas camadas menos favorecidas, ou forçado-a ao consumo *moderno*, causando uma dependência de fabricação externa em prol de uma produção local, e esse *consumo moderno* esta expulsando de maneira definitiva a produção local, estando hoje completamente sedimentado dentro do espaço da feira-livre.

Observamos também pessoas pertencentes a classes sociais mais abastadas e com um poder de compra de consumo diferenciado comprando na feira-livre. Embora esse fato ocorra de forma ocasional, na maior parte das vezes, são pessoas que, buscam na feira-livre não a mercadoria relativa a sua subsistência (esse tipo de compra ele faz nas grandes cadeias de supermercados e shoppings), na realidade essas pessoas buscam na feira-livre uma remota lembrança de sua infância interiorana, passeiam por entre seus corredores com uma certa nostalgia, em busca de objetos lembrem seu passado rural; como também existem os colecionadores em busca de alguma relíquia, seja um toca-disco que toque Lp's, um relógio antigo, camisas de clubes de futebol devidamente autografadas por craques, enfim relíquias que às vezes disputadas a tapas, por fiéis colecionadores e por fim os que buscam na feira comprar pássaros e peixes raros.

⁶⁴ Milton Santos, geógrafo pioneiro no estudo da pobreza do terceiro mundo, em seu livro *O Espaço Divido* elaborou os dois termos: circuito inferior e circuito superior da economia urbana dos países do terceiro mundo.

No que concerne à população ligada a cada um dos circuitos, é necessário notar vários desvios. Todas as camadas da população podem consumir fora do circuito a qual pertencem: trata-se de um consumo parcial ou ocasional das categorias sociais ligadas ao outro circuito.⁶⁵

2.2.2. A COMPRA E A DISTRIBUIÇÃO DAS MERCADORIAS NO INTERIOR DA FEIRA-LIVRE.

Nas feiras-livres a questão da distribuição das mercadorias é realizada de forma organizada, formando setores dentro do espaço da feira, delineando assim um mapa bem claro e definido onde cada barraca tem seu lugar definido e reservado. Na feira-livre de Messejana, por exemplo, facilmente se localiza a mercadoria que se busca. Mesmo nas feiras-livres onde a distribuição é aparentemente desorganizada e caótica como é o caso de Parangaba, onde os setores às vezes se misturam, também cada feirante tem seu lugar demarcado. Se o freguês deseja retornar à mesma barraca posteriormente ela vai estar ocupando o mesmo local.

A compra de mercadorias para o abastecimento das feiras-livres, que é realizada individualmente por cada feirante, é feita de forma diferenciada por cada setor, isto é, cada setor tem sua maneira própria de adquiri-lá, e dentro de cada setor também existe diferenciações, como veremos a seguir. Começamos pelo setor que vende frutas e verduras. Essa é à parte da feira que esta cada vez mais cedendo lugar a mercadorias modernas, já não é maioria, mesmo assim resiste. Quase que a totalidade (salvo rara exceção) dos feirantes que trabalham com esse segmento compram suas mercadorias diretas no Ceasa (a central de abastecimento da grande Fortaleza). Foi observado por nós durante nossa pesquisa que está cada vez mais raro o feirante que comercializa sua própria produção, ou seja, seu excedente (no caso das frutas e verduras), a grande parte dos feirantes que comercializam frutas e verduras compram mesmo é do grande atacadista, que recebe a mercadoria do interior e de Estados vizinhos e repassa

⁶⁵ SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo, SP: Ed. Edusp, 2004, p. 42.

tanto ao pequeno comerciante (no nosso caso o feirante), como também ao grande vendedor (os supermercados). Esse fato foi mencionado por Santos (2004), o atacadista realmente atua nos dois circuitos da economia urbana, ou seja, ele abastece de mercadorias tanto o circuito inferior como também o circuito superior. Outro elo importante da ligação entre os dois circuitos da economia urbana dos países periféricos mencionado por Santos e observado por nós é o camioneiro (o motorista de caminhão), é ele quem realiza efetivamente a distribuição de grande parte da mercadoria comercializada nas feiras-livres, é através dele que a mercadoria se faz presente na barraca do feirante, portanto ele é peça importante na engrenagem da economia urbana. Assim como também é ele quem faz a ponte entre o produtor-atacadista-feirante.

Os atacadistas e os transportadores têm atividades do tipo misto, pelo fato de sua dupla ligação. Ambos têm laços funcionais tanto com o circuito superior como com o circuito inferior da economia urbana e regional. O atacadista está no topo de uma cadeia decrescente de intermediários, que chega freqüentemente ao nível do feirante ou do simples vendedor ambulante. Através desses intermediários e pelo crédito, o atacadista leva um grande número de produtos aos níveis inferiores da atividade comercial e fabril e, assim, a uma gama extensa de consumidores. O volume global dos negócios que realiza no circuito inferior dá a dimensão de seus negócios bancários e também de sua participação no circuito superior. Elemento integrante do circuito superior, o atacadista é também o cume do circuito inferior.⁶⁶

Grande parte dos feirantes que trabalham com o segmento de frutas e verduras têm pouco capital, conseqüentemente compram pouca mercadoria, só aquela que possa ser vendida imediatamente, no mesmo dia, compram também a prazo, e ficam assim ficam atrelados ao grande atacadista, pois necessitam do financiamento deste para poderem sobreviver. Na realidade o que ocorre é que os feirantes tornam-se parte de uma grande malha de distribuição de mercadorias na periferia, uma espécie de empregado sem nenhum vínculo com o grande atacadista. Esse fato torna a vida do feirante laboriosa, pois mesmo após terem cumprido um rigoroso dia de trabalho (das cinco da manhã até as quatro da tarde) na feira-livre, eles tem que ir ao CEASA para pagarem parte das mercadorias que compraram no dia anterior e adquirirem a do dia seguinte. Para estes a busca de dinheiro vivo é vital, pois é necessário pagar parte da dívida para manter o seu

⁶⁶

SANTOS, Milton. *O espaço dividido*. São Paulo. SP: Edusp, 2004, p.41.

crédito e poderem sobreviver, estando assim sempre atrelados ao grande atacadista.

No setor referente à comercialização de carnes a compra desse produto se dá de duas maneiras, nos matadouros municipais ou no que alguns feirantes denominam de “moita”, ou seja, de maneira irregular em matadouros clandestinos. Foi notado por nós que trabalham na feira dois tipos de feirantes, que comercializam com carnes, os que apenas vendem nas feiras-livres e os que têm açougues e vendem nas feiras-livres nos fins de semana. Estes conseguem um preço de compra bem melhor, pois além de comprarem direto do matadouro ainda compram em razoáveis quantidades, enquanto aqueles que são somente feirantes, e que têm que comprar em mercados públicos e sofrem do mesmo problema dos colegas que vendem frutas e verduras, caem na dependência do atravessador para poderem sobreviver. São comercializadas na feira-livre diversos tipos de carnes, as principais são: a de gado, a de porco, a de criação (carneiro, ovelha, bode) e a do frango. Excetuando o boi os outros animais são também vendidos vivos para o abate posterior, às vezes eles são negociados na própria feira para serem abatidos logo depois (a feira-livre da Parangaba dispõe de um abatedouro próprio, a margem da lagoa). Um problema sério que surge com a comercialização de carnes no espaço da feira-livre é o fato da falta de conscientização na questão da prática da higienização da mercadoria, que na maioria das vezes não segue a risca as normas e padrões de refrigeração e acondicionamento correto do produto imposta pela secretária da saúde do município. Na maioria das vezes as carnes são simplesmente expostas ao ar livre, são simplesmente colocadas sobre a banca ou penduradas em ganchos sem nenhuma proteção ao calor e as moscas, chegando às vezes ao cúmulo de serem jogadas ao chão, absorvendo areia e sujeira.

O setor de confecções atualmente detém o maior número de barracas e ocupa o maior espaço nas feiras-livres pesquisadas (Messejana e Parangaba). Percebemos que ele é o único da feira-livre em que a maioria dos feirantes fabricam e comercializam suas próprias mercadorias. Na maioria das

vezes eles têm uma fabriqueta em casa, onde empregam a família e amigos, quase nenhum feirante que comercializa com confecções compram de grandes atacadistas e nem precisam de caminhões para levar sua mercadoria para a feira-livre, geralmente a trazem em grandes bolsas em transportes coletivos. Também é um dos setores da feira que está mais ligado com a evolução da moda divulgada pela mídia. Como não teriam como vender as roupas originais de grifes, que custam caro para a camada social que frequenta a feira, imitam completamente o figurino da roupa, até nos mínimos detalhes, colocando a etiqueta referente à marca, ficando até difícil definir o que é verdadeiro do que é imitação, porém essa imitação as vezes não deixa de lado a qualidade, muitas das peças observadas por nós têm um padrão de qualidade bom, aceitável, mesmo vendidas a preços muito abaixo do original. Essa é uma das táticas citadas por Certeau, quando o autor coloca a questão das “táticas de sobrevivências”, em que os feirantes (nosso caso de estudo) se utilizam em reação as forças que lhes são impostas pelo sistema capitalista, na verdade é a única forma que ele dispõe para poder sobreviver.

A “praça da alimentação” (foto 11) é um dos setores que concentra o maior número de pessoas, quase Inexistente na feira de Messejana porém é muito ativa na da Parangaba, que já galgou até os louros da fama (reportagens nas redes de televisão e nos principais jornais de Fortaleza) com um variado cardápio regional, onde se encontram pratos diferenciados: panelada (encontramos doze tipos diferentes), buchada, rabada, pé de vaca, sarrabulho, feijoada, gostozinho, diversos tipos de caldo (gado, galinha e peixe) com cuscuz, pastéis com caldo de cana e refrescos ou refrigerantes. Ela enfrenta até a concorrência do “Habib’s” do outro lado da rua, que se instalou por perto no intuito de se aproveitar de parte dos fregueses que frequentam a feira. É destino certo dos que chegam a feira muito cedo oriundos das casas de forró. Estes costumam tomar café na feira para tirar a ressaca e continuar a festa por ali mesmo (na “barraca do índio”), que é destino também dos feirantes que se restabelecem do árduo trabalho, assim como também dos fregueses que visitam a feira, sejam para comprar ou apenas para passear. Em seu espaço encontra-se uma variedade interminável de tipos

urbanos: casais de namorados, loucos e mendigos em busca de restos de bebidas e comidas, tipos que relembram a década de setenta, famílias inteiras (pai, mãe e filhos e até o cachorro) “lazeando” no domingo feirante, enfim a “praça da alimentação” da feira da Parangaba é uma área de lazer importante para as pessoas que vivem na periferia e que utilizam a feira-livre para se divertirem.



Foto 11 – Praça da Alimentação – Feira da Parangaba.

Existe espaço nas feiras-livres para se comercializar mercadorias ilegais, são os produtos derivados de pirataria ou mesmo de roubo e que formam o circuito de mercadorias marginais da feira, e que são comercializadas numa relação diferenciada, ou seja, grande parte delas não são expostas diretamente no interior da feira, na realidade são trazidas ao encontro do freguês quando solicitas, ficam escondidas fora do espaço da feira, nas ruas que a circundam. Seria o caso dos animais da fauna silvestre, que são largamente comercializados nas feiras, principalmente a da Parangaba, ou mercadorias roubadas, como bicicletas e celulares, até mesmo a venda de armas brancas e de fogo são negociadas no interior das feiras-livres. Por ser a feira-livre um espaço urbano de abrigo de diversos tipos de informalidade, apresenta toda espécie de comercialização,

dando também vazão ao lado marginal urbano, o lado “oculto” do comércio ilegal, seja ele de roubo, de tráfico, de armas e de prostituição. O Jornal “Diário do Nordeste” exibiu em sua edição uma manchete: “Blitz na Feira: Polícia realiza operação na Parangaba”:

A Polícia Civil apreendeu grande quantidade material de procedência duvidosa, bem como um carro com a documentação irregular. Esse foi o resultado de uma operação da qual participaram 10 delegados e mais de 50 inspetores, tendo à frente o superintendente, delegado Jaime de Paula Pessoa Linhares. Durante a ação, realizada na feira de Parangaba, foram presos cinco homens, em poder dos quais a mercadoria foi encontrada. Eles foram autuados em flagrante por receptação e violação de direito autoral (artigos 180 e 184 do Código Penal Brasileiro), este último por conta dos CDs ‘piratas’. Ante de deflagrar a operação, a Polícia Civil fez, durante quatro meses, um levantamento completo em torno do comércio existente na feira de Parangaba. Esse trabalho foi realizado pelo Departamento de Inteligência Policial (DIP), tendo à frente o delegado Lúcio Pontes Torres. Contando com esses dados, o superintendente da Polícia Civil se reuniu com seus auxiliares a fim de discutir o assunto. A última reunião foi realizada sábado, quando foram definidas a participação dos delegados. A meta era apreender o maior número de objetos de procedência duvidosa comercializados ali nos fins de semana. Enquanto, no lugar de costume, vendedores e compradores se misturaram, na comercialização de todo e qualquer tipo de mercadoria - incluindo carros - as equipes da Polícia Civil trabalhavam visando de apreender o maior número possível de objetos de procedência duvidosa ou roubados.⁶⁷

O setor das feiras-livres que comercializa produtos de alta tecnologia (foto 12) ganha notoriedade na feira da Parangaba, onde se encontra mercadorias das mais diversas, desde um rádio antigo e raro até a última novidade em videogame, o lema é: “se você procurar, acha!”. Ao contrário da fama que o setor pegou, de vender produtos roubados, notamos que na realidade não é bem assim. Os produtos que são vendidos nas barracas são legais, tem nota fiscal e o feirante dá até garantia. Na maior partes das vezes, pelo que atestamos, as mercadorias são compradas de outros e revendidas na feira com uma grande margem de lucro, na realidade são produtos usados e que são legalmente revendidos na feira. Já os que são comercializados fora das barracas têm procedência duvidosa, é arriscado comprar, pois na maioria das vezes são produtos oriundos de roubo.

⁶⁷ Notícia retirada do site do Jornal “DIÁRIO DO NORDESTE” em 25 de Abril de 2005, Fortaleza, CE.



Foto 12 – Freguês testa aparelho no setor de alta tecnologia da Feira da Parangaba.

O escambo é prática recorrente nas feiras-livres. De repente em algum lugar da feira forma-se um aglomerado de pessoas, que se juntam para trocarem objetos, vale tudo, troca-se bicicleta por animais, camisa de time de futebol por rádio, relógio por roupas, permutam-se os objetos entre si e as vezes tem volta em dinheiro; enfim, o mais absurdo dos negócios pode ser realizado.

Outro lugar na feira em que as trocas são recorrentes é o setor de vendas de peças, encontra-se de um tudo numa profusão de parafusos, molas e peças usadas, se você procurou em vão por uma peça de carro, de moto, liquidificador e geladeira e não achou em lugar nenhum, talvez a encontre aqui, e ainda é possível você comprar todo tipo de ferramentas usadas e seminovas, como: martelos, chaves-de-fenda, furadeiras, enxadas, e picaretas.

A feira-livre é assim, acolhe em seu interior um sem número, uma diversidade enorme de mercadorias, sejam legais ou ilegais, o que o freguês procurar acha, talvez não da primeira vez em que procure, mais se insistir, provavelmente encontrará. É um espaço em que se encontram mercadorias improváveis de se encontrar em outros locais. Nas várias visitas que realizamos

nas feiras flagramos cenas inusitadas, como: a venda de um aparelho sanitário usado, “água mineral” em saco plástico, aparelho para remover riscos em cd’s, um jumento com cangalhas, um estojo com vários tipos de aranhas, camisa de time de futebol devidamente autografada. Bem, a feira-livre é assim um lugar de se encontrar o que se busca ou de simplesmente passear, olhar, sentir cheiros, tocar, enfim, vivenciar o universo feirante.

CAPÍTULO 3.

O TRABALHO NO DIA-A-DIA DA FEIRA-LIVRE.

No terceiro e último capítulo de nossa pesquisa vamos abordar à questão da informalidade no espaço da feira-livre e de sua importância em relação à vida cotidiana do feirante. Primeiramente vamos traçar a origem da palavra trabalho e acompanhar suas transformações através do tempo. Depois pretendemos traçar uma breve retrospectiva histórica do trabalho informal no Brasil, buscando uma compreensão mais rebuscada de sua trajetória, desde o período colonial até os dias de hoje. E para finalizar uma descrição dos diversos tipos de trabalho informal que se desenvolvem no interior da feira, ou seja, os trabalhos inerentes a feira-livre propriamente dito e os que lhes são externos e dependem de seu funcionamento.

3.1. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE O TRABALHO.

O homem é originalmente – especificamente na sua dimensão biológico-corporal – um ente natural. Um ente que surge da e na natureza, exatamente como todos os demais organismos vivos, porém, existe entre ele (homem) e os demais organismos uma diferença fundamental. A ação animal é determinada por leis biológicas, por reflexos e instintos, isto é, uma ação que ignora a finalidade dela mesma. O homem, ao contrário, tem a peculiaridade de alterar o dado natural por sua ação consciente, tendo inclusive a capacidade de guardar na memória os resultados de sua ação e aperfeiçoar os instrumentos criados, visando um determinado fim. Esta ação do homem de transformar o dado natural é o que podemos caracterizar como *trabalho*. Pelo trabalho o homem humaniza a Natureza, e com isso ele também se humaniza, provocando uma relação dialética das forças. Portanto, liberto dos determinismos naturais o homem inicia a transformação do mundo natural que, transformado vai transforma-lo também.

Pode-se distinguir os homens dos demais animais pela consciência, pela religião e por tudo mais que se queira. Mas eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a *produzir* seus meios de existência, e esse passo a frente é a própria consequência de sua organização corporal. Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material.⁶⁸

A característica principal que diferencia o homem do animal é que o homem é um ser que trabalha, e pelo trabalho – trabalho aqui entendido como ação consciente de transformação do dado natural – produz o mundo e a si mesmo. O trabalho da aranha, da abelha e do João-de-barro, não pode ser considerado trabalho, pois sua ação não é deliberada, intencional, mais pura ação de reflexos e instintos. Braverman exemplifica em seu livro *Trabalho e Capital Monopolista - A degradação do Trabalho no Século XX* :

Todas as formas de vida mantêm-se em seu meio ambiente natural; assim é que todos desempenham atividades com o propósito de apoderar-se de produtos naturais em seu próprio proveito. Os vegetais absorvem umidade, minerais e luz do sol; os animais alimentam-se de vida vegetal ou da rapina. Mas apoderar-se desses materiais da natureza tais como são não é trabalho; o trabalho é uma atividade que altera o estado natural desses materiais para melhorar sua utilidade.⁶⁹

A concepção de trabalho (manual) sempre esteve ligada predominantemente a uma visão negativa. Isso já se dá com a visão mítico-religiosa: No livro do Gênesis vemos que, Adão e Eva viviam felizes e despreocupados, usufruindo as delícias do paraíso. Depois que comeram da fruta da árvore do conhecimento do bem e do mal foram expulsos do paraíso, e como castigo Eva sofrerá o “trabalho do parto”⁷⁰ e Adão é condenado a sobreviver por sua própria conta, com o sofrimento do seu trabalho⁷¹.

Queremos insistir no fato de que a concepção do termo trabalho como uma atividade que realiza a humanidade no homem é uma concepção

⁶⁸ K. Marx e F. Engels. *A Ideologia Alemã*. São Paulo, SP: Editora Martins Fontes, 1989, Pág. 13.

⁶⁹ BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista – A degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: RJ, Editora Guanabara, 1987, p. 49.

⁷⁰ “Aumentarei os sofrimentos de tua gravidez os teus filhos hão de nascer entre dores...”, Gênesis, 3-16.

⁷¹ “Porque ouvistes as palavras de tua mulher e comeste o fruto da árvore a respeito da qual eu havia ordenado ‘nunca deveis comer o fruto desta árvore’, maldita seja a terra por tua causa e dela só arrancarás alimento à custa de penoso trabalho em todos os dias de tua vida”, Gênesis, 3-17.

marxista do termo, segundo Marx o trabalho é a expressão própria do homem, o homem é um ser que trabalha, e que pelo trabalho produz o mundo e a si mesmo. O trabalho não é apenas um meio para se obter um fim – o produto – mas fim em si mesmo, a expressão significativa da energia humana, sendo exatamente por isso uma atividade que deve provocar prazer e bem-estar ao homem. Partindo dessas observações pede-se compreender que a crítica de Marx ao sistema capitalista não se baseia simplesmente na injustiça, na distribuição desigual de riquezas, mas pela perversão do trabalho, pela sua conversão em trabalho construtivo, forçado, alienado e sem sentido, que transforma o homem em uma máquina monstruosa.⁷²

A construção prática de um *mundo objetivo*, a manipulação da natureza inorgânica, é a confirmação do homem como ser genérico consciente, isto é, ser que considera a espécie como seu próprio ser ou se tem a si como ser genérico. Sem dúvida, o animal também produz. Faz um ninho, uma habitação, como as abelhas, os castores, as formigas, etc. mas só produz o que é estritamente necessário para si ou para suas crias; produz apenas numa só direção, ao passo que o homem produz universalmente; produz unicamente sob a dominação da necessidade física imediata, enquanto o homem produz, quando se encontra livre da necessidade física e só produz verdadeiramente na liberdade de tal necessidade; o animal apenas se produz a si, ao passo que o homem reproduz toda a natureza; o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico, enquanto o homem é livre perante o seu produto. O animal constrói apenas segundo o padrão e a necessidade da espécie a que pertence, ao passo que o homem sabe como aplicar o padrão apropriado ao objeto.⁷³

Etimologicamente a palavra *trabalho* origina-se do vocábulo latino *tripaliare*, que tem como referencia a palavra *tripalium*, que seria um aparelho de tortura, usado comumente para castigar os presos e para ferrar animais indomáveis. Derivou-se daí a péssima associação da palavra *trabalho* como algo torturante e que causa sofrimento a quem a ele se dedica. Já o conceito de trabalho remonta a palavra *werg* (raiz indo-européia), que significava “ação produtiva”. A desvalorização do trabalho já existia na Grécia Antiga (onde se praticava a escravidão), lá todo trabalho manual era realizado somente por escravos, ficando aos homens livres a atividade da “contemplação das idéias”. Os gregos achavam aviltante o trabalho manual, valorizavam somente o trabalho intelectual.

⁷² FROOM, Erich. *Conceito marxista do homem*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, Ed. 1983, p. 48.

⁷³ Marx, Karl. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. Lisboa, PT: Ed. 70, 1975, p.165.

O Império Romano entendia o significado do trabalho como “ausência de lazer”, e valorizava o ócio como o verdadeiro estado concernente aos homens livres. O sentido do termo trabalho só começou a se libertar de seus sentidos pejorativos e ser redimido na Idade Média, pelo filósofo da igreja Católica Santo Tomás de Aquino⁷⁴, quando ele tenta reabilitar o sentido autêntico do trabalho manual, argumentando que todos os tipos de trabalhos são iguais. A situação só realmente começou a se modificar no início da Idade Moderna (Renascença), ou seja, século XV, com o aparecimento e desenvolvimento das primeiras máquinas que teve como consequência uma motivação do trabalho manual, assim como também pela ascensão da burguesia, classe oriunda do campo, e que se dedicava ao comércio, essa nova classe social moldou uma nova concepção sobre o trabalho.

A grande revolução intelectual francesa de 1879 destruiu um modo de pensar político, chamado feudalismo e gerou outro denominado liberalismo, criando condições para o desenvolvimento do capitalismo moderno. O liberalismo respaldou o processo da revolução industrial, acelerando o processo de migrações do campo para a cidade, intensificando o crescimento da população urbana, formado uma nova classe social, a dos operários. Os baixos salários, decorrentes do grande número de operários e de sua substituição pelas máquinas geraram um alto nível de desemprego, formando o “exercito industrial de reserva”.

⁷⁴ São Tomás de Aquino (1224/5-1274), o grande nome da filosofia escolástica, cujo pensamento privilegiou a atividade, a razão e a vontade humana. Numa época em que a Igreja ainda buscava em Santo Agostinho (354-430) e seus seguidores grande parte da sustentação doutrinária, Tomás de Aquino formulou um amplo sistema filosófico que conciliava a fé cristã com o pensamento do grego Aristóteles (384-332 a. C.) — algo que parecia impossível, até herético, para boa parte dos teólogos da época. Não se tratava apenas de adotar princípios opostos aos dos agostinianos — que se inspiravam no idealismo de Platão (427-347 a. C.) e não no realismo aristotélico — mas de trazer para dentro da Igreja um pensador que não concebia um Deus criador nem a vida após a morte. A porção mais influente da obra de Aristóteles havia desaparecido das bibliotecas da Europa, embora tivesse sido preservada no Oriente Médio. Ela só começou a reaparecer no século 12, principalmente por meio de comentadores árabes, conquistando grande repercussão nos círculos intelectuais. As idéias de Aristóteles respondiam melhor aos novos tempos do que o neoplatonismo. Vivia-se o período final da Idade Média e a transição de uma sociedade agrária para um modo de produção mais orientado para as cidades e a atividade comercial. Avanços tecnológicos começavam a influir na vida das pessoas comuns e os trabalhadores urbanos se organizavam em corporações (guildas). A reabilitação do trabalho manual foi tentativa de São Tomás de Aquino, na Idade Média, que afirmava serem todos os trabalhos equivalentes em importância.

A primeira revolução industrial na Inglaterra em meados do século XVII deu início ao Capitalismo Industrial. Com o enorme fascínio que a técnica e as máquinas começaram a exercer sobre o homem, desencadeou-se uma mudança drástica nos modos de vida das pessoas, ocorrendo profundas mudanças sociais e econômicas no cotidiano (passagem do feudalismo para o capitalismo). O surgimento das primeiras fábricas teve em contrapartida um aumento significativo na produção de mercadorias, desencadenado o processo de acumulação do capital, que teve como conseqüência à ampliação dos mercados. O surgimento das primeiras fábricas teve outro desdobramento, o deslocamento de inúmeras famílias, oriundas do campo onde desenvolviam o trabalho doméstico e o fabrico artesanal de mercadorias e que foram forçadas a venderem sua força de trabalho nas recém formadas fábricas, em troca de um salário; esses novos trabalhadores que surgiam eram submetidos a uma nova ordem: “a divisão do trabalho”, impondo ritmos e horários a cumprir, o fruto do trabalho não mais lhes pertenciam, e o produto de seu trabalho era vendido pelo capitalista que ficava com o lucro, surge assim uma nova classe social: “o proletariado”.

O trabalhador torna-se mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a *desvalorização* do mundo das coisas aumenta em proporção direta da *desvalorização* do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens.⁷⁵

Durante o século XVIII o setor da Indústria têxtil sofreu um processo acelerado de mecanização com a invenção e o conseqüente surgimento da máquina a vapor, aumentando significativamente a produção de tecidos, e que teve reflexos em outros setores da produção como o metalúrgico. No Século XIX, a implantação do sistema fabril se consolidou definitivamente, este fato impôs um total direcionamento do trabalho visando à exploração sub-humana do trabalhador, com jornadas de trabalho de até 18 horas diárias, sem direito a férias, sem seguridade social (aposentadoria), larga utilização do trabalho infantil,

⁷⁵ MARX, Karl. *Manuscritos econômicos-filosóficos*, Lisboa, PT: Ed. 70, 1975, p.159.

salários ínfimos e condições insalubres de trabalho. Em contrapartida esses fatos desencadearam o surgimento dos primeiros movimentos operários. Que lutavam por melhores condições dos operários, e é justamente neste período que o filósofo alemão Karl Marx cunhou o termo “trabalho alienado”, pelo qual a partir da divisão do trabalho: “o produto do seu trabalho deixa de lhe pertencer”. Em seus escritos da maturidade, Marx num dos mais belos trechos de seus escritos descreve o conceito de alienação, embora sem utilizar-se do termo.

O reino da liberdade só começa, de fato, onde cessa o trabalho que é determinado pela necessidade e por objetivos externos; por conseqüência, em virtude de sua natureza, encontra-se fora da esfera da produção material propriamente dita. Assim como o selvagem tem que lutar contra a Natureza para satisfazer a suas necessidades, para manter e reproduzir a vida, assim também tem que o fazer o homem civilizado em todas as formas de sociedade e com todos os modos de produção possíveis. Com o seu desenvolvimento, dilata-se o reino da necessidade natural, porque também as suas privações se intensificam, mas ao mesmo tempo amplificam-se igualmente as forças de produção, pelas quais se justificam essas privações. *A liberdade neste campo só pode consistir no fato de a humanidade socializada, os produtores associados, regularem racionalmente o intercâmbio com a Natureza, submetendo-a ao seu comum controle, em vez de serem governados por ela como um poder cego, e cumprindo a sua tarefa com o menor dispêndio de energia possível e em condições tais que sejam próprias e dignas de seres humanos. No entanto, aqui encontramos-nos ainda no reino da necessidade. Para além dele começa o desenvolvimento da potencialidade humana com fim em si mesma, o verdadeiro reino da liberdade que, no entanto, só pode florescer tendo como base o reino da necessidade. A redução do dia de trabalho é a sua condição prévia fundamental.*⁷⁶

A segunda revolução industrial (1870 a 1914) foi marcada pelo surgimento do capitalismo financeiro, forneceu uma maior integração entre indústrias e bancos, possibilitando o surgimento de enormes fortunas como: os Morgan, Rockefeller, e os Rothschild. A primeira desenvolveu o capitalismo industrial, a segunda é uma fase marcante no processo capitalista, a partir de agora o capital financeiro passa a rivalizar com a indústria, formando grandes conglomerados econômicos, que absorveram as pequenas empresas, formando o que hoje se conhece por monopólios, as holdings e por fim os cartéis. Também se desenvolveu a chamada produção em série, de maneira uniforme e padronizada, teve-se também uma grande expansão imperialista, pois as grandes potências

⁷⁶ MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: SP, DIFEL Difusão Editorial S.A., 1985, Vol. VI, p. 942.

capitalistas necessitavam agora de escoar suas mercadorias, são criados os assim chamados “mercados externos”.

No início do século XX, por volta de 1914 um industrial americano chamado Henry Ford, introduziu a linha automática de montagem de carros, que criou uma etapa da industrialização conhecida como “fordismo”. O “fordismo” desenvolveu uma nova visão para a indústria e o capitalismo, que foi o reconhecimento de que a produção de massa era relativamente proporcional ao consumo de massa, isto gerou uma reviravolta nos conceitos até aqui adotados, formou-se um novo tipo de sociedade, democrática, racionalizada, moderna e populista. O fordismo após a primeira guerra mundial irradiou-se pelo mundo, utilizando-se dos princípios tayloristas (divisão do trabalho em manual e intelectual), adaptando-se ao pensamento empresarial moderno (pesquisa e desenvolvimento aliada a uma organização racional do trabalho) criou-se o Know-how empresarial.

O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que a produção de massa significava consumo em massa, um novo sistema de reprodução do trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista⁷⁷

No final da década de 60, o sistema de acumulação fordista entrou em crise. O poder aquisitivo dos operários cresceu mais do que as taxas de lucro das empresas, e há isso se juntou a crise no petróleo, o que acelerou o processo de decadência do sistema fordista, causando a profunda recessão de 1973. A recessão de 1973, potencializada pela crise do petróleo, tirou o mundo financeiro da letargia. Nas décadas de 70 e 80 ocorreu um processo de reestruturação econômica, política e social, que foi amarga, mas providencial, que desaguou num regime de acumulação inteiramente novo, que Harvey denominou de “acumulação flexível” ou também denominado por outros autores de “toyotismo”. A acumulação flexível teve duas etapas, a primeira foi marcada pela maior “flexibilidade” do sistema financeiro capitalista ao contrário da “rigidez” do fordismo. Na verdade, o

⁷⁷ HARVEY, David. *A condição pós-moderna*, São Paulo: Edições Loyola, 1993, p. 121.

que aconteceu foi uma revolução tecnológica sem precedentes, um avanço sem igual da microeletrônica, desenvolvendo as telecomunicações, a informática, gerando um movimento de “compressão do espaço-tempo”, com isso, as tomadas de decisões públicas e privadas se estreitaram, a comunicação via satélite e os transportes cada vez mais velozes e baratos proporcionaram a concepção de um “espaço mundializado”. A acumulação flexível também desenvolveu padrões de crescimento bastante desiguais entre as regiões geográficas, acentuando as diferenças entre os países desenvolvidos e os países periféricos.

A passagem do antigo capitalismo (paradigma industrial) para o novo capitalismo (paradigma pós-industrial) gerou além do impacto tecnológico e da automação, uma frenética busca por novas linhas de produtos em busca de novos mercados, como também a descentralização em busca de territórios com menos controle do trabalho, forçando a um retrocesso do poder sindical, que era um dos pilares centrais do fordismo. Aumentaram as fusões entre as empresas, a força de trabalho passa por uma radical transformação, fragmentando-o em dois grupos, o primeiro, trabalho em tempo integral, com uma alta taxa de rotatividade no emprego e o segundo, trabalho em tempo determinado, com empregos temporários, diversificação de atividades (tentativa de modificação jurídica das leis que regem o contrato de trabalho), subcontratados, tercerização, tendo como consequência à desregulamentação e flexibilização do trabalho. Surge um novo tipo de emprego, o chamado “setor de serviços”, treinados com subsídios públicos e em bem maior número que o primeiro grupo. A passagem do fordismo para a acumulação flexível também foi marcada por uma nova força de trabalho, a das mulheres que chegaram a representar até 40% da força de trabalho de alguns países, o que não acontecera no fordismo, onde a mulher desempenhava o papel de dona de casa, já que o marido ganhava bem e sustentava toda a família, o que já não acontecia no pós-fordismo, a mulher tinha que contribuir para que a família conseguisse sobreviver.

Hoje, um terço da força de trabalho mundial – algo em torno de um bilhão de pessoas – está sem emprego, mas não vive em “cabanas eletrônicas”, não está no “setor de serviços” nem se dedica, aparentemente, ao ócio criativo. Pelo contrário, o que as estatísticas mostram é que esses milhares de desempregados seguem ligados ao mesmo “paradigma do trabalho”, só que agora como trabalhadores precarizados, terceirizados ou subcontratados, com direitos cada vez mais limitados e cada vez mais alheios ao mundo das organizações sindicais. Uma transformação social gigantesca, mas que não foi o resultado natural, nem muito menos benéfico, das novas tecnologias informacionais. Foi, em grande medida, o resultado de uma reestruturação política e conservadora do capital, em resposta à perda de rentabilidade e governabilidade que enfrentou durante a década de 1970.⁷⁸

Globalização é o termo empregado para definir a atual fase do capitalismo, compreende enormes transformações, nas esferas financeiras, comerciais, produtivas e institucionais. Hoje a competitividade entre as maiores empresas transnacionais esta cada vez mais acirrada, pois elas estão cada vez mais reduzidas, são apenas trezentas mega empresas, que constituem o chamado “mercado”, uma entidade nada abstrata, que se impõe frente ao Estado, enquanto formuladores da nova ordem mundial. A globalização uniformiza o consumo a um nível mundial, hoje as empresas podem pagar o preço do custo, cada vez mais barato, para poderem estabelecer relações produtivas em várias partes do planeta, permitindo que cada etapa do processo seja desenvolvida em um país diferente de acordo com as vantagens e lucros que cada um oferece, criando um comércio mundial.

3.2. INFORMALIDADE – CONCEITO E ABORDAGEM HISTÓRICA.

È difícil buscar uma única definição para conceituar “trabalho informal”, o termo possui diversos significados (setor informal, atividade informal, setor não estruturado). Até porque devido a sua natureza intrínseca é um objeto de estudo complexo, se enquadrando em diversos tipos de trabalhos. Contudo podemos centrar nossas atenções em duas atividades que definiriam de forma apropriada o que seria “trabalho informal”. A primeira delas seria a categoria de

⁷⁸ FRIORI, José Luís. Artigo intitulado: “lições da década de 1990 (II), Caderno Mais!, Folha de São Paulo.

atividade produtiva, e que esta vinculada ao que se poderia afirmar como a margem da lei, que não se rege pela legislação trabalhista. Estão agrupados nesse segmento os que trabalham por conta-própria e que na maioria das vezes não possuem carteira assinada nem contribuem efetivamente para previdência social e que estão ligados ao que alguns estudiosos denominam por *precariedade da ocupação*, estão nessa condição os ambulantes, feirantes, os que prestam pequenos serviços domésticos (bombeiros hidráulicos, pintores) e os assim denominados de trabalhadores informais, que estão ligados à cadeia produtiva das grandes empresas capitalistas pelos serviços que prestam a elas, são o caso das costureiras, confeitadeiras de bolos, doces e salgados. A segunda atividade ligada ao setor da informalidade se definiria como uma categoria apartada do grande capital, ou seja, sua força produtiva se distinguiria pelos baixos níveis de produtividade, mas esse setor está mais ligado aos empregadores e empregados de pequenas firmas (fabriquetas caseiras), onde o empregador também trabalha junto aos seus empregados, nesse caso entra o que se define por ajudantes não-remunerados geralmente familiares. Portanto, o trabalho informal se caracteriza principalmente, pelo o que nos podemos constatar durante nossas visitas às feiras-livres que na realidade é a única opção de sobrevivência, seja pela falta de condição de emprego formal, assim como também por opção de vida (os que são feirantes por hereditariedade, ou seja, apreendeu com os pais que, por conseguinte, apreendeu com os pais deles e assim por diante).

Se prestarmos a devida atenção para o que foi escrito acima, poderemos afirmar com segurança que o setor informal se caracteriza também por uma alta dependência em relação ao sistema econômico capitalista. Como já foi visto, o trabalho informal é marcado por uma forte heterogeneidade, tanto no que tange àqueles ligados as empresas, seja na produção (trabalhadores informais) como no comércio (ambulantes e feirantes). Estão por assim ligados, na medida em que dependem do que o sistema capitalista produz, assim como também são seus representantes (caso dos ambulantes e feirantes) junto à camada social mais pobre da periferia e que não tem acesso as grandes cadeias de distribuição. Exclui-se dessa lista, é bom ressaltar, as domésticas e os profissionais liberais.

Vale ressaltar que quando há uma profunda restrição no nível de emprego do setor formal da economia, ou seja, quando aumenta o desemprego, verifica-se uma contrapartida no setor informal, com um aumento significativo de ocupação, como o setor informal não movimenta um grande capital de giro e conseqüentemente não pode atender a um mercado consumidor de maior porte econômico, pois no informal o mercado consumidor é muito limitado, portanto se aumentar o número de pessoas na informalidade restringi-se cada vez mais o lucro a ser dividido entre eles. Como o problema da informalidade atualmente é muito sério, o governo resolveu por tentar uma solução para poder amenizar e se possível melhorar a condição dos que vivem na informalidade. Uma saída possível foi dar acesso ao micro-crédito na forma da criação do *Banco do Povo*⁷⁹ ou programas do governo federal como o *PROGER*⁸⁰, essas linhas de microcrédito possuem regras específicas que buscam atender a uma determinada parcela da população menos favorecida (microempreendedores e informais). Essas medidas tomadas pelo poder público ao mesmo tempo em que visam minimizar o problema do desemprego, buscando ajudar o trabalhador informal, também visa manter na informalidade grande parcela de trabalhadores que não tem como mais voltar ao trabalho formal.

3.3. AS ORIGENS HISTÓRICAS DA INFORMALIDADE NO BRASIL.

Para melhor entendermos como se formou o setor informal no Brasil temos que retornar ao século XIX, que foi um período de intensa movimentação política, mas não de transformações econômicas. Durante esse curto período de

⁷⁹ O *Banco do Povo* é uma instituição voltada ao crédito popular, que praticam juros mais suaves que os de mercado (entre 1% e 4% ao mês) e que possuem menores exigências de garantias. Segundo a Abcred (Associação Brasileira de Dirigentes e Gestores de Entidades de Microcrédito, Crédito Popular Solidário e Similares), existem 147 instituições nos moldes do Banco do Povo espalhadas pelo Brasil, geralmente o dinheiro financiado gira em torno de no mínimo R\$ 200,00 até no máximo R\$ 5.000,00, dividido no prazo máximo de até 18 meses, mais isso varia de cidade para cidade, pois cada uma promove suas próprias regras.

⁸⁰ O PROGER (Programa de Geração de Emprego e Renda) instituído pelo Ministério do Trabalho com recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), é uma linha de crédito aberta pelo Governo Federal através da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil que busca atingir os profissionais liberais e autônomos que atuam no mercado informal. O Programa atende a pessoa física e jurídica. No caso dos profissionais liberais e autônomos (informais), o financiamento pode chegar até a quantia de R\$ 10.000,00, com juros de 6% ao ano, cerca de 0,5% ao mês, em até 36 meses no Banco do Brasil e 24 meses na Caixa federal. (Revista Fotografe Melhor, N^o 99, Dezembro de 2004, p.66.

tempo o Brasil passou de Colônia (até 1808) para o Império (de 1808 a 1889) e finalmente para o atual regime, ou seja, a República. Segundo Theodoro, durante grande parte desses cem anos a economia brasileira foi totalmente apoiada no trabalho escravo. No início do século XIX o Brasil tinha em torno de três milhões de habitantes dos quais 1,6 milhão era composto por escravos, representando mais da metade da população do país. Quando o Brasil finalmente libertou os escravos (lei áurea) sobre pressão do capitalismo industrial europeu acarretou uma profunda modificação na vida social do país, houve problemas na substituição da mão-de-obra escrava nas lavouras, pois a grande massa da população livre à época sobrevivia no setor de subsistência, não se adaptava ao trabalho assalariado regular. A saída foi buscar na imigração a substituição dos postos de trabalhos deixados pelos escravos libertos. A partir daí a força de trabalho no Brasil mudou seu modo de ocupação, pois a mão-de-obra imigrante que chegava ao país iria se concentrar na produção de café, enquanto que os escravos livres não se uniram a parcela da população que se dedicava apenas de subsistência, vivendo de pequenos serviços urbanos, uma atividade mal-remunerada. Foi essa transição social que vai mais tarde dar origem ao que se denomina atualmente de “informalidade” no Brasil.

O perfil de ocupação da força de trabalho assumirá então nova conformação. Enquanto a mão-de-obra imigrante chega ao país e se ocupa cada vez mais da produção de café, uma parte crescente da população liberada, até então escrava, vai se juntar ao contingente de homens livres e libertos, a maioria dos quais dedicava-se seja à economia de subsistência, seja a alguns ramos assalariados – especialmente nos pequenos serviços urbanos. O nascimento do mercado de trabalho ou, dito de outra forma, a ascensão do trabalho livre, como base da economia, foi acompanhada pela entrada crescente de uma população trabalhadora no setor de subsistência e em atividades mal remuneradas. Esse processo vai dar origem ao que, algumas décadas mais tarde, será denominado o “setor informal”, no Brasil.⁸¹

Segundo Furquim⁸² durante o século XX o capitalismo europeu obrigou o Brasil a se inserir na economia internacional e conseqüentemente a

⁸¹ RAMALHO, Jether Pereira e ARROCHELLAS, Maria Helena (Orgs.). *Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil*. Artigo: As características do mercado de trabalho e as origens da informalidade no Brasil, THEODORO, Mário. São Paulo. SP: Cortez Editora, 2004, p.81.

⁸² FURQUIM, Laércio Jr. *Análise Quantitativa – Assim vivem os brasileiros*. Revista Discutindo a Geografia N^o 5, p.42.

substituir a *Divisão Territorial do Trabalho* (a especialização de cada porção do território) pela *Divisão Internacional do Trabalho* (qual região do globo produzirá o que e como). Esse fato acarretou grandes imigrações rurais para os centros urbanos, principalmente de negros livres. Embora nessa época a grande massa populacional ainda se fixasse no âmbito rural, alguns centros urbanos já se destacavam em relação ao número de habitantes (São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador e São Luiz se destacavam no cenário nacional)

Os trabalhadores do setor formal são atingidos diretamente em suas condições sociais pelas normas impostas pelo sistema capitalista, orientado pela força expansionista, atrelada a uma forte acumulação do capital. As decorrências dessas imposições se refletem na “precarização” enquanto força de trabalho. Atualmente os trabalhadores formais, que são demitidos e não conseguem mais retornar a condição de formalidade, seja por falta de vagas (cada vez mais escassas devido ao forte investimento em tecnologia, assim como também na redução drástica da economia como um todo), ou porque não conseguem atingir o perfil exigido pelo mercado. Como esse exército de trabalhadores têm como única forma de sobrevivência vender seu trabalho, e como não a obtém no setor formal, de onde se originam, buscam nas ocupações precárias ligadas preferencialmente ao setor da informalidade a sua sobrevivência.

É necessário ressaltar o fato de que o Estado brasileiro sempre se fez presente com medidas intervencionistas sempre que mudanças se faziam presentes, já na abolição da escravatura atuou de forma contundente na condução de uma política trabalhista quando a mão-de-obra escrava foi substituída pela dos imigrantes. Feita essa opção, ele excluiu uma grande parcela da população brasileira ativa, os escravos livres e os brancos pobres, essa força de trabalho denominada de “massa marginal” formou o exercito de excedentes de trabalhadores que deu origem ao que se denomina hoje de “setor informal”. Com a substituição do trabalho escravo nas lavouras pela força de trabalho imigrante favoreceu a um aumento na população urbana dos grandes centros, pois os escravos livres como não conseguiam trabalho migraram para as cidades

juntando-se a população carente que já vivia com poucos recursos. Essa migração reproduziu a economia de subsistência rural, perpetuando-se como economia subsistência urbana. O crescimento das cidades se notabilizaram pelo aumento significativo da pobreza, que sobreviviam de atividades informais, basicamente do comércio ambulante e dos serviços urbanos. O estado brasileiro mantendo sua política centralizadora e perversa optou por medidas políticas e econômicas que resultaram num profundo aumento das desigualdades sociais, provocado pela diminuição do nível de emprego formal, tendo como consequência direta uma explosão do setor da informalidade. Por optar em não fazer as reformas sociais do capitalismo do primeiro mundo, mas sim optando pela fórmula da “gestão da pobreza” o governo brasileiro comandou uma “modernização segregadora”. Ao perpetuar essa reforma social o governo na realidade criou as condições necessárias para o surgimento de um novo segmento social na vida urbana o setor da informalidade. A informalidade da produção e da comercialização de mercadorias foi potencializada pela cultura do consumismo, que começava a ser disseminada em todas as camadas sociais.

No começo da década de 1980 o Estado brasileiro abandona seu projeto de industrialização e forçado pela economia mundializada adere ao ciclo da financeirização da riqueza, resultando na explosão da economia urbana de subsistência, ou informalidade. A política neoliberal adotada pelos últimos governos fez aumentar o fosso social entre os ricos e os pobres, que sem a segurança de novos investimentos na geração de empregos se viram lançados à economia de auto-subsistência urbana, como ressalta Pochmann a informalidade liga as atividades de pobres para pobre (caso da produção e comercialização informal, feira-livre e ambulantes), de pobres para ricos (atividade serviços, como de segurança e serviços urbanos) e gera também as atividades ditas ilegais, que estão à margem da lei (prostituição, roubo e tráfico de drogas). Atualmente, de alguma maneira, quase 70% das vagas abertas de trabalho são de certa forma de atividades ligadas ao setor informal.

Flutuação do Emprego Formal, por Nível Geográfico
Junho/2005

Regiões	Admitidos	Desligados	Saldo
Brasil	1.089.948	894.412	195.536
Nordeste	129.592	102.009	27.583
Ceará	21.062	17.642	3.420

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED – Lei 4.923/65. (quadro 3)

Atualmente a instabilidade econômica vivenciada pelo país, altamente dependente da economia mundial por conta de seu endividamento externo aliada às políticas restritivas da economia (juros altos) freia o crescimento da economia formal e conseqüentemente a geração de novos empregos, segundo o IBGE, atualmente mais de 56 milhões de brasileiros sobrevivem na informalidade, o que equivale a mais de 65% da massa trabalhadora ocupada. Segundo o Banco Mundial, o setor informal no Brasil responde por nada menos de 40% da renda nacional bruta. Em Fortaleza, cidade objeto de nossa pesquisa, a taxa de ocupação informal é significativa, dos 824.213 trabalhadores ocupados na cidade, 445.899 estão na informalidade, portanto 54,09% estão fora do mercado formal⁸³.

⁸³ Pesquisa Direta IDT – Junho 2005.

QUADRO 4

CATEGORIAS	INFORMALIDADE SOBRE O TOTAL OCUPADO	INSTITUIÇÃO
Setor agropecuário	90%	FGV
Trabalhador doméstico e autônomo* (ambos contribuintes da Previdência)	58,1%	UFRJ
Trabalhadores não registrados*	48,5%	UFRJ
Comércio	38,16%	IBGE

Dados apurados – 2º Semestre de 2004

***regiões metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém. (quadro 4)**

A grande maioria dos trabalhadores que ingressam na informalidade preferem ficar nela a se submeter novamente a um emprego indigno, com baixos salários. Segundo Lewis⁸⁴ o setor informal está associado à falta de investimento e de desenvolvimento econômico e social, na realidade ele barra o investimento e o desenvolvimento, A informalidade promove a sonegação de impostos, o descumprimento da legislação trabalhista e a concorrência desleal com o setor formal, na medida em que ele sagra o caixa do Estado quando sonega impostos e contribuições previdenciárias, mas num país como o Brasil, onde o fosso social é aviltante (somos atualmente o vice campeão em desigualdade social no mundo) não tem outra saída a não ser o aumento da informalidade. O grande problema do setor informal é que ele agrupa trabalhadores sem escolaridade e conseqüentemente baixos níveis de qualificação profissional, que dificulta seu retorno ao emprego formal, cada vez mais exigente no quesito da especialização profissional. Segundo os dados mostrados por Lewis em seu livro (O Poder da Produtividade) no capítulo referente ao Brasil, metade da mão-de-obra ocupada de nosso país está e sobrevive na informalidade, e em setores como o de alimentos os números chegam a níveis estratosféricos, 85% das vagas e 50% das vendas são realizadas no setor informal.

⁸⁴ LEWIS, William. *O Poder da Produtividade*,

Como no passado, a economia de subsistência urbana absorve o excedente da população sobrando que nas últimas duas décadas deriva do ciclo da financeirização. Assim como serviu às velhas elites latifundiárias, o novo agregado social serve atualmente para acomodar a facção contemporânea dos “inempregáveis”, conforme sugerida pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Mais que isso, passam a ser massa de manobra das novas e velhas políticas assistencialistas, em que a emancipação social, política e econômica é subvertida pelo projeto maior da dominação e sustentação da opção pelos ricos financeirizados. A mesquinharia política e a pequenez econômica andam cada vez mais juntas, fazendo escola em uma nova onda de conservadorismo que contamina o Brasil.⁸⁵

3.4. A HETEROGENEIDADE DO TRABALHO INFORMAL NA FEIRA-LIVRE.

Nesse tópico tentaremos descrever a amplitude do universo do trabalho da feira, assim como destrinçar os meandros dos principais tipos de trabalho. A feira-livre é um dos espaços urbanos que absorve uma parcela do trabalho informal da cidade, e como já vimos, o setor informal é bastante heterogêneo, prima pela grande diversidade de tipos de trabalhos, que encontram abrigo no interior da feira-livre e em seu entorno, ou seja, os trabalhos inerentes ao funcionamento da feira-livre e os que dependem desse funcionamento, todos tendo como base à informalidade.

Primeiramente temos os trabalhadores que são encarregados pela montagem e o desmonte das barracas. São grupos formados por indivíduos sem nenhuma instrução, muitos dos quais mendigos ou adolescentes que perambulam ou moram nas ruas, e que na noite anterior a realização da feira se agrupam em torno do local da feira divididos em grupo de mais ou menos cinco indivíduos. Os feirantes pagam a cada indivíduo a quantia de R\$ 3,00 por barraca. A maioria dos feirantes também paga pela guarda das barracas após o desmonte (os feirantes alugam espaços em locais perto da feira para guardar suas barracas), esses espaços é negociado pelos grupos que montam e desmontam as barracas, ficando a cargo do feirante apenas o pagamento de dez ou vinte reais,

⁸⁵ POCHMANN, Marcio. *O país subserviente*. Artigo publicado na Revista Carta Capital, 29 de dezembro de 2004, p.37.

dependendo do tamanho da barraca. Os montadores começam a trabalhar muito cedo, na madrugada (por volta das três horas da manhã), para que os feirantes ao chegarem a feira por volta das cinco horas da manhã possam organizar suas mercadorias, e aos primeiros raios do sol sua barraca já esteja pronta para receber os fregueses, que muito cedo já comparecem a feira. Esse tipo de relação trabalhista (os terceirizados do trabalho informal) ao nosso ver mantém uma atividade extremamente precária de subsistência, na medida em que perpetua condições aviltantes de trabalho, fugindo a simples compreensão do que seja um trabalho digno.

Outra variante de trabalho “informal terceirizado” que depende do funcionamento da feira-livre é relativo aos “lixeiros da feira”, são homens e mulheres intermediados pela prefeitura, que no caso apenas permuta o serviço. Os “lixeiros da feira” fazem o trabalho de limpeza de todo o lixo (reciclável ou não-reciclável) que os feirantes e fregueses inadvertidamente jogam no espaço da feira-livre. O serviço deveria ser executado pela prefeitura, sobre a tutela da Secretária de Serviços Urbanos, mas não o realiza. Durante as nossas visitas foi observado por nós o fato de que os fiscais de feiras com uma lista dos feirantes na mão “cobravam” R\$ 1,00 de cada barraca para que pudesse ser realizada a limpeza do local após o término da feira. É interessante o fato notado por nós, que esse tipo de trabalho era realizado também pelos catadores de lixo, esse exército que percorre as ruas da cidade em busca de material reciclado para a sua sobrevivência e que encontra também nas feiras-livres uma forma de ampliar seu rendimento. Na realidade os catadores são essenciais, na medida em que separam o lixo reciclável do não reciclável, reduzindo o desperdício, o que os outros lixeiros não fazem.

Mais um tipo de trabalho terceirizado e que encontra abrigo no interior das feiras-livres é o dos camelôs (fixos e móveis). Os camelôs fixos geralmente se abrigam no que os feirantes denominam de “cabeça de feira”, que são os lugares limítrofes, ou seja, ficam nas entradas da feira, onde finaliza o espaço urbano e começa o território da feira. Esse tipo de trabalhador não é

cadastrado na Secretária de Serviços Urbanos, isto é, não possui a licença da Prefeitura, obrigatória para comercializar nas feiras-livres, por isso são bastante discriminados em relação aos feirantes, que na maioria das vezes acham a sua concorrência desleal. Já os camelôs móveis, na visão dos feirantes não atrapalham suas vendas, pois muitos deles vendem outros tipos de mercadorias, sacolas grandes para que o freguês possa acomodar melhor sua compra, outros fornecem lanches (sanduíches, sucos, água, café e almoço). Ao conversar com alguns camelôs observamos que o trabalho na feira-livre para eles é um bico, um extra de fim de semana, ao mesmo tempo um divertimento, pois acham a feira-livre muito mais alegre, divertida do que o trabalho da semana, a maioria dos camelôs das feiras vende suas mercadorias viajando pelo interior do Estado e no fim de semana aproveitam para vender nas feiras, eles acham que não atrapalham os ganhos dos feirantes, na medida em que a maioria dos objetos que eles vendem não é comercializada comumente nas feiras.

Outro tipo de trabalho informal que depende do funcionamento da feira-livre, e já mencionado por nós no capítulo referente à mercadoria, é o do motorista de caminhão. Santos descreve o motorista de caminhão como elo de ligação entre os dois circuitos da economia urbana (inferior e superior), pois ao mesmo tempo em que às vezes atua no transporte de mercadorias para as grandes redes de supermercados, também transporta para o feirante. E ainda pode fazer às vezes de elo de ligação entre o produtor rural e o grande atacadista, atuando como atravessador, ou ainda quando vende a mercadoria na feira-livre no próprio caminhão. O papel do caminhoneiro é muito importante para o funcionamento das feiras-livres, pois sem eles a maioria dos feirantes não teria como transportar suas mercadorias até as feiras, pois não dispõem de transporte próprio nem tem como utilizar os transportes públicos, impróprios para o carregamento de mercadorias.

O transportador é chamado a desempenhar dois papéis distintos, ainda eu o mesmo veículo possa servir sucessivamente a esses dois papéis. Por um lado, transportando mercadorias, o motorista de caminhão pode estabelecer a ligação entre as atividades dos dois circuitos e isso nos dois sentidos, no interior das cidades, entre duas cidades, ou entre a cidade e o campo.⁸⁶

Quanto aos trabalhos informais referentes ao funcionamento da própria feira-livre, ficou bastante claro para nós levantarmos uma distinção entre os três tipos de feirantes por nós observados. O primeiro tipo aprendeu o ofício com os pais, desde criança vivenciou os hábitos e costumes referentes à cultura feirante. Esse feirante constrói uma atmosfera toda particular e que constitui o verdadeiro sentido da feira-livre, é o reconhecido “feirante autêntico”, seja pelo domínio que detêm de um linguajar e um gestual próprio, singular e imemorial. Já o segundo tipo de feirante, é aquele que é egresso do trabalho formal, e que na última década passou a encontrar abrigo na feira-livre e a engrossar as fileiras dos trabalhadores informais, são os desempregados que não conseguem retornar a formalidade, esse tipo de feirante desconhece toda a cultura feirante, não domina o gestual nem o modo todo especial de tratar o freguês. E o terceiro e último tipo de feirante é aquele que trabalha na feira-livre nos fins de semana mais possuem uma fabriquetta ou um pequeno comércio onde comercializam suas mercadorias durante a semana, vendem na feira para complementar seus rendimentos. Existe uma reclamação geral sobre esse tipo de feirante, por conta deles comprarem as mercadorias diretas dos fabricantes ou eles próprios serem os fabricantes e conseqüentemente praticar preços mais baixos, já que não sofrem a ação dos atravessadores. Na realidade eles praticam uma concorrência desleal, na medida em que, por praticarem preços mais sugestivos, portanto para muitos dos feirantes contatados por nós acham que a prefeitura não deveria permitir que esse tipo de feirante pudesse comercializar na feira, em suas opiniões, eles praticam concorrência desleal, reduzindo seus lucros.

Existe uma enorme diversidade de trabalhos informais no setor de serviços da feira-livre, são trabalhadores que consertam quase de tudo, que

⁸⁶ SANTOS, Milton. *O espaço dividido*. São Paulo, SP: Edusp, 2004, p.

cortam cabelo, que tiram retratos das pessoas e que tomam conta de estacionamento. Os que trabalham com consertos ajeitam de liquidificadores a bicicletas, de relógios a eletro-eletrônicos e de motos a celulares, ressalte-se porém, que o conserto possui garantia, o cliente pode retornar e o trabalho será refeito. Muitos desses feirantes têm suas próprias oficinas de consertos, trabalham nelas na semana e nos fins de semana nas feiras para complementar sua renda. Alguns estão sempre muito sujos e envoltos em uma parafernália de ferro-velho, parafusos, chaves, óleos e graxas. Outro tipo de serviço informal prestado na feira é o corte de cabelo e de barba, o cabeleleiro improvisa no espaço da feira-livre um verdadeiro salão, arma sua tenda com cadeira, uma pequena mesa que abriga pentes, navalha, creme de barbear, loção, talco e um espelho; O cabeleleiro que nós conversamos só trabalha em feiras-livres, portanto um autêntico “cabeleleiro feirante”, trabalha de domingo a domingo, todos os dias vai a uma feira-livre diferente, percorre um roteiro urbano pré-determinado. Mais um tipo de trabalho informal que depende do funcionamento da feira, é o vigia de bicicletas (foto 13), se diz “dono” de um estacionamento, onde presta atenção a bicicletas, mobiletes e até motos, na realidade ele pratica algo totalmente irregular, se apropria de um espaço público, cerca-o com cordas de nylon e cobra R\$ 0,50 centavos por bicicleta a hora/fração.



Foto 13 – Trabalho informal que depende do funcionamento da feira – Feira da Parangaba.

O trabalho infantil é largamente utilizado pelos feirantes que em sua maioria são pais, tem uma dupla função segundo os feirantes, de que primeiro, as crianças estão trabalhando na feira para aprenderem desde cedo o ofício dos adultos, ou seja, quando crescerem serem também feirantes, e segundo que os filhos representam a força de trabalho auxiliar a sobrevivência da família. Flagramos em nossas idas as feiras-livres diversas cenas que agride de forma degradante a condição da criança, pelo tipo de trabalho que às vezes ela é submetida. Flagramos por exemplo crianças dormindo no chão da feira (foto 14) embaixo da barraca por terem acordado muito cedo, crianças que ajudam a mãe, separando e limpando as vísceras para serem comercializadas como churrasco, esses são dois exemplo dos inúmeros que presenciamos em nossa pesquisa nas feiras-livres, vale ressaltar que esses menores não percebem remuneração. Torna-se necessário fazer uma campanha para erradicar o trabalho infantil na feira-livre, pois ao contrário do que pensam a maioria dos feirantes que são pais, os custos para a criança são enormes, priva-se da criança do direito a educação, as crianças que trabalham tendem a abandonar os estudos cedo, tornando-se adultos com baixo nível de escolaridade, reduzindo suas chances de conseguir

uma vaga no concorrido mercado de trabalho, priva-o também do acesso ao lazer (brincadeiras), a que toda criança tem direito.



Foto 14 – Registro de Trabalho Infantil – Feira de Messejana.

Existe dentro da feira-livre um espaço para a prática da ilegalidade, embora seja da competência dos fiscais de feira coibir esse tipo de trabalho, é uma prática corriqueira, só não é generalizada como afirmam alguns. Por exemplo, foi observado por nos o trabalho de prostituição dentro da feira-livre Parangaba, as “trabalhadoras do sexo” como se autodenominam, tentam conseguir os fregueses que chegam a feira depois de uma noitada em clubes de forró que se localizam nas imediações, às vezes elas chocam alguns transeuntes que vão a feira com a família e provocam a ira de alguns feirantes que ficam mais próximos da barraca onde elas atuam (barraca do índio). Nada contra a prostituição, mas a feira-livre não é lugar propício para tal atividade. Existem outros tipos de trabalhos ilegais dentro do espaço da feira-livre, praticados por pessoas que vendem mercadorias de procedência duvidosa ou totalmente ilícitas. Essas pessoas não são feirantes, não possuem barracas na feira, apenas se aproveitam do espaço da feira-livre, se escondendo na multidão para poderem

vender livremente sua mercadoria, sem riscos aparentes de serem pegos. São vendedores de mercadorias roubadas, drogas ou de armas. A feira-livre sendo um micro-cosmo da cidade exibe em seu interior também seu lado ilegal, embora como já frisamos, não seja uma regra.

Todas as observações discutidas nesse capítulo tiveram por objetivo aprofundar a discussão sobre a questão do trabalho dentro do espaço da feira-livre. Ao observarmos o cotidiano do feirante é impossível não associarmos a prática do trabalho na feira com seu labor diário - muitas vezes de domingo a domingo - com as reflexões filosóficas feitas por Marx a respeito do trabalho como categoria fundante da sociabilidade. Não é difícil detectar o quanto o trabalho representa para eles (feirantes) uma atividade de um esforço desmesurado, que só lhes garante a sobrevivência mais imediata, em linguagem popular: “o de comer”. Apesar de estarem totalmente envolvidos na sua atividade de feirante quase na totalidade do dia - trabalham na feira das 6:00 da manhã as 16:00 da tarde, isso fora o tempo que eles gastam escolhendo e comprando a mercadoria fora da feira – esse fato por si só inviabiliza o desenvolvimento de outras atividades que não estejam relacionadas com a manutenção mais imediata do corpo, ainda assim, essa entrega completa ao trabalho da sobrevivência não lhes garante os direitos trabalhistas mais básicos, tais como: férias, assistência médica, aposentadoria e folga semanal. No entanto, mesmo diante desse quadro de insegurança social e de excesso de horas de trabalho, o feirante prefere usufruir a “liberdade” que é trabalhar sem um patrão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Qual a importância da feira-livre para a cidade de Fortaleza? Para responder a essa pergunta achamos necessário tocar em outras questões, que circundam o objetivo principal e que a nosso ver são também importantes, na medida em que influem diretamente no funcionamento da feira.

Iniciamos nossa pesquisa com um pré-juízo sobre a compreensão do que seria o cotidiano de uma feira-livre. Antes de iniciarmos nossas visitas às feiras, tínhamos uma impressão da feira como lugar de rompimento com as estruturas econômicas vigentes, uma idéia bucólica que no transcorrer da pesquisa ganhou outra tonalidade. Nossa primeira observação conclusiva foi que a feira-livre tem de fato um componente fortemente “transgressor”, isto é, a feira é o espaço urbano de manifestações díspares, lugar capaz de abrigar antigos hábitos de convivência. A feira-livre é um espaço-oficina, um espaço-mercado, espaço-lazer, lugar de um possível resgate de antigos modos de sobrevivência. Porém, essas múltiplas manifestações não excluem a sua inserção dentro do modelo econômico global. A feira-livre não é um oásis urbano, não está dentro de uma redoma afastada das regras econômicas que regem o capital global. Basta passear entre os “corredores” da feira para identificar a sua identidade e filiação com as dificuldades e durezas do mundo vivido

Faremos aqui algumas observações que achamos pertinentes na construção de nossas considerações finais. A primeira delas diz respeito ao fato das feiras-livres estarem sendo cada vez mais empurradas para a periferia da cidade. Quando um bairro começa a receber investimentos do setor imobiliário e conseqüentemente a instalar empreendimentos de grande porte em seu espaço físico, como grandes redes de supermercados e shoppings, a feira tende a se enfraquecer, perder grande número de consumidores e pouco a pouco perde seu espaço dentro dos bairros ditos de elite, para finalmente se instalar na periferia. Esse fato acarreta uma grande concentração de feiras-livres funcionando num

mesmo dia e muito próximas uma das outras, fazendo com que as grandes feiras-livres reduzam o número de freqüentadores. A de Messejana é um exemplo vivo desse fato. Alguns feirantes que ali trabalham observam e reclamam de perderem fregueses antigos pelo fato de novas feiras-livres terem surgido nos bairros próximos a Messejana, provocando um acúmulo na oferta de produtos para um publico reduzido de consumidores.

A segunda observação diz respeito a falta de higiene sanitária praticada por diversos feirantes, principalmente donos de barracas que vendem produtos perecíveis, como carnes (peixe, carne bovina, porco e frango), iogurtes e produtos que necessitam de refrigeração. Em nossas visitas as feiras-livres notamos que não há por parte dos feirantes o cuidado necessário para o manuseio com esse tipo de mercadoria. Observamos que eles não acondicionam seus produtos de forma adequada, ou seja, sobre refrigeração; não tomam cuidado simples no trato com a carne e outros produtos dessa natureza. Torna-se portanto, necessário que a Prefeitura de Fortaleza como órgão público que tem o dever de legislar e fiscalizar as feiras-livres, por intermédio de sua Secretária de Serviços urbanos, tomar as medidas necessárias que venham disciplinar o espaço das feiras-livres no sentido de cobrar dos feirantes que cumpram o regulamento. A Higiene é um componente impossível de ser desprezado, fica a olhos vistos a necessidade urgente de criar entre os feirantes a consciência dos cuidados necessários para um manuseio saudável de suas mercadorias.

A terceira observação que pretendemos fazer é referente a certos preconceitos de pessoas que não conhecem nem andam nas feiras-livres, mas que têm uma opinião distorcida e enganosa a respeito do aspecto da marginalidade das feiras-livres. Essa falsa impressão é formada por conta de relatos de fatos isolados divulgados pela imprensa ou por amigos. Tomamos por exemplo à feira da Parangaba, que tem fama injusta a nosso ver, de lá se encontrar todo tipo de produtos de procedência duvidosa em seu interior. Visitamos diversas vezes a feira da Parangaba e podemos afirmar categoricamente que não é regra vender mercadoria de procedência duvidosa,

nem oferecer serviços ilícitos, como vendas de animais raros, armas ou drogas no interior das feiras. Nas bancas dos feirantes, por exemplo, esse tipo de negócio não é realizado, e se é, é muito raro. Portanto essa fama é injustificada, não procede. Que tem ambulantes vendendo cd's e dvd's piratas é notório, pois tal prática esta disseminada em toda cidade, é verdade que se vende produtos imitando marca de grife, está a olhos vistos. Porém estas práticas dizem respeito à realidade por que passa nosso país, fruto da enorme concentração de renda implicando numa gritante desigualdade social.

A quarta observação se refere à questão da compra e da distribuição da mercadoria no interior da feira-livre, seria interessante a nosso ver, traçar uma estratégia que resolvesse efetivamente o problema do excesso de atravessadores em relação à compra de mercadorias realizadas pelos feirantes. Se não é possível acabar de vez com os atravessadores, pelo menos reduzir seu número entre o produtor e o feirante. Uma das idéias que poderíamos propor seria o caso de os feirantes se juntarem em uma cooperativa, que tomaria para si a responsabilidade de efetuar as compras em conjunto, melhorando assim o poder de compra e conseqüentemente obter um preço mais baixo, devido ao grande volume de compra que poderiam efetivar; a outra maneira seria criar um sistema em que os produtores distribuíssem diretamente para os feirantes, evitando assim a passagem das mercadorias pelas mãos de inúmeros atravessadores, barateando enormemente o custo.

Nas conversas travadas com vários feirantes percebeu-se o quanto eles não são conscientes de que poderiam melhorar bastante sua condição de trabalhador informal. Eles poderiam receber da Prefeitura de Fortaleza através da Secretária de Serviços Urbanos um trabalho educacional com o intuito de informá-los sobre os direitos que eles poderiam ter se pagasse a previdência social como autônomos, dessa forma garantiriam uma aposentadoria. Outro fato que poderia ser despertado era mostrar aos feirantes que eles podem ter acesso a crédito bancário, pois atualmente o governo federal e alguns governos estaduais criaram linhas de crédito popular com juros mais baixos que os de mercado, direcionados

aos informais e as pequenas empresas, são os chamados bancos populares, que poderiam, com certeza, serem usados com o intuito de melhorarem a condição econômica dos feirantes.

Tentando responder a questão central de nossa pesquisa, vimos que a feira-livre fazendo uso de um espaço urbano coletivo serve de abrigo para um considerável contingente de excluídos da política neoliberal. Famílias inteiras tiram seu sustento do comércio realizado nesse espaço, e embora outras questões possam também ser de grande relevância, como a feira sendo um lugar onde velhos hábitos ainda teimam em persistirem, é a sobrevivência desses excluídos do sistema que faz da feira livre um lugar tão fundamental no âmbito do desenvolvimento da cidade e dos seus cidadãos. Os feirantes e a feira representam um momento de resistência tanto ao nível do indivíduo como ao nível do espaço urbano socialmente ocupado.

Para finalizar gostaríamos de afirmar, que relatar o cotidiano de um *lugar* (feira-livre), de uma comunidade de indivíduos (feirantes), não é tarefa fácil, já que não podemos simplesmente narrá-la, temos que partilhar sentido e trocar conhecimentos. Contar uma história é saber pinçar do cotidiano ordinário o extraordinário e nesse movimento fazer uma reflexão, ou até mesmo a criação de uma imagem, produzir algo que está além do imediatamente visto, penetrar nas sutilezas das razões e dos olhares. Foi movido por essa intenção que nos dirigíamos todos os domingos para as feiras-livres de Messejana e da Parangaba.

BIBLIOGRAFIA

ADERALDO, Mozart Soriano. *História abreviada de Fortaleza e crônicas sobre a cidade amada*. Fortaleza, CE: Edições UFC, 1974.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal, 1983.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo, SP: Editora Companhia das Letras, 2001.

BEZERRA DE MENESES, Antonio. *Descrição da cidade de Fortaleza*. Fortaleza, CE: Edições UFC, 1992.

BRANDÃO, Ricardo de Lima (execução). *Diagnósticos geoambiental e os principais problemas de ocupação do meio físico da região metropolitana de Fortaleza*. Fortaleza, CE: CPRM – Serviço Geológico do Brasil – Residência de Fortaleza, 1998.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista – a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Guanabara, 1987.

CERTEAU, Michel. *A invenção do Cotidiano – artes do fazer*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Biblioteca Virtual Revolucionária, 1967.

Dossiê a Cidade – Fortaleza em transição. *Jornal O POVO – Fortaleza_CE*, 8 de agosto de 2004.

FAORO, Raimundo. *Os Donos do poder – Formação do patronato político brasileiro*. São Paulo, SP: Editora Globo, 2001.

FURQUIM, Laércio Jr. *Análise Quantitativa – Assim vivem os brasileiros*. Revista *Discutindo a Geografia* N^o 5.

FERRARA, Lucrecia D'Alessio. *Olhar periférico*, São Paulo, SP: Editora EDUSP, 1999.

FROOM, Erich. *Conceito marxista do homem*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, Ed. 1983.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 1989.

GIRÃO, Raimundo. *Geografia estética de Fortaleza*. Fortaleza, CE: Edições UFC, 1997.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Record, 2000.

GONDIM, Linda M. P.. *Os “governos das mudanças” (1987-1994)*, artigo publicado no livro: *Uma Nova História do Ceará*, publicado pela Edições Demócrito Rocha, Fortaleza, CE, 2000.

HENRI, Pirenne. *As cidades na idade média*. Portugal, Lisboa: Editora Europa-América, 1997.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1993.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1970.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Editora José Olympio, 1982.

IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1996.

JESUS, Gilmar Mascarenhas de. *O lugar da feira-livre na grande cidade capitalista: Rio de Janeiro, 1964-1989*. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 54 (1): p. 95-120, jan/mar, 1992.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960)*. São Paulo, SP: Annablume Editora, 2003.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1985.

LAU, Percy. *Suas Ilustrações*. Rio de Janeiro, GB: Fundação IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia, 1969.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte, BH: Editora UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henry. *O direito a cidade*. São Paulo, SP: Editora Moraes, 1991.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. *As razões de uma cidade – Fortaleza em questão*. Fortaleza, CE: Stylus Comunicações, 1991.

LOPES, José Sérgio Leite (et al.). *Mudança social no nordeste: a reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz e Terra, 1979.

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos e outros textos*. São Paulo, SP: Abril Cultural (Os Pensadores), 1978.

MARX, Karl & F. Engels. *Ideologia alemã*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1989.

MARX, Karl. *O capital*. São Paulo, SP: Difel Difusão Editorial, 1985.

NAVES, Rodrigo. *Três vezes Debret*. Revista Nossa História, Editora Biblioteca Nacional, Abril/2004.

NICOLA, José de. *Palavras & idéias*. São Paulo, SP: Editora Scipione, 1995.

PARENTE, Francisco Josênio C.. *O Ceará dos "coronéis" (1945-1986)*, artigo publicado no livro: Uma Nova História do Ceará, publicado pela Edições Demócrito Rocha, Fortaleza, CE, 2000.

PAZERA Jr., Eduardo. *A Feira de Itabaiana-PB: Permanência e Mudança*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003. (Tese) Doutorado em Geografia Humana.

PIMENTA, Reinaldo. *A casa da Mãe Joana*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Campus, 2002.

POCHMANN, Marcio. *O país subserviente*. Artigo publicado na Revista Carta Capital, 29 de dezembro de 2004.

PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque – Reforma urbana e controle social 1860 – 1930*. Fortaleza, CE: Edições Demócrito Rocha, 2001.

RAMALHO, Jether Pereira e ARROCHELLAS, Maria Helena (Orgs.). *Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil*. Artigo: As características do mercado de trabalho e as origens da informalidade no Brasil, THEODORO, Mário. São Paulo. SP: Cortez Editora, 2004.

ROUANET, Sergio Paulo. *A razão nômade*. Rio de Janeiro, RJ: Editora UFRJ, 1993.

SANTAELLA, Lúcia. *(Arte) & (Cultura)- equívocos do elitismo*, São Paulo, SP: Ed. Cortez, 1995.

SANTOS, Milton, *O espaço dividido*. São Paulo, SP: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton, *Economia espacial: críticas e alternativas*. São Paulo, SP: Editora Hucitec, 1979.

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macedo e. *Paisagem do consumo: fortaleza no tempo da segunda grande guerra*. Fortaleza, CE: Museu do Ceará, 2002.

SIMONE de Souza; Frederico de Castro Neves (organizadores); Marco Aurélio Ferreira da Silva...[et al.]. *Comportamentos*. Fortaleza, CE: Edições Demócrito Rocha, 2002.

SIMONE de Souza (organização). *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza, CE: Edições Demócrito Rocha, 2000.

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo, SP: Editora Contexto, 1998.

THIOLLENT, Michel J. M. *Crítica metodológica. Investigação Social & enquête operária*. São Paulo, SP: Editora Polis, 1987.

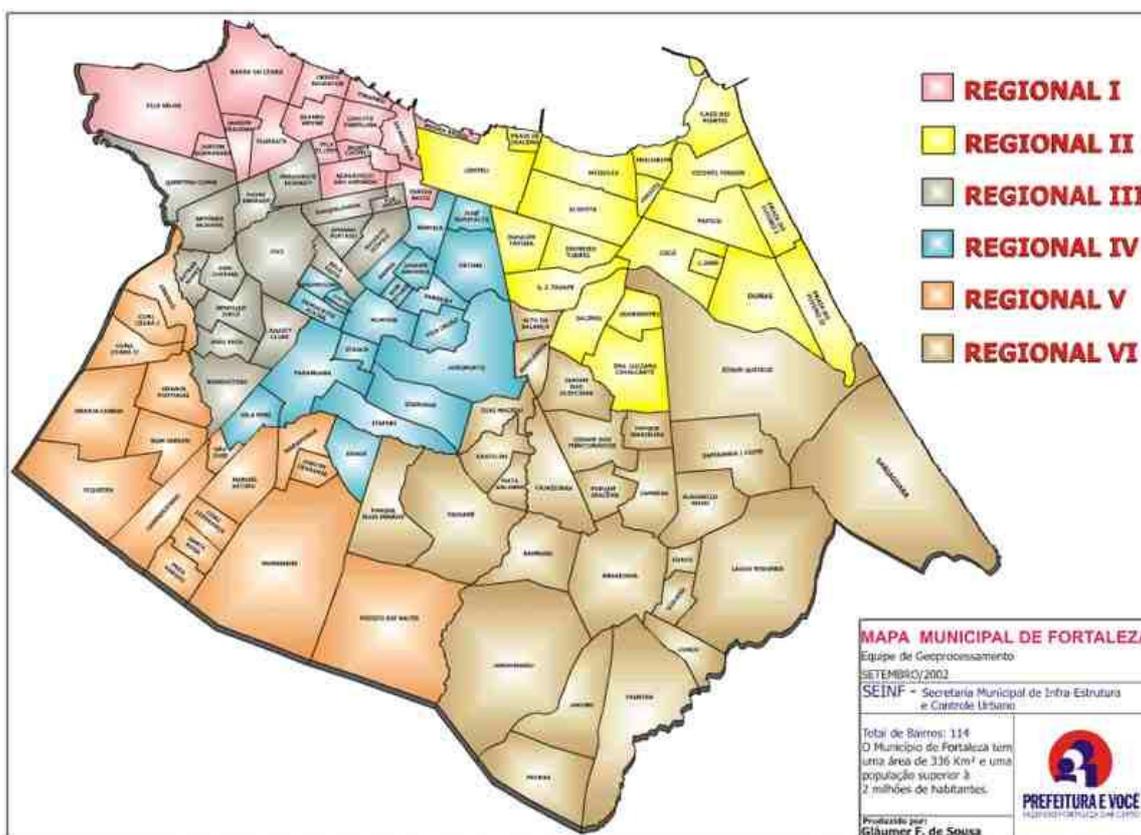
TURGOT, Anne R. Jacques. *Reflexões acerca da formação e distribuição das riquezas*. São Paulo, SP: Global, 1978.

VIDAL, Diana Gonçalves Vidal. *Técnica e sociedade no Brasil*, São Paulo, SP: Editora Contexto, 1988.

VEBLEN, Thörtein Bunde, *A teoria da classe ociosa*, São Paulo, SP: Ed. Thomson Learning, 1965.

<http://br.groups.yahoo.com/group/listageografia/>

ANEXOS.



Anexo 1 – Mapa da divisão da cidade de Fortaleza por Secretárias Executivas Regionais.

CAPÍTULO XLVII

DO COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DAS FEIRAS-LIVRES

Art. 712 – As feiras-livres serão sempre de caráter transitório e de venda exclusivamente a varejo e destinar-se-ão ao abastecimento supletivo de gêneros alimentícios e artigos de primeira necessidade.

Art. 713 – As feiras, de qualquer natureza, serão localizadas, orientadas e fiscalizadas pelo órgão competente da Prefeitura, ao qual cabe redimensiona-las, remaneja-las, interdita-las ou proibir o seu funcionamento.

Art. 714 – A licença para o funcionamento e localização das feiras-livres, de que trata o artigo 712, será de competência do órgão de fomento e abastecimento da Prefeitura, observando o disposto na legislação especial pertinente.

Art. 715 – Para o exercício da atividade em feira-livre, além da licença, o feirante deverá ser previamente cadastrado no órgão competente da Prefeitura, além de ser portador da Carteira de Saúde devidamente atualizada.

Art. 716 – A colocação das bancas, que deverão ser padronizadas e devidamente numeradas, obedecerá ao critério de prioridade, realizando-se o agrupamento dos feirantes por classes similares de mercadorias.

Art. 717 – São obrigações comuns a todos os que exercerem atividades nas feiras:

- I. Usar de urbanidade e respeito para com o público em geral, bem como acatar as ordens emanadas da autoridade competente;
- II. Possuir, em suas barracas, balanças, pesos e medidas devidamente aferidos, sem vício ou alteração com que possa lesar o consumidor;
- III. Não jogar lixo na via pública ou nas imediações de sua banca;
- IV. Manter em sua barraca um recipiente de lixo;
- V. Manter a banca em perfeito estado de asseio e higiene;
- VI. Não apregoar as mercadorias com algazarra nem usar dizeres ofensivos ao decoro público;
- VII. Não ocupar com suas barracas local diferente do concedido dentro do seu grupo de feira;
- VIII. Não colocar os gêneros alimentícios em contato direto com o solo;
- IX. Apresentar-se devidamente uniformizado;
- X. Portar os seguintes documentos durante o exercício de suas atividades:
 1. cartão de identificação de feirante fornecido pelo órgão municipal competente;
 2. Comprovante de sanidade expedido pelo órgão competente.

Anexo 2. Normas e Leis do Comércio de Gêneros Alimentícios das Feiras-Livres.

Anexo 3– Ficha de Cadastramento do feirante. (SER VI)

Anexo 4 - Identidade do Permissionário. (SER VI)

SECRETÁRIA EXECUTIVA SER VI
DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
UNIDADE DE FEIRAS E MERCADOS

PADRONIZAÇÃO E METRAGEM DE BANCAS EM FEIRAS-LIVRES NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA

<u>RAMO</u>	<u>METRAGEM</u>
01 – FRUTAS	3.00 X 1.00
02 – VERDURAS	3.00 X 1.00
03 – RAÍZES	1.50 X 1.00
04 – TEMPERO SECO	3.00 X 1.00
05 – CARNE BOVINA	2.00 X 1.00
06 – CARNE SUÍNA	2.00 X 1.00
07 – VÍSCERAS	2.00 X 1.00
08 – AVES ABATIDAS	2.00 X 1.00
09 – PEIXES	2.00 X 1.00
10 – OVOS	2.00 X 1.00
11 – AVES VIVAS	2.00 X 1.00
12 – QUEIJO/SIMILARES	2.00 X 1.00
13 – DOCES/SIMILARES	1.50 X 1.00
14 – MERCEARIA	2.00 X 1.00
15 – CEREAIS	5.00 X 5.00
16 – CALÇADOS	2.50 X 1.00
17 - BOLSAS/CINTOS	2.50 X 1.00
18 – CONFECÇÕES	2.00 X 1.00
19 – REDES	2.00 X 1.00
20 - ARTESANATO	2.00 X 1.00
21 – MIUDESAS	1.50 X 1.00
22 – BIJOUDERIAS	1.50 X 1.00
23 – ALUMÍNIO	3.00 X 2.00
24 – PLÁSTICOS	3.00 X 2.00
25 – ARTIGOS DE MADEIRA	5.00 X 5.00
26 – PLANTAS	3.00 X 2.00
27 - PAPELARIA/REVISTAS	2.00 X 1.00
28 – TABACARIA	1.50 X 1.00
29 – BARBEARIA	1.50 X 1.50
30 - MATERIAL ELÉTRICO	2.00 X 1.00
31 - OFICINAS	2.00 X 1.00
32 – LANCHONETE	2.00 X 1.00
33 – FERRAGENS	2.00 X 1.00
34 – FERRO-VELHO	2.00 X 1.00
35 – ARTIGO DE PALHA	1.50 X 1.00
36 – ARTIGOS DESCARTÁVEIS	2.00 X 1.00
37 – MASSAS	2.00 X 1.00
38 – TECIDOS	2.00 X 1.00

Anexo 5. Quadro demonstrativo da padronização de barracas nas feiras-livres no Município de Fortaleza

Anexo 7. – Mapa da Feira-Livre de Messejana realizado pela SEINF

